UNIVERSIDADE POSITIVO
ANABEL DE LIMA

A CONTRIBUIÇÃO DOS AGLOMERADOS PRODUTIVOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA (GRMA) PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.

CURITIBA
2025

ANABEL DE LIMA

A CONTRIBUIÇÃO DOS AGLOMERADOS PRODUTIVOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA (GRMA) PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Universidade Positivo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Gestão Ambiental.

Orientador(a): Professor Dr. Marcelo Limont

Linha de pesquisa: Avaliação e Modelagem Socioambientais

Projeto associado: Planejamento, Conservação e Desenvolvimento Socioambiental

CURITIBA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central – Universidade Positivo

L732 Lima, Anabel de.
A contribuição dos aglomerados produtivos da sociobiodiversidade na Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA) para o desenvolvimento territorial sustentável / Anabel de Lima. — Curitiba : Universidade Positivo, 2025.
180 f. ; il. col.

Tese (Doutorado) – Doutorado em Gestão Ambiental – Universidade Positivo, 2025.
Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo Limont.

1. Gestão ambiental. 2. Sociobiodiversidade. 3. Aglomerado produtivo. 4. Desenvolvimento territorial sustentável. 5. Grande Reserva Mata Atlântica. I. Limont, Marcelo. II. Título.

CDU 502.1:504.064.4

Dedico esta tese aos meus pais José Balbino de Lima (*in memorian*) e Carolina Zago de Lima, a Célia (*in memorian*), expressando aqui todo o meu amor e gratidão pelos valores e ensinamentos deixados. E por terem me proporcionando uma infância em um quintal com muitos pés de frutas nativas, milharal, horta e galinheiro, me permitindo desde cedo valorizar os produtos da sociobiodiversidade!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus por sempre me proporcionar que as coisas ocorram no momento certo em minha vida, como foi esse doutorado.

À minha família primária (José, Célia, Silvana e Kátia), por todo amor que cultivamos e valores que nos foram passados, especialmente pelo respeito ao próximo, para que pudéssemos conviver com toda diversidade de pessoas que a vida nos proporciona, aprendendo com cada uma delas, sem distinção.

Agradeço imensamente à família que constituí (Elielson, Enzo e Ana Ellen) por todo amor que nos cerca e por compartilharem da minha vontade em realizar o doutorado, sendo compreensivos em todos os momentos que estive ausente para me dedicar à escrita e à pesquisa e por celebrarem comigo cada degrau alcançado.

Ao meu orientador, Marcelo Limont, pela amizade e pelo apoio e incentivo para que eu me inscrevesse no processo seletivo do PPGEAmb. Pelos ensinamentos como profissional e docente e pela confiança depositada, de que eu daria conta de trilhar esse caminho sob sua orientação, sempre trazendo valiosas sugestões.

Aos professores da minha banca de qualificação e defesa (Cíntia Mara Ribas de Oliveira, Danielle Denes dos Santos, Mario Sergio Michaliszyn e Valdir Frigo Denardin), pois vocês me ajudaram no direcionamento das minhas incertezas, apontando o melhor caminho a percorrer e a forma de enriquecer ainda mais minha pesquisa.

Aos professores das diferentes disciplinas que cursei, pelas ricas discussões proporcionadas e por colaborarem para minha formação como pesquisadora.

Aos colegas e amigos que fiz e reencontrei no PPGEAmb, não apenas pelos conhecimentos socializados nessa pós-graduação interdisciplinar, mas pelos cafés, pelas conversas, pelos auxílios e pelas partilhas pessoais, profissionais e acadêmicas.

Aos meus entrevistados e entrevistadas, que gentilmente reservaram um período de tempo para compartilhar de suas experiências, de seu trabalho, de sua instituição, demonstrando não apenas as dificuldades enfrentadas, mas todo o potencial e amor pelo que fazem. Minha gratidão, pois eu aprendi muito com vocês e meu apaixonei mais ainda pelo meu objeto de pesquisa.

Aos diversos integrantes da Grande Reserva Mata Atlântica, que de forma direta ou indireta contribuíram com minha pesquisa. Sem deixar de citar o Marcos

Cruz, que sempre foi muito solícito, colaborando para minha inserção nessa rede e para minha aproximação a diferentes atores para coleta de dados e de informações.

E por fim, à CAPES, que por meio da bolsa concedida (Bolsa Taxa), permitiu que eu voltasse à academia após os 40 anos e mesmo diante das minhas limitações, cursasse esse doutorado com dedicação e paixão!

“É no território e no lugar que há possibilidade de buscar uma nova organização, uma nova ordem social baseada na escala do cotidiano e na co-presença e, assim, em elementos de vizinhança, cooperação, emoção etc.”

(Sueli Santos da Silva, 2009)

RESUMO

O desenvolvimento territorial sustentável (DTS), busca promover o crescimento econômico de maneira que respeite e conserve o patrimônio cultural e os recursos naturais, além de garantir inclusão social e equidade. Nesse contexto, os aglomerados produtivos relacionados às cadeias da sociobiodiversidade, emergem como uma abordagem inovadora e uma oportunidade de dinamização socioeconômica alinhada à conservação dos recursos naturais. A presente tese, teve como objetivo averiguar a contribuição dos produtos e serviços da sociobiodiversidade com potencial de formação de aglomerados produtivos, na promoção do desenvolvimento territorial sustentável na Grande Reserva Mata Atlântica – GRMA. Trata-se de um estudo de caso de natureza aplicada, com caráter exploratório e descritivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na GRMA, foram identificados 100 produtos e serviços da sociobiodiversidade com potencial para formar aglomerados produtivos. A maioria desses produtos (64%), provém da cadeia agrícola, que pode ser convencional ou orientada para práticas mais sustentáveis. Além disso, incluem-se setores como pesca artesanal, artesanato, extrativismo e turismo. Os aglomerados encontram-se em diferentes estágios de maturidade, mais de 70 deles são considerados potenciais ou emergentes, indicando que ainda necessitam de planejamento, estruturação e fortalecimento para alcançar a sustentabilidade institucional. Os oito aglomerados analisados demonstraram suas contribuições para o DTS na GRMA, considerando as dimensões da sustentabilidade: i) espacial, a qual agrega a diversidade e riqueza do território e a singularidade de cada aglomerado; ii) econômica, pela colaboração à ampliação de mercados e geração emprego e renda; iii) cultural valorizando os saberes e fazeres locais; iv) social e v) institucional, pela interação e cooperação entre os atores do aglomerado e com o território; vi) ecológica pelo incentivo ao uso consciente dos recursos naturais e redução de impactos pelo processo produtivo; vii) política, demonstrando a fragilidade das políticas públicas voltadas para a sociobiodiversidade do bioma Mata Atlântica. Os aglomerados produtivos da sociobiodiversidade ressignificam a lógica de mercado, apresentando práticas e princípios que dialogam com o DTS.

Palavras-chave: Sociobiodiversidade, Aglomerado produtivo, Desenvolvimento Territorial Sustentável, Grande Reserva Mata Atlântica.

ABSTRACT

Sustainable territorial development seeks to promote economic growth in a way that respects and conserves cultural heritage and natural resources, in addition to ensuring social inclusion and equity. In this context, productive clusters related to sociobiodiversity chains emerge as an innovative approach and an opportunity for socioeconomic dynamism aligned with the conservation of natural resources. This thesis aimed to investigate the contribution of sociobiodiversity products and services with the potential to form productive clusters in promoting sustainable territorial development in the Great Atlantic Forest Reserve – GRMA. This is an applied case study, with an exploratory and descriptive character, based on bibliographic, documentary and field research. In GRMA, 100 sociobiodiversity products and services with the potential to form productive clusters were identified. Most of these products (64%) come from the agricultural chain, which can be conventional or oriented towards more sustainable practices. In addition, sectors such as artisanal fishing, handicrafts, extractivism and tourism are included. The clusters are at different stages of maturity, with more than 70 of them considered potential or emerging, indicating that they still require planning, structuring, and strengthening to achieve institutional sustainability. The eight clusters analyzed demonstrated their contributions to the sustainable territorial development in the GRMA, considering the following dimensions of sustainability: i) spatial, which aggregates the diversity and richness of the territory and the uniqueness of each cluster; ii) economic, by contributing to the expansion of markets and the generation of jobs and income; iii) cultural, valuing local knowledge and practices; iv) social and v) institutional, by the interaction and cooperation between the actors in the cluster and with the territory; vi) ecological, by encouraging the conscious use of natural resources and reducing impacts from the production process; vii) political, demonstrating the fragility of public policies aimed at the sociobiodiversity of the Atlantic Forest biome. The productive clusters of sociobiodiversity redefine the logic of the market, presenting practices and principles that dialogue with sustainable territorial development.

Keywords: Sociobiodiversity, Productive cluster, Sustainable Territorial Development, Great Atlantic Forest Reserve.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

1.1 OBJETIVOS 19

1.1.1 Objetivo geral 19

1.1.2 Objetivos específicos 19

2 REVISÃO DE LITERATURA 20

2.1. MUDANÇAS NA ECONOMIA MUNDIAL PARA A REESTRUTURAÇÃO DE TERRITÓRIOS E O SURGIMENTO DE AGLOMERADOS PRODUTIVOS 20

2.2. POLÍTICAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL POR MEIO DE AGLOMERADOS PRODUTIVOS E DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO 26

2.3. DO DESENVOLVIMENTO LOCAL AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, SUSTENTÁVEL A PARTIR DA SOCIOBIODIVERSIDADE 41

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 46

3.1 LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE 46

3.2 ANÁLISE DE DOCUMENTOS 49

3.3 IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE COM POTENCIAL DE FORMAÇÃO DE AGLOMERADOS PRODUTIVOS NA GRMA 50

3.4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS PRIMÁRIOS 52

3.5 TRIANGULAÇÃO DE DADOS 56

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 62

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, A GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA 62

4.2 IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS, SERVIÇOS E AGLOMERADOS PRODUTIVOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA 72

4.2.1 FONTES DOS DADOS 73

4.2.2 IDENTIFICAÇÃO DAS CADEIAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE 76

4.2.3 LOCALIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS POR SETOR DA GRMA 79

4.3 CLASSIFICAÇÃO DOS AGLOMERADOS PRODUTIVOS 86

4.4 A CONTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA GRMA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL 107

4.4.1 AGLOMERADO I – OLHA O PEIXE 108

4.4.2 AGLOMERADO II – ROTA DA CERÂMICA DO ALTO VALE DO RIBEIRA 114

4.4.3 AGLOMERADO III – COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COLÔNIA CASTELHANOS (COOCASTEL) 119

4.4.4 AGLOMERADO IV – DESTINOS DO QUIRIRI 124

4.4.5 AGLOMERADO V – ASSOCIAÇÃO DE MELIPONICULTORES DO LITORAL DO PARANÁ (AME LITORAL) 130

4.4.6 AGLOMERADO VI – VIVA O VALE 134
4.4.7 AGLOMERADO VII – GELEIAS ALEGRIA 138
4.4.8 AGLOMERADO VIII – ROTEIRO DO MILHO 143
4.4.9 RESULTADOS CONJUNTOS EM RELAÇÃO AOS AGLOMERADOS PESQUISADOS 146
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 156
6 REFERENCIAS 161
7 APÊNDICES 176
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ATORES RELACIONADOS. 176
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) 178

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – APL DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE APOIADOS PELA SEDR-MMA EM 2012. 33
FIGURA 2 – ROTAS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2023. 35
FIGURA 3 – BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE. 43
FIGURA 4 – TRIANGULAÇÃO REALIZADA A PARTIR DOS DADOS COLETADOS. 56
FIGURA 5 – MAPA ILUSTRADO DA GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA (GRMA). 65
FIGURA 6 – GRÁFICO COM O QUANTITATIVO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE POR CATEGORIA NA GRMA. 77
FIGURA 7 – GRÁFICO COM A DISTRIBUIÇÃO DE AGLOMERADOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NOS DIFERENTES SETORES GEOGRÁFICOS DA GRMA. 80
FIGURA 8 – GRÁFICO CONTENDO OS DIFERENTES PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NOS SETORES GEOGRÁFICOS DA GRMA. 81
FIGURA 9 – MAPA COM OS TIPOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO SETOR SERRA DO MAR SUL, NA GRMA. 82
FIGURA 10 – MAPA COM OS TIPOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO SETOR LITORAL DO PARANÁ, NA GRMA. 83
FIGURA 11 – MAPA COM OS TIPOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO SETOR ROTAS DO PINHÃO, NA GRMA. 84
FIGURA 12 – MAPA COM OS TIPOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO SETOR VALE DO RIBEIRÃO, NA GRMA. 85
FIGURA 13 – DEFINIÇÕES ACERCA DA CLASSIFICAÇÃO ADOTADA, DE ACORDO COM O GRAU DE MATURIDADE DO AGLOMERADO PRODUTIVO. 87
FIGURA 14 – GRÁFICO DE REPRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES CONSIDERADAS NA GRMA, A FIM DE AVALIAR COMO OS AGLOMERADOS PESQUISADOS CONTRIBUEM PARA O DTS. 108
FIGURA 15 – GRÁFICO DE REPRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES ATINGIDAS PELO AGLOMERADO OLHA O PEIXE. 113
FIGURA 16 – GRÁFICO DE REPRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES ATINGIDAS PELO AGLOMERADO ROTA DA CERÂMICA DO ALTO VALE DO RIBEIRA. 118
FIGURA 17 – GRÁFICO DE REPRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES ATINGIDAS PELO AGLOMERADO COOCASTEL. 123
FIGURA 18 – GRÁFICO DE REPRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES ATINGIDAS PELO AGLOMERADO DESTINOS DO QUIRIRI. 129
FIGURA 19 – GRÁFICO DE REPRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES ATINGIDAS PELO AGLOMERADO AME LITORAL. 133
FIGURA 20 – GRÁFICO DE REPRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES ATINGIDAS PELO AGLOMERADO VIVA O VALE. 138
FIGURA 21 – GRÁFICO DE REPRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES ATINGIDAS PELO AGLOMERADO GELEIAS ALEGRIA. 143
FIGURA 22 – GRÁFICO DE REPRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES ATINGIDAS PELO AGLOMERADO VIII. 145
FIGURA 23 – CRITÉRIOS CONSIDERADOS PARA ANÁLISE DAS DIMENSÕES DO DTS, DE MODO A PONDERAR A NOTA DE CADA UM DOS AGLOMERADOS PESQUISADOS. 147

FIGURA 24 – CONTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO ESPACIAL AO DTS, DE ACORDO COM CADA AGLOMERADO PESQUISADO. 148
FIGURA 25 – CONTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO ECONÔMICA AO DTS, DE ACORDO COM CADA AGLOMERADO PESQUISADO. 149
FIGURA 26 – CONTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO CULTURAL AO DTS, DE ACORDO COM CADA AGLOMERADO PESQUISADO. 150
FIGURA 27 – CONTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO ECOLÓGICA AO DTS, DE ACORDO COM CADA AGLOMERADO PESQUISADO. 151
FIGURA 28 – CONTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL AO DTS, DE ACORDO COM CADA AGLOMERADO PESQUISADO. 152
FIGURA 29 – CONTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO SOCIAL AO DTS, DE ACORDO COM CADA AGLOMERADO PESQUISADO. 153
FIGURA 30 – CONTRIBUIÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA AO DTS, DE ACORDO COM CADA AGLOMERADO PESQUISADO. 154

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RELAÇÃO DE ARTIGOS RELACIONADOS AOS PRINCIPAIS TEMAS DA PRESENTE PESQUISA. 47
QUADRO 2 – APRESENTAÇÃO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS PARA CADA AGLOMERADO PRODUTIVO. 54
QUADRO 3 – CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS E SEU ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO. 57
QUADRO 4 – ASPECTOS CONSIDERADOS PARA AVERIGUAR A RELAÇÃO DOS AGLOMERADOS ESTUDADOS COM O DTS NA GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA. 60
QUADRO 5 – TERRAS INDÍGENAS NO TERRITÓRIO DA GRMA POR SETOR E RESPECTIVO MUNICÍPIO DE ABRANGÊNCIA. 67
QUADRO 6 – COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO TERRITÓRIO DA GRMA POR SETOR E RESPECTIVO MUNICÍPIO DE ABRANGÊNCIA. 68
QUADRO 7 – SETORES DA GRMA E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS EM QUE SE DETECTOU AGLOMERADOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE. 80
QUADRO 8 – LEVANTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS AOS AGLOMERADOS PRODUTIVOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE DA GRMA POR TIPO. 88
QUADRO 9 – RESUMO DA CLASSIFICAÇÃO ENQUADRAMENTO DOS AGLOMERADOS PRODUTIVOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE DA GRMA. 102
QUADRO 10 – DADOS REFERENTES AO AGLOMERADO I. 109
QUADRO 11 – DADOS REFERENTES AO AGLOMERADO II. 115
QUADRO 12 – DADOS REFERENTES AO AGLOMERADO III. 119
QUADRO 13 – DADOS REFERENTES AO AGLOMERADO IV. 124
QUADRO 14 – DADOS REFERENTES AO AGLOMERADO V. 130
QUADRO 15 – DADOS REFERENTES AO AGLOMERADO VI. 134
QUADRO 16 – DADOS REFERENTES AO AGLOMERADO VII. 139
QUADRO 17 – DADOS REFERENTES AO AGLOMERADO VIII. 143
QUADRO 18 – RESULTADO GERAL DA CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO DTS PARA CADA AGLOMERADO ANALISADO. 146

LISTA DE SIGLAS

AETI – Área Especial de Interesse Turístico
APA – Área de Proteção Ambiental
APL – Arranjo Produtivo Local
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBST – Cesta de Bens e Serviços Territorializados
CEM UFPR – Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CPL – Cadeias Produtivas Locais
DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável
ENID – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
ESEC – Estação Ecológica
Et al. – E outros
GRMA – Grande Reserva Mata Atlântica
GTP APL – Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
ha – hectares
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG – Indicação Geográfica
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDR – Ministério de Desenvolvimento Regional
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MI – Ministério da Integração Nacional
MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PBM – Programa Brasil Maior
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo

PEIEx – Projeto Extensão Industrial Exportadora

PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade

PIB – Produto Interno Bruto

PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPSB – Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

PPA – Plano Plurianual

PPGAMB – Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais

PTDS – Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO – Reserva Biológica

RedeSist – Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

RESEX – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS – Refúgio da Vida Silvestre

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

SIAL – Sistemas Agroalimentares Localizados

SJP – São José dos Pinhais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TBC – Turismo de Base Comunitária

1 INTRODUÇÃO

Partindo do princípio de que o modelo econômico e os sistemas de produção em massa se baseiam quase que na sua totalidade nas dinâmicas de urbanização e na exploração dos recursos naturais, com significativa interferência nos serviços ecossistêmicos, a crise ambiental, caminha lado a lado com as crises dos sistemas econômico e social, sendo interpretada como uma crise civilizatória pluridimensional (Denardin *et al*., 2022).

A partir da década de 1970, no período pós fordismo, em resposta ao enfrentamento da crise econômica mundial, impulsionados por políticas de desenvolvimento territorial, novos modelos industriais em nível local surgem.

Além da concentração espacial de uma atividade produtiva, aproveitando as potencialidades existentes, tais modelos apresentam aumento da competitividade por meio da redução de custos em função da proximidade entre os envolvidos (que podem ser produtores de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadores de serviços, entidades comercializadoras, clientes etc.) (Cubides; Bonacelli, 2022).

Na literatura encontram-se diferentes denominações para tais aglomerados produtivos, os quais surgem inicialmente na Europa, sendo trazidos para as Américas e se estabelecendo no Brasil na década de 1990 (Dias, 2013), inicialmente sendo denominados como Sistema Produtivo e Inovativo Local (SPIL), passando para Arranjo Produtivo Local – APL (Lastres; Cassiolato, 2003).

O desenvolvimento de atividades produtivas por meio de aglomerados perpassa pela história do Brasil e do mundo. Embora apresentem convergências, esses aglomerados diferem entre si, pois foram construídos em contextos sociais e históricos distintos.

De modo geral, observa-se que, inicialmente, os aglomerados foram criados apenas como espaços de produção e consumo, com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas do conglomerado em relação às externas. O foco principal era o crescimento econômico, muitas vezes em detrimento do desenvolvimento sustentável, refletindo o processo do capitalismo e sua estrutura piramidal. Além disso, esses aglomerados não necessariamente abordam questões

de logística e práticas sustentáveis, utilizando os recursos disponíveis principalmente para fins econômicos.

Contudo, diante das emergências que o mundo atual nos apresenta, especialmente aquelas relacionadas à área ambiental, não é mais viável pensar em processos econômicos e na expansão de territórios sob a ótica da cultura econômica desenvolvimentista, que se mostra tão prejudicial ao capital social e, principalmente, ao capital natural.

“A macroeconomia está cada vez mais aberta ao espaço e ao território” (Benko; Pecqueur, 2001, p. 32), tendo em vista a oferta de recursos específicos, que diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas. O que cria uma economia territorial, com “riquezas relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos originais de emergência de recursos[1]” (Benko; Pecqueur, 2001, p. 31). Recursos esses que podem estar relacionados a cadeias de produtos e serviços gerados a partir da sociobiodiversidade.

Os produtos e serviços da sociobiodiversidade, ao se estruturarem como uma especialização produtiva e/ou operar em cadeias produtivas complementares, não buscam apenas vantagens econômicas e ganhos de competitividade, mas promovem a interação, a cooperação e aprendizagem coletiva. E também a integração da conservação e uso sustentável dos ecossistemas e a agregação de valor socioambiental sustentável (Brasil, 2009).

Essas novas formas de organização das atividades humanas emergem da necessidade de mudança em relação aos processos sociais e ambientais, além do desejo de inovar no modelo econômico e reduzir os danos ao meio ambiente. Promovem ainda, uma maior aproximação entre indivíduos e instituições e destes com seu território, por meio de relações mais abertas ao pluralismo, buscando solucionar problemas comuns e explorar oportunidades conjuntas (Lima, 2006).

Para Cubides; Bonacelli (2022), as características produtivas de um determinado território, aliadas à identificação de um conjunto de atividades desenvolvidas localmente, tendem a movimentar uma cadeia produtiva e pode levar à especialização e vir a forma aglomerados produtivos.

---

[1] Para Pecqueur (2009, p. 98), recurso se “constitui em uma reserva, um potencial latente e mesmo virtual, que pode se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia assim o permitirem”. E os ativos são utilizados para a criação de produtos nos territórios.

Os aglomerados produtivos podem promovem “interações locais e o compartilhamento de valores e normas informais como fator de dinamismo, de diferenciação e de valorização econômica dos territórios” Albagli (2004, p. 45).

Um território se constitui a partir da relação do ser humano em sociedade e a natureza, na construção de sua história, passando por aspectos de linguagem, cultura, economia e política, manifestando a sua existência (Santos, 2008).

O território denominado Grande Reserva Mata Atlântica – GRMA, se estende do litoral norte de Santa Catarina, passando pelo litoral do Paraná até imediações da capital, chegando ao Vale da Ribeira no estado de São Paulo.

Engloba um remanescente com 3.889.824 ha de vegetação característica da Floresta Atlântica, no qual vivem populações diversas, incluindo povos e comunidades tradicionais, como caiçaras, indígenas, quilombolas etc. e agricultores familiares que desenvolvem atividades econômicas a partir de produtos e serviços da sociobiodiversidade. Além disso, podem estabelecer vínculos territoriais por meio de fatores sociais, culturais, históricos, ambientais e/ou econômicos comuns para o desenvolvimento de tal atividade.

Este território ainda apresenta atributos que favorecem a formação de conexões e relações mais colaborativas e integradas entre pessoas, empresas e instituições, compondo aglomerados produtivos. Esses aglomerados não se limitam a impulsionar processos produtivos orientados pela racionalidade econômica; eles possuem uma estrutura mais horizontalizada e se preocupam, além de manter a identidade histórica, institucional, social e cultural local, em serem economicamente inclusivos e ambientalmente sustentáveis.

A GRMA apresenta uma rica biodiversidade, que reflete em características socioculturais e ambientais únicas, além de que, tem como base o conceito de Produção de Natureza, o qual assevera que grandes áreas ainda bem conservadas propiciam o desenvolvimento local por meio da economia restaurativa (Perez, 2019).

Fator que potencializa as cadeias da sociobiodiversidade, as quais buscam a agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social e contribuem para conservação e uso sustentado dos recursos naturais (Brasil, 2009). Elementos esses, considerados estruturantes dos processos de desenvolvimento territorial sustentável (DTS).

Apesar do grande número de estudos sobre aglomerados produtivos, especialmente em relação aos diferentes aspectos ou perspectivas dos APL, a principal lacuna teórica identificada é a falta de pesquisas direcionadas à sociobiodiversidade – incluindo temas correlacionados, como a sociobioeconomia –, particularmente no contexto do bioma Mata Atlântica. Esses fatores se refletem nos resultados encontrados, que apontam para o desenvolvimento incipiente de políticas públicas e práticas de fomento econômico voltadas para aglomerados produtivos da sociobiodiversidade na Mata Atlântica.

A literatura também destacou lacunas relacionadas aos estudos sobre o impacto dos aglomerados produtivos e das cadeias da sociobiodiversidade no desenvolvimento territorial sustentável. O estudo de Dallabrida *et al.* (2021) ressalta tanto as contribuições da literatura para orientar os estudos territoriais quanto os gargalos existentes, especialmente no que se refere às propostas metodológicas para a abordagem territorial do desenvolvimento.

Dessa forma, buscou-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: como os produtos e serviços da sociobiodiversidade estabelecidos na forma de aglomerados produtivos, contribuem com o desenvolvimento territorial sustentável na Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA)?

Para tanto, a presente pesquisa se estruturou da seguinte forma:

1. Introdução, que contextualiza os aglomerados produtivos, sua relação com territórios que apresentam especialização para produtos e serviços da sociobiodiversidade, abordando a GRMA; além da pergunta e dos objetivos da pesquisa.
2. Revisão de Literatura, que envolve a economia mundial e o surgimento de novas propostas de desenvolvimento baseadas no estabelecimento de aglomerados produtivos em diferentes territórios; políticas de incentivo no contexto brasileiro; e a escala de desenvolvimento, do local ao desenvolvimento territorial sustentável (DTS) para produtos e serviços da sociobiodiversidade.
3. Procedimentos metodológicos, onde são apresentadas as ferramentas metodológicas utilizadas e as categorias de análise.
4. Resultados e discussão, que apresenta a GRMA e produtos e serviços da sociobiodiversidade identificados e mapeados em cada um dos quatro setores que compõem este território; a classificação do estágio de maturidade de cada produto

e serviço identificado como potencial aglomerado produtivo; e a contribuição de cada um dos oito aglomerados pesquisados para o DTS.

5. Considerações finais, onde se traz a reflexão sobre as potencialidades e limitações da GRMA frente ao desenvolvimento territorial sustentável.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Averiguar a contribuição dos produtos e serviços da sociobiodiversidade com potencial de formação de aglomerados produtivos, na promoção do desenvolvimento territorial sustentável (DTS) na Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA).

1.1.2 Objetivos específicos

- Mapear produtos e serviços da sociobiodiversidade no território da Grande Reserva Mata Atlântica.
- Caracterizar os produtos e serviços da sociobiodiversidade mapeados quanto à aptidão para formação de aglomerados produtivos.
- Analisar a contribuição dos aglomerados selecionados para o DTS no território da Grande Reserva Mata Atlântica.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Brasil (2009, p. 6), o “conceito de sociobiodiversidade expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais”, ou seja, integra os conhecimentos, tradições e os modos de ser, fazer e viver de povos e comunidades tradicionais com diferentes ativos da biodiversidade e a relação exercida para manutenção das riquezas naturais.

Visando aprofundar a pesquisa acerca deste tema, a presente tese foi estruturada em torno de três temáticas inter-relacionadas: aglomerados produtivos, produtos e serviços da sociobiodiversidade e desenvolvimento territorial sustentável. Assim, a revisão de literatura aqui apresentada abrange a análise, interpretação e correlação entre os temas mencionados, considerando suas respectivas abordagens a partir das fontes pesquisadas.

2.1. MUDANÇAS NA ECONOMIA MUNDIAL PARA A REESTRUTURAÇÃO DE TERRITÓRIOS E O SURGIMENTO DE AGLOMERADOS PRODUTIVOS

O final do século XIX, é marcado pela Segunda Revolução Industrial, caracterizada pela mudança nas “matrizes produtivas, energéticas e logísticas das indústrias” (Costa, 2010, p. 40).

Surge, assim, um novo modelo de desenvolvimento econômico, os chamados distritos industriais[2].Tais distritos concentravam-se na periferia de grandes centros produtores ingleses, com vistas à redução de custos na produção e aumento do poder de competição em relação às grandes indústrias têxteis da época, a partir da proximidade geográfica e da especialização produtiva, sendo um importante mercado local de empregos (Beduschi Filho; Abramovay, 2003; Costa, 2011; Alvarenga *et al.*, 2013; Fuini, 2014; Marshall, 2014; Carmo; Ortigoza, 2016; Justen; Paes-de-Souza, 2017). Na Itália ocorre a primeira fase de sua industrialização, a chamada "Primeira

[2] De acordo com Pyke, Becattini e Sengenberger (1990), os distritos industriais caracterizam-se por congregar um grande número de indústrias em diferentes estágios e vias de produção de um bem homogêneo, apresentando a vantagem de incorporar uma produção flexível e além das relações mercantis, congregar aspectos culturais, sociais e históricos comuns, presentes naquele território.

Itália", um triângulo industrial formado por Milão, Turim e Gênova (Pyke; Becattini; Sengenberger, 1990).

Este sistema foi amplamente estudado pelo economista Alfred Marshall (em seu livro intitulado *Principles of Economics*, publicado em 1890), sendo caracterizado como modelo Marshalliano, o qual tem como premissa que atividades empresariais geograficamente concentradas, apresentam uma maior eficiência e competitividade, com maiores possibilidades de obter ganhos coletivos (Albagli, 2004; Marshall, 2014).

Segundo Costa (2010), ao final da Primeira Guerra Mundial, o sistema de produção em massa, conhecido como fordista, surge nos Estados Unidos e torna-se hegemônico, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Este modelo é apresentado ao resto do mundo como um sistema produtivo que promove prosperidade econômica por meio de inovações tecnológicas e automação, no qual o espaço geográfico é reduzido a mero suporte para o desenvolvimento da atividade econômica. Sendo marcado pelo “crescimento econômico precário e ampliação das desigualdades sem precedentes na história do capitalismo” (Moraes, 2019).

De acordo com Moraes (2019), o período pós-guerra, compreendido entre 1945 e 1970, foi denominado os “Trintas Gloriosos” (expressão difundida por Jean Fourastié em 1975) e é caracterizado pela rápida industrialização, acumulação de capital e relativo controle sobre as instabilidades desse modo de produção, caracterizando o Estado como produtor de bens e serviços e como agente regulador das atividades socioeconômicas. Nesse período viu-se surgir a tríade da riqueza e do poder, composta pela Europa e Estados Unidos e depois Japão e consequentemente, os países subdesenvolvidos exportadores de matérias-primas, chamados de terceiro mundo (Moraes, 2019).

A partir da década de 1970, tal sistema começa a declinar, diante do surgimento de novas formas de produção e de gestão mais flexíveis, em torno de “novas especializações produtivas, caracterizando um processo de reaglomeração da produção no espaço geográfico” (Albagli, 2004, p. 43). Carmo; Ortigoza (2016), destacam que “a implantação do modelo de acumulação flexível não implica em uma ruptura total com a produção fordista, ou seja, o surgimento de um não corresponde ao fim do outro”.

Os modelos econômicos de produção mais flexível, são ainda mais impulsionados diante da crise mundial da década de 1970. Na Alemanha (estado de

Baden-Württemberg) e na Dinamarca (Jutland) surgem os *clusters*, aglomerados que se destacam pelo padrão organizacional que apresentam (Moreira Filho, 2009).

Os *clusters* são uma rede de empresas e entidades correlatas vinculadas a segmentos de indústrias semiartesanais (ao longo da cadeia produtiva), delimitada geograficamente em um mesmo setor industrial. Compartilhando não apenas um vínculo econômico, mas também caráter interativo, disposição para cooperação e difusão de ideias e inovações técnicas (no que diz respeito à aquisição de equipamentos e novas tecnologias), de maneira a aumentar as vantagens competitivas frente às grandes empresas (Santos; Diniz; Barbosa, 2004; Alvarenga *et al.*, 2013; Fuini, 2014; Santolin; Caten, 2015).

Entre 1970 e 1980, se estabelece a “Terceira Itália”, por meio de distritos industriais, formados por agentes situados na mesma região geográfica (região da Emilia-Romagna no norte da Itália, formada por Veneto, Toscana e Piemonte) e mesmo setor econômico tradicional (calçadistas, vestuário, processamento de alimentos) (Becattini, 1994). Podiam compreender desde os fornecedores de matéria-prima e componentes até instituições que se especializavam em determinada fase do processo, para formar uma rede de articulação, interação, aprendizado, especialização e inovação, visando o aumento da competitividade (Becattini, 1994; Costa, 2011; Alvarenga *et al.*, 2013; Fuini, 2014; Carmo; Ortigoza, 2016; Justen; Paes-de-Souza, 2017).

Rocha (2010) ressalta que a partir do início dos anos 1980, a maior parte dos países desenvolvidos implantou políticas de apoio ao desenvolvimento territorial, impulsionando a constituição de aglomerações de pequenos negócios com capacidade inovativa. Sistemas de produção localizados, que na prática não dependiam apenas das empresas constituintes, “mas da presença de instituições de regulação, concertação e apoio”, tanto no nível da economia nacional como regional, ou seja, das forças de mercado (Rocha, 2010, p. 64).

Na década de 1980, tem-se o surgimento da globalização, processo em que o espaço geográfico passa a ter menor importância, sendo compartimentalizado, reestruturando os territórios de maneira generalizada conforme os interesses econômicos e atuação política (Costa, 2011). “Com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de

Estados", como se fosse um "ator passivo" nesse transcurso da história (Santos, 2008, p. 39).

A globalização deu lugar a um modelo mais descentralizado, ampliando a competitividade entre as empresas, "mediante processos que levam à busca da unificação e não propriamente à busca da união" (Santos, 2008, p. 41). O que agrava as disparidades, pois cada empresa age em determinado espaço do território e o utiliza para fins próprios e raramente age em ações coordenadas, produzindo uma "verdadeira alienação territorial" (Santos, 2008, p. 42).

Seguindo a lógica do deslocamento de empresas "em busca de espaços onde os custos de produção são mais favoráveis" (Pecqueur, 2009, p. 79) ou ainda a criação de espaços concentrados para ofertas de determinados produtos e serviços, nesse período surgem os chamados "tecnopolos" (ou polos/parques tecnológicos) no Vale do Silício, na Califórnia, Estados Unidos. Esse tipo de aglomerado nasce a partir de políticas de inovação tecnológica e de desenvolvimento regional centralizadas, em incentivo à indústria microeletrônica, aproveitando as potencialidades locais, como a grande densidade de mão-de-obra qualificada e de centros de pesquisa, passando a ser fortemente competitivos, inclusive a nível internacional (Santos; Diniz; Barbosa, 2004; Dias, 2013; Sinay; Sinay; Braga, 2018).

A partir da década de 1990, ocorrem mudanças significativas nas sociedades com o aprimoramento das tecnologias de informação, permitindo novas formas de integração da diversidade. "Essas mudanças macroestruturais passaram a compreender processos de desterritorialização[3] e reterritorialização[4], que impactaram nas estruturas sociais, históricas, culturais e econômicas das sociedades contemporâneas", formando os "territórios-rede" (Silveira, 2013, p. 192).

Surge na França, os Sistemas Agroalimentares Localizados - SIAL, "organizações de produção e de serviços (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais, de serviços) associadas por suas características e seu funcionamento em um território específico" (Cirad, 1996 *apud* Vieira, 2013, p. 128).

---

[3] Para Silveira (2013, p. 192, grifo da autora), na desterritorialização, "o território pode ser abandonado em função da desintegração das culturas, dos hábitos tradicionais, devido à *colonização* por outras formas de socialização".

[4] Já a reterritorialização, refere-se à construção do território, o qual é visto como um espaço aberto, móvel e dinâmico e à valorização de suas especificidades, "propiciando um novo tipo de economia, interdependente, informacional, baseada no conhecimento e estruturada em redes" (Silveira, 2013, p. 192).

Os SIAL valorizam de forma integral os recursos e ativos territoriais (Champredonde; Cosiorovski, 2016), considerando seus consumidores como atores neste sistema, contribuindo para o desenvolvimento de territórios sustentáveis.

Também na França, a partir da década de 1990, Pecqueur (2001) destaca o surgimento de uma rede de diferentes atores produtivos estabelecidos em um determinado território, conhecida como Cesta de Bens e Serviços Territorializados (CBST). Nesse modelo, esses atores implementam uma estratégia voltada para oferecer um contexto específico, combinando bens e serviços que estão vinculados a um espaço delimitado, refletindo sua cultura e história. Esse fator valoriza os produtos, agregando valor tanto no sentido monetário quanto sociocultural e/ou biológico, transformando-os em ativos territoriais. Essa aliança entre produtores transforma empreendimentos isolados em uma oferta conjunta e cria vantagens de natureza diversas (Cazella *et al.*, 2020). Pecqueur (2001) acrescenta que o consumidor deve estar disposto a pagar por aspectos relacionados ao ambiente do produto e ao seu potencial de uso. Para que essa demanda se concretize, é necessária uma ação integrada entre produtores e instituições relacionadas (bens privados e bens públicos), incluindo a implementação de políticas públicas e incentivos fiscais que visem fortalecer e promover a valorização e o desenvolvimento territorial.

Na mesma década, no Brasil, começam a aparecer os Arranjos Produtivos Locais – APL, objetivando ampliar a competitividade de pequenas e médias empresas localizadas em determinado espaço geográfico[5], diante das grandes empresas e corporações (Ferro, 2015).

Emergem a partir de uma vocação regional e/ou visando a abertura de novas possibilidades e consequentemente a inserção em novos mercados. São incentivados por políticas públicas e programas de governo e financiamentos com vistas ao crescimento econômico de determinado setor ou cadeia produtiva e ao desenvolvimento regional (Ferreira *et al.*, 2011; Serrano, 2011).

O APL é caracterizado por um sistema produtivo que engloba atividades industriais, agrícolas, extrativistas ou de prestação de serviços. Ele abrange empresas de diversos tamanhos, considerando seu porte, faturamento ou área física ocupada, não havendo um número mínimo ou máximo para a formação de agrupamentos locais.

---

[5] Segundo Santos (2006) “espaço geográfico entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos (para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados) e de ações, presentes em dado momento histórico”.

O APL pode incluir uma variedade de agentes, como produtores de bens e serviços finais, fornecedores de insumos e equipamentos, prestadores de serviços, entidades comercializadoras e clientes, além de colaborar com entidades locais, objetivando fortalecer laços entre as organizações, gerar um ambiente de comunicação e estabelecer parcerias e compromissos (Lastres; Cassiolato, 2003; Costa; Silva; Nogueira, 2016). Resulta, portanto, em vantagens competitivas e contribui para o desenvolvimento socioeconômico de um determinado território (Suzigan; Furtado; Garcia, 2003; Lastres; Cassiolato, 2003).

Nunes *et al.* (2018), com base na teoria Marshalliana, ressalta que os APL se estabelecem de acordo com os seguintes atributos: a) interação de cadeias produtivas no território; b) diversificação das atividades econômicas e dos agentes; c) confiança e cooperação entre as instituições relacionadas; d) inovação e aprendizado; e) governança exercida pelos vínculos associativos, fundamentados na densa identidade coletiva.

Um dos fatores proeminentes, no entanto, é o fato de as empresas não estarem integradas verticalmente, mas horizontalmente, pois tem como base a interação, a articulação, a cooperação e compromissos entre si, e com outros atores locais (instituições governamentais e não governamentais, instituições de crédito, de ensino, pesquisa e capacitação etc.).

Embora os APL promovam estruturas colaborativas, nem sempre operam sob o espírito de coletividade. Muitas vezes, seu foco é exclusivamente a obtenção de crescimento econômico, sem contribuir efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico da localidade. Como ressaltam Chiochetta e Hatakeyama (2007), a cooperação pode se manifestar de duas formas: de maneira produtiva, visando a obtenção de economias de escala e melhorias nos índices de qualidade e produtividade, ou de forma inovativa, onde o aprendizado interativo resulta na diminuição de riscos, custos e tempo.

Contudo, essa rede de cooperação que se forma diante da emergência de novas formas de reciprocidade econômica, pode se apresentar como uma “rede de pequenas e médias empresas que transcendem a esfera das relações puramente mercantis nutridas pela formação de um tecido social”, formando arranjos institucionais descentralizados e sistemas produtivos locais (Freire, 2003, p. 261).

Segundo Bellucci *et. al.* (2014) a cooperação é um elemento chave, tanto para o desenvolvimento dos arranjos em si, como da economia como um todo.

Conforme elucidam Galvanese; Puga; Grigoletto (2024), os APL, que inicialmente eram voltados principalmente para áreas industriais, têm passado por transformações significativas. Atualmente, eles estão sendo utilizados como um meio de fomento para atividades rurais relacionadas à exploração da sociobiodiversidade. O que se torna uma vantagem para a implementação de aglomerados[6], ampliando as possibilidades de desenvolvimento e valorização dos recursos locais.

Em função do perfil técnico-científico que um aglomerado pode apresentar, é uma fonte estratégica para orientar diretrizes para a promoção de políticas públicas na área, tendo vista todos os ativos institucionais que gera, como: desenvolvimento e qualificação de mão de obra; troca de informações; fornecedores especializados de matéria-prima, componentes, produtos derivados e serviços para o desenvolvimento de toda cadeia produtiva; inovação tecnológica e propagação de conhecimento científico; marketing; acesso a novos mercados; geração de empregos indiretos; arrecadação de impostos etc. (Marshall, 2014; Santos; Diniz, Barbosa, 2004; Lastres; Cassiolato, 2005).

Se os aglomerados forem planejados com foco no desenvolvimento humano e sustentável das localidades, levando em conta as especificidades locais, eles se tornarão não apenas grandes oportunidades para negócios, mas também aglomerados produtivos sustentáveis em prol do território onde estão inseridos (Ferro, 2015). Essa abordagem integradora pode resultar em benefícios sociais, econômicos e ambientais.

2.2. POLÍTICAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL POR MEIO DE AGLOMERADOS PRODUTIVOS E DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO

[6] Aglomerados aqui entendidos como “agentes econômicos, políticos e sociais, que têm foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos entre si” (Erber, 2008, p. 12). O que possibilita ganhos de eficiência que estes agentes não poderiam atingir individualmente, configurando uma eficiência coletiva.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil iniciou um processo de industrialização significativo. Nas décadas de 1950 e 1960, foram implementadas políticas específicas destinadas a incentivar o desenvolvimento de centros industriais, especialmente nos setores mecânico e metalúrgico, em capitais menos desenvolvidas (Santos; Diniz; Barbosa, 2004). Essas iniciativas visavam não apenas promover a industrialização, mas também reduzir as desigualdades regionais e impulsionar o crescimento econômico em áreas que historicamente careciam de investimentos.

No mesmo período, é criada por meio da Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento desta região, tornando-se uma referência de política de desenvolvimento territorial (Dias, 2013).

Entre as décadas de 1960 e 1970, tem-se o advento da Revolução Verde em todo mundo, com a mecanização da agricultura, caracterizada pelo emprego de maquinários em substituição à mão de obra humana (Alves; Souza; Marra, 2011).

No Brasil, a predominância de grandes propriedades rurais, que privilegiam as monoculturas, cria um cenário desafiador para os pequenos produtores. Esses agricultores enfrentam dificuldades para competir com os grandes latifundiários, o que resulta em desvantagens significativas e na diminuição de suas rendas. Essa situação contribui para o êxodo rural, levando muitos a migrar para as regiões periféricas do país em busca de melhores oportunidades.

A partir dos anos 1970, o Brasil direcionou políticas de apoio para complexos industriais, especialmente nas áreas petroquímica, eletroeletrônica, automobilística e siderúrgica. Tais políticas visavam, principalmente aumentar a competitividade externa de determinadas cadeias industriais, promovendo a substituição das importações (Santos; Diniz; Barbosa, 2004). Simultaneamente, os recursos gerados nessas regiões mais prósperas eram reinvestidos por meio de incentivos fiscais para estimular o desenvolvimento de regiões mais carentes e impulsionar o crescimento econômico (Beduschi Filho; Abramovay, 2003). Um exemplo notável desse processo é a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, que se destacou como um modelo de sucesso nesse contexto.

Com a crise mundial do petróleo, o Brasil inicia a década de 1980 enfrentando uma brusca reversão em sua trajetória de crescimento. Este período é marcado pela estagnação do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e pela aceleração do processo

inflacionário, o que resulta no esgotamento da capacidade do Estado em promover o desenvolvimento industrial. Essa situação agrava a desigualdade social e leva o país a entrar na mais grave crise de sua história (Ometto; Furtuoso; Silva, 1995).

Em 1981, no Brasil, ocorre o marco de políticas ambientais a nível de governo federal, com a promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981), com o objetivo de proteger e preservar o meio ambiente, bem como promover o desenvolvimento sustentável. A lei aborda a manutenção do equilíbrio ecológico, a racionalização, planejamento e fiscalização do uso dos recursos naturais, a proteção dos ecossistemas, o controle das atividades potencial poluidoras, a recuperação de áreas degradadas, entre outros princípios.

No início da década de 1990, a economia brasileira volta à sua estabilidade, criando condições para a retomada do planejamento econômico e territorial.

Com o advento da globalização e uma maior preocupação com a problemática ambiental, especialmente pela realização em 1992 da II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92 (a qual reuniu 178 Estados-nação para discutir e deliberar sobre diferentes tópicos relacionados ao desenvolvimento sustentável), surgem programações mundiais para ações relacionadas ao meio ambiente e o desenvolvimento, como a Agenda 21 e as Convenções da Biodiversidade, das Mudanças Climáticas e da Desertificação, a Carta da Terra e a Declaração sobre Florestas.

A preocupação com a problemática ambiental começa a integrar as discussões político-econômicas, destacando-se a corrente que defende uma maior valorização e transformação dos espaços produtivos, bem como sua integração a programas de desenvolvimento que sejam sustentáveis (Lopes, 2010). No entanto, essa abordagem enfrenta diversas resistências no âmbito social e político, uma vez que envolve mudanças estruturais significativas (Alvarenga et al., 2013). Essa resistência é especialmente relevante no Brasil, que possui um histórico de políticas voltadas à agropecuária, frequentemente desconsiderando o contexto ecossistêmico (Brasil, 2020).

O Plano Plurianual (PPA) 1996-1999 vem com esse viés mais desenvolvimentista, apresenta uma matriz para investimentos em infraestrutura em regiões delimitadas a partir de importantes fluxos de escoamento de produtos

nacionais, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – ENID (Brasil, 1996; Silva, 2009).

Em 1997, é criada a RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais), passando a fazer parte da agenda de desenvolvimento regional no Brasil, a partir da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) de 2003-2007. Tal política dá respaldo à atuação de órgãos governamentais e agências públicas de fomento e financiamento no apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APL.

Os APL surgiram como meta, a partir de uma estratégia a nível de governo federal, no PPA 2004-2007 (Programa 0419 - Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas), com o objetivo de fomentar a competitividade produtiva de pequenas e médias empresas, numa determinada região geográfica do país (o que por si já proporciona maior vantagem competitiva, a partir dos menores custos fiscais e relativos ao transporte e mão de obra) (Serrano, 2011). E ainda colaborar com a oferta de emprego e a geração de renda, além de contribuir com o crescimento econômico e promover o desenvolvimento local e regional (Santos; Diniz; Barbosa, 2004; Tahim, 2008; Dias, 2013).

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o referido Plano Plurianual, cria ainda o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT), para promover a construção e implantação de Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) de regiões onde predominem agricultores familiares e beneficiários da reforma agrária. Cabe ressaltar que o PRONAT recebeu fomento entre os anos de 2004 e 2017.

Por meio da Portaria Interministerial nº 200, de 2 de agosto de 2004, foi instituído o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL (Brasil, 2007), integrado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Integração Nacional (MI) e mais 23 instituições, governamentais e não governamentais, o qual estimulou políticas de incentivo às indústrias por meio da criação de Núcleos Estaduais (RedeSist, 2010; Fuini, 2014).

Devido à importância do GTP APL, foi criado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o Observatório Brasileiro de APL, com o objetivo de elaborar e propor diretrizes para a atuação coordenada do governo em apoio aos

arranjos no território nacional. Essa plataforma (https://www.sistema.observatorioapl.gov.br/) permite o monitoramento e a gestão das informações e dos conhecimentos produzidos pelos APL em todo país, sendo remodelada em 2018, facilitando o acesso a indicadores para medir a eficiência de políticas públicas relacionadas.

Em 2006 foi sancionada a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006), a qual traz em seu Art. 3º a definição de agricultor familiar[7], aquele que pratica atividades no meio no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
> Esta Política designa ainda como agricultor familiar: I - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até 500 m³ de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural (excluindo-se os garimpeiros e faiscadores); IV - pescadores artesanais; V - povos indígenas; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (Brasil, 2006).

Esta política também estabelece o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

No âmbito do PPA 2007-2010, os APL foram integrados ao Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com ações na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), atuando em três linhas: o Projeto Extensão Industrial

[7] Definição considerada para a presente pesquisa.

Exportadora (PEIEx[8]); a promoção comercial de pequenas e médias empresas; e a pesquisa de mercado (segmentos de mercado consumidor, canais de distribuição e aos fornecedores) (Brasil, 2007). E de 2008-2013, os APL foram contemplados na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Em 2008, por meio de um decreto presencial (DNN 11.503 de 25 de fevereiro), institui-se o Programa Territórios da Cidadania (incluindo o Vale do Ribeira nos estados do Paraná e São Paulo), para a implementação ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do país (Lopes, 2010). Nesse caso, o território entra como um recorte para a incidência de ações governamentais e políticas setoriais, a fim de estimular diferentes setores produtivos de forma integrada na área rural.

Ressalta-se que para a inclusão do território no referido programa, foram considerados os seguintes critérios: a) menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); b) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; c) áreas com expressiva participação de assentamentos da reforma agrária, agricultores familiares, famílias de pescadores, quilombolas, terras indígenas e beneficiários do programa Bolsa Família; d) maior organização social; e) ao menos um território por estado da federação (Territórios, 2008, p. 2-3 *apud* Lopes, 2010).

Também em 2008, de 15 a 18 de julho, em Brasília/DF, ocorreu o 1º Seminário "Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis", com o objetivo de validar as proposições contidas no Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade e as propostas para a implementação do mesmo.

O documento com os resultados deste evento[9], apresenta uma matriz síntese das principais cadeias de produtos da Mata Atlântica, considerando as regiões sul e sudeste e a zona costeira-marinha: plantas ornamentais; mudas de espécies nativas; espécies madeireiras nativas; madeiras morta e silvicultura de nativas (pau brasil,

---

[8] Os objetivos do PEIEx são: incrementar a competitividade das empresas, disseminar a cultura exportadora, ampliar o acesso a produtos e serviços de apoio disponíveis nas instituições de Governo e setor privado, introduzir melhorias técnicos-gerenciais e tecnológicas, contribuir para a elevação dos níveis de emprego e renda, promover a capacitação para a inovação, promover a interação e a cooperação entre as empresas (APL) e instituições de apoio (Brasil, 2007).

[9] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/bioeconomia/acervo-historico/plano-nacional-para-a-promocao-dos-produtos-da-sociobiodiversidade-pnbsb/subsidios-para-criacao-do-pnpsb/seminario-nacional/SeminarioNacional.pdf>.

angico, ipê, pau ferro, abajerú etc.); óleos; fibras naturais e cipós nativo; sementes nativas/crioulas; pinhão; juçara (polpa, palmito, sementes e mudas); erva-mate de SAF ou manejo de floresta nativa; raízes; farinha/mandioca; grãos nativos; frutas nativas; plantas medicinais e aromáticas; banana da terra, cacau e café orgânico; bambu nativo, taioba, araruta, piaçava, candeia, taboa, bucha, sapê; sal (produção artesanal); mel de *Apis* sp. e de meliponas e derivados; artesanato; pesca artesanal; ecoturismo e turismo rural comunitário; variedade cultural e folclore (Brasil, 2025b).

Por meio da Portaria interministerial nº 239, em 2009, foi implementado o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), o qual apresenta a definição de sociobiodiversidade que embasa a presente tese:

> bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (Brasil, 2009).

O PNPSB objetiva promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais e tradicionais, por meio de políticas de crédito; de assistência técnica e extensão rural; de acesso a mercados e aos instrumentos de comercialização; e a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). E está organizado em seis eixos de ação: i) promoção e apoio à produção e ao extrativismo sustentável; ii) estruturação e fortalecimento dos processos industriais; iii) estruturação e fortalecimento de mercados para os produtos da sociobiodiversidade; iv) fortalecimento da organização social e produtiva; v) ações complementares para fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade; vi) ações complementares para a valoração dos serviços da sociobiodiversidade.

Em 2010, o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, contratou a RedSist para o mapeamento e análise das políticas para Arranjos Produtivos Locais no Brasil, estudo este que envolveu equipes de pesquisa de universidades de 22 estados, totalizando mais de 200 pesquisadores especialistas no tema. Os resultados serviram para o aprimoramento das políticas de desenvolvimento

regional e financiamentos implementados pelo BNDES e por parceiros para apoiar APL (RedeSist, 2010).

Em 2012, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), firmou acordos de subvenção com oito organizações da sociedade civil para o fortalecimento de APL da Sociobiodiversidade, nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte (figura 1).

Figura 1 – APL de produtos da sociobiodiversidade apoiados pela SEDR-MMA em 2012.
Fonte: Brasil, 2017.

Os APL foram ainda contemplados no Programa Brasil Maior (PBM) entre 2013-2015, visando a implementação de tais aglomerados, sobretudo mediante incentivos fiscais, incremento da infraestrutura e desenvolvimento logístico (Lastres *et al.*, 2014).

Em maio de 2015 foi realizado o II Seminário Nacional da Sociobiodiversidade, evento em que foram debatidas e acordadas as propostas para a retomada do PNPSB, o qual foi incorporado ao II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, por intermédio da Portaria Interministerial nº 01/2016, com vigência até 2019 (Brasil, 2017).

Também em 2015, foi promulgada a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, conhecida como Lei da Biodiversidade, a qual dá garantia jurídicas sobre questões relacionadas à biodiversidade brasileira e o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e ainda sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Em 2016, foi publicada a Portaria Interministerial n° 163, de 11 maio de 2016, a qual traz uma lista com 64 espécies nativas da flora brasileira, consideradas da sociobiodiversidade para serem comercializadas, contempladas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esta portaria foi revogada pela Portaria Interministerial nº 284, de 30 de maio de 2018, a qual apresenta uma nova lista contendo 79 espécies da sociobiodiversidade para fins de comercialização *in natura* ou de seus produtos derivados no PAA. A Portaria Interministerial MAPA/MMA nº 10 de 2021, substitui a Portaria nº 284 e instituiu uma nova lista com 94 espécies nativas da sociobiodiversidade para fins de comercialização *in natura* ou de derivados, no âmbito das políticas públicas da agricultura familiar, vigorando até os dias atuais.

No PPA 2016-2019 mantêm-se a diretriz de organizar os APL no território por meio do zoneamento ecológico-econômico, de modo a priorizar produtos alimentícios, fitoterápicos e cosméticos. A partir desse período, os APL deixam de ser contemplados em planos plurianuais, passando a ser contemplados por meio de programas nacionais e estaduais de forma mais abrangente, ou seja, relacionado a rotas, cadeias produtivas etc.

De modo a incentivar o surgimento de cadeias produtivas por meio de aglomerados, é instituído como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva, o Programa Rotas de Integração Nacional (implementado pela Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018, Portaria MDR nº 299, de 04 de fevereiro de 2022 e pela Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023, a qual está em vigor em

substituição à anteriores). Em que tais Rotas “são redes de sistemas produtivos inovadores associadas a cadeias de valor estratégicas capazes de promover a inovação, a inclusão produtiva e o desenvolvimento regional sustentável” (Brasil, 2023). Na figura 2 são indicadas as rotas atualmente apoiadas.

Figura 2 – Rotas em execução no ano de 2023.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2023 (https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/rotas-de-integracao-nacional).

Em 2019, por meio da Portaria nº 121 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é instituído o Programa Bioeconomia Brasil Sociodiversidade, para o aporte de recursos e políticas direcionadas aos arranjos de bioeconomia da agricultura familiar. Com vistas ao desenvolvimento de ações para estruturação de sistemas produtivos baseados no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade e do extrativismo.

No ano de 2022, por meio do Projeto de Lei Complementar nº 150/2022 (o qual altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro

de 2009) é articulada a Política Nacional de Bioeconomia com o desenvolvimento nacional. Esta legislação define bioeconomia como:

> a produção, a utilização e a conservação de recursos biológicos, incluindo os conhecimentos, ciência, tecnologia e inovação relacionados, para fornecer informações, produtos, processos e serviços em todos os setores econômicos, visando ao desenvolvimento sustentável (Brasil, 2022).

Este projeto de lei menciona ainda que a Política Nacional da Bioeconomia deverá contemplar:

- a conservação da sociobiodiversidade por meio da identificação e do aproveitamento do seu valor econômico;
- a criação de condições favoráveis às inovações que possibilitem a agregação de valor aos produtos e serviços relacionados à sociobiodiversidade brasileira;
- a inclusão socioprodutiva por meio da capacitação tecnológica, organizacional, mercadológica e legal para a bioeconomia dos produtores rurais, em especial das comunidades tradicionais, dos povos indígenas e dos agricultores familiares.

A bioeconomia surge com o propósito de promover inovações tecnológicas para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços mais sustentáveis, utilizando recursos biológicos, como plantas, animais e microrganismos, para a produção de alimentos, energia, materiais e produtos de valor agregado. Mas apresenta um viés muito mais industrial do que voltado à sociobiodiversidade, pois o próprio MCT pontua que espera que a bioeoconomia,

> contribua para o desenvolvimento de soluções para a saúde humana, a segurança hídrica, energética e alimentar, químicos renováveis, aumento da produtividade agropecuária e energética, desenvolvimento de processos industriais de menor impacto ambiental e a criação de empresas de base biotecnológica e empregos altamente qualificados. Para o melhor uso e aproveitamento dos recursos naturais e das tecnologias, sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas, são necessários planejamento e políticas públicas direcionadas para o avanço tecnológico nas diferentes áreas (Brasil, 2025a).

No sentido de agregar os conhecimentos e a valorização das comunidades tradicionais e produtores familiares às cadeias de valor, bem como o uso dos recursos naturais e da biodiversidade de forma mais sustentável, passou-se a utilizar a adjetivação “bioeconomia da sociobiodiversidade” (Ollinaho; Kroger, 2023; Saes *et al*., 2023).

Mais recentemente o termo sociobioeconomia (Galvanese; Puga; Grigoletto, 2024), tem sido inclusive incorporado em políticas específicas, como no Plano Nacional da Sociobioeconomia, o qual é um instrumento de implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, instituída pelo Decreto nº 12.044, de 05 de junho de 2024.

Decreto este, que afirma que o desenvolvimento da bioeconomia deve ocorrer por meio da articulação entre sociedade civil e o setor privado, considerando um modelo de desenvolvimento econômico que se utiliza da biodiversidade de forma sustentável, norteado pela junção dos conhecimentos científicos e tradicionais e pelas suas inovações e tecnologias (Brasil, 2024).

Dessa forma, no ano de 2024, foram realizadas oficinas de Diálogo da Sociobioeconomia[10] (cinco regionais e uma oficina nacional), para construção colaborativa do Plano Nacional da Sociobioeconomia.

Em relação à fomento para o desenvolvimento de aglomerados, o Banco do Brasil[11] oferece linhas de crédito, cartões, aplicações financeiras, tarifas voltadas exclusivamente para empresas integrantes de APL; a Caixa Econômica Federal por meio de programas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE tem apoio creditício a projetos de fortalecimento de APL; e o BNDES e a o Banco do Brasil por meio do PRONAF Bioeconomia[12], financia sistemas produtivos de exploração extrativista economicamente sustentável e projetos de turismo rural que agreguem valor a produtos e serviços da sociobiodiversidade (por meio de infraestrutura e

---

[10] Maiores informações podem ser obtidas em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/sbc/dpeb/plano-nacional-da-sociobioeconomia/dialogos-do-plano-nacional-da-sociobioeconomia>.

[11] Informações disponíveis em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/empresas/arranjo-produtivo-local#/>.

[12] Informações disponíveis em: <https://www.bb.com.br/site/agronegocios/investimentos/pronaf-abc-mais-bioeconomia/>.

equipamentos para hospedagem, eventos, processamento, acondicionamento e armazenamento de produtos que valorizem a gastronomia local).

Ressalta-se que no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo, foi instituído o Programa de Fomento de Arranjos Produtivos Locais Paulista, por meio do Decreto n° 54.654 de 07 de agosto de 2009. O qual tem como objetivo o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades regionais do estado por meio da descentralização do desenvolvimento produtivo, das cadeias paulistas, e do aumento do empreendedorismo e da competitividade das micro, pequenas e médias empresas, baseados em interação e cooperação. Para tanto, oferece recursos via editais de fomento para alavancar os APL do Estado (atualmente chamados de Cadeias Produtivas Locais – CPL), estando ativo até hoje por meio do Programa Estadual de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Locais – Programa SP Produz[13].

O Governo do Estado de São Paulo, também oferece linhas de financiamento ao agronegócio, comércio, serviços e indústria, para empresas dos municípios do Vale do Ribeira, por meio do Programa Vale do Futuro[14], com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos municípios situados nessa região.

Em suma, observa-se um avanço nos programas governamentais voltados para o desenvolvimento de territórios, promovendo a integração de cadeias produtivas e atividades econômicas com foco na bioeconomia e na sociobiodiversidade. Essas iniciativas valorizam os potenciais locais em termos socioeconômicos, culturais e ecológicos. Além disso, buscam apoiar a aprendizagem e desenvolver competências organizacionais, técnicas e produtivas, contribuindo para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Freire (2003) ressalta que a abordagem territorial em diversos programas e políticas públicas de desenvolvimento deve levar em consideração as interdependências dinâmicas, as complementaridades produtivas e a densidade associativa presentes nos contextos locais. Essas políticas de apoio, implementadas em diferentes instâncias de poder, devem fomentar a formação de arranjos que valorizem as vocações e os recursos específicos de cada território. Dessa forma, é

[13] Informações disponíveis em: <https://www.spproduz.sp.gov.br/>.
[14] Informações disponíveis em: <https://www.desenvolvesp.com.br/programas-de-governo/vale-do-futuro/>.

possível promover o desenvolvimento do aglomerado por meio do estímulo à cooperação, além de valorizar e fortalecer o território em questão.

Lastres; Cassiolato (2003) ressaltam que o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem aglomerados produtivos é um tema de grande interesse por congregar organizações públicas e privadas e movimentar diferentes instâncias da economia (geração de empregos, desenvolvimento de fornecedores especializados de matéria-prima, componentes e serviços, arrecadação de impostos etc.). Sendo importante levar em conta as especificidades e requisitos dos diferentes ambientes/territórios e atores locais, garantindo a coerência e coordenação das políticas em nível macro, a fim de estimular o desenvolvimento regional (Costa, 2011).

Políticas de incentivos ao implemento e ao fomento de aglomerados produtivos são de extrema valia para estimular processos locais de desenvolvimento e a construção de territórios sustentáveis, pois de acordo com Bellucci *et al.* (2014, p. 14) contribuem para “protagonismo local, a promoção de um ambiente de inclusão, a integração, a elevação do capital social e a redução das desigualdades regionais”.

No entanto, Ribeiro; Loiola (2009) relatam que apesar de todo o avanço preconizado pelos aglomerados produtivos para se alcançar o desenvolvimento local, muitos programas/políticas relacionadas, não têm se articulado com propostas de desenvolvimento regional/territorial/nacional, por se voltarem para suas dinâmicas endógenas ou ainda não preverem a sustentabilidade à longo prazo. E ainda privilegiarem a ótica da competitividade.

Para que um aglomerado produtivo seja sustentável, a estratégia de desenvolvimento econômico deve estar atrelada a políticas de desenvolvimento municipal/local e de meio ambiente. No entanto, Galvanese; Puga; Grigoletto (2024, p. 369) alertam que as políticas relacionadas para territórios ricos em biodiversidade, como a GRMA, devem ser planejadas integrando uma gama de agendas (econômica, conservação da diversidade biológica, segurança alimentar, manutenção da cultura etc.), superando “o tratamento fragmentado dessas múltiplas agendas e de pensá-las a partir de sua inserção em diferentes tecidos territoriais”.

O território deve ser encarado como um ambiente único para a implementação de políticas que promovam mudanças estruturais no âmbito socioeconômico e ambiental. É fundamental que esses esforços sejam realizados de maneira cíclica e constante, envolvendo o compromisso dos diversos atores, em prol das gerações

presentes e futuras. Conforme preconizado no Relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, intitulado “Nosso Futuro Comum” de 1987. O qual relaciona uma série de problemas ambientais e o desenvolvimento sustentável, de forma a assegurar a conservação dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações, integrando política e tomada de decisão, no que se refere ao desenvolvimento humano (Lima, 2006; Malheiros; Coutinho; Philippi Jr, 2012).

Complementarmente, Dallabrida (2007, p. 51) menciona que para que ocorra o desenvolvimento territorial, há necessidade de um “processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local”, convergindo para a dinamização econômica e a melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, para que o processo de desenvolvimento territorial ocorra e se torne sustentável, se faz necessário segundo CGEE (2004); Silva (2008); Justen (2017); e Denardin *et al*. (2022) considerar e estimular:

- o capital humano (os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida);
- o capital social (conjunto de recursos como confiança, cooperação, reciprocidade, organização social, aprendizado coletivo, empoderamento para prover melhor uso dos ativos econômicos);
- a governança (capacidade gerencial do governo e os níveis de participação e controle social);
- o uso sustentável do capital natural (recursos naturais).

Portanto, o conceito de desenvolvimento territorial sustentável envolve a integração dos aspectos humano, social, cultural e ambiental em um determinado território. Essa abordagem leva em consideração as particularidades locais e enfatiza a necessidade de uma participação ativa e integrada dos diferentes atores envolvidos no processo de tomada de decisão. Essa colaboração é essencial para garantir que as soluções propostas sejam adequadas e eficazes.

2.3. DO DESENVOLVIMENTO LOCAL AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, SUSTENTÁVEL A PARTIR DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Para Abramovay (2000, p. 338), "um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico", ou seja, a construção de territórios depende dos atores envolvidos, das relações de força exercidas e do contexto que envolve todo esse mecanismo, com seu caráter multidimensional.

Haesbaert (2004) aborda o território com diferentes enfoques: o econômico, em que destaca a relação capital-trabalho; o jurídico-político, em que o território é tido como um espaço delimitado em que se exerce um determinado poder, como pelo Estado; e ainda o cultural, relacionado à identidade social em relação ao espaço.

Dallabrida (2007, p. 51) define território como “uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais”, relações estas que se constituem em relações de poder “sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos”.

O conceito de território, não se resume à dimensão material ou concreta, não é somente uma realidade geográfica ou física ou um espaço político-administrativo, o “território dado” (Santos, 2006; Santos, 2008; Mauro *et al.*, 2018; Dallabrida *et al.*, 2021). Vai além de um espaço que possui limites e fronteiras, se constitui em um espaço de relações (inclusive de trabalho), interações e representações sociais, ou seja, como afirma Dallabrida *et al.* (2021), é o “território construído”.

A construção de um território se dá a partir da relação do ser humano em sociedade e com o espaço geográfico em questão, passando por uma série de fenômenos históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos vivenciados (Abramovay, 2000; Santos, 2008; Mauro *et al.*, 2018).

A ocupação de um território pode ser vista como geradora de raízes e identidade, pois um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (Souza, 2002).

Manzanal (2011) *apud* Champredonde; Cosiorovski (2016), ressalta que o desenvolvimento de um território é também determinado por processos contraditórios

e de conflito, especialmente ao que diz respeito às relações de dominação e poder, presentes nos inúmeros espaços de análise.

As relações sociais desenvolvidas pelos agentes que compõe um território, podem ser contraditórias, conflitivas ou solidárias, pois os territórios são “resultantes de processos particulares de disputas, alianças e coordenação entre distintas categorias de atores sociais, os quais assumem a identificação, a criação e a valorização de recursos latentes” (Cazella *et al.*, 2020, p. 195).

Dallabrida; Rotta; Büttenbender (2021) elucidam que um território pode apresentar um produto diferenciado em função da sua tradição histórica, reafirmando a identidade e as especificidades deste território, convergindo para a valorização da dimensão territorial nos processos de desenvolvimento.

O território é uma unidade ativa de desenvolvimento, que dispõe de recursos específicos (materiais e imateriais) e não transferíveis de uma região para outra, pois geralmente estão ligados à história local e que podem resultar em ativos territoriais específicos que pode ser inserido no sistema produtivo (Carrière; Cazella, 2003; Cazella *et al.*, 2020).

A valorização de tais recursos, revela um novo modo de geração de riqueza, que não passa pela noção de produtividade e pela concorrência via custos de produção (Pecqueur, 2014). Neste modelo, os recursos são fatores a explorar, a organizar ou a revelar, podendo ser genéricos ou específicos, e se transformam em ativos (também genéricos ou específicos) se as condições de produção e inovação tecnológica permitirem (Pecqueur, 2001).

Recursos esses que podem compor um produto ou serviço da sociobiodiversidade, agregando conhecimentos tradicionais, seja de um povo, de uma comunidade ou de agricultores familiares. Como por exemplo: um alimento *in natura* produzido, beneficiado ou processado pela agricultura familiar; um recurso provindo da biodiversidade local como um fruto, uma semente, uma essência, uma planta medicinal para venda direta ou ainda para como matéria-prima para as diferentes indústrias; a manutenção de tradições como a pesca, o artesanato etc.; os serviços de turismo em suas diferentes modalidades para evidenciar modos e costumes, a cultura e as belezas naturais.

Em relação aos benefícios e contribuições que os produtos e serviços da sociobiodiversidade podem ofertar, cita-se (figura 3):

Figura 3 – Benefícios e contribuições dos produtos e serviços da sociobiodiversidade.
Elaboração própria, a partir de Oliveira Jr *et al.* (2022) e Ramos *et al.* (2023).

Dallabrida (2020, p. 76) ressalta ainda, que os bens e serviços gerados pela sociobiodiversidade, atendem “aos princípios do bem viver, da equidade de oportunidades, de condições de trabalho dignas e da preservação ambiental”. Ou seja, as cadeias da sociobiodiversidade contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade com melhor perspectiva da dinamização socioeconômica, levando em consideração a manutenção dos serviços e bens gerados a partir dos recursos naturais.

Portanto, apresentam um enorme potencial para promover o desenvolvimento local e contribuir com o desenvolvimento integral do território com a geração de benefícios socioeconômicos e ambientais.

E a partir do momento que esta cadeia se encontra constituída em forma de arranjo ou como um aglomerado produtivo, eleva tal potencial, em virtude da articulação entre os diversos atores sociais e destes com as instituições envolvidas em torno do produto ou serviço em questão (Brasil, 2009).

Essa capacidade de atuação organizada, de cooperação e de integração, é essencial para o desenvolvimento local e competitividade do território. Tendo em vista que o aglomerado produtivo se baseia nos recursos disponíveis e conhecimento tácito, se especificando em diferentes ramos produtivos e desenvolvendo processos

de inovação para novos produtos (Synai; Synai; Braga, 2018) ou ainda para identificação de vocações locais e regionais.

Os aglomerados em função de congregarem entidades com objetivos convergentes, contribuem não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para o desenvolvimento territorial. Tendo em vista que o território deixa de ser uma “entidade geográfica” e passa a ser visto “por um mix de produção, meio social e traços culturais específicos” (Dias, 2013, p. 155), reduzindo desigualdades e potencializando as especificidades locais.

O desenvolvimento territorial consiste em um incremento da economia baseada nos recursos ofertados pelo território, considerando a potencialidade e dinâmica dos atores locais, bem como a identificação coletiva. O que incentiva a solidariedade, a cooperação e a confiança entre os atores e entidades de diferentes tipologias, estimulando o estabelecimento de parcerias e o desenvolvimento de uma coletividade (Pecqueur, 2005; Grimm; Sampaio; Betti, 2017).

Mauro *et al.* (2018, p. 491) ressaltam que a “ideia do desenvolvimento está ligada à ideologia do capitalismo e influi na vida dos seres humanos seja no aspecto social, econômico, filosófico ou moral”. Mas quando o desenvolvimento “passa a depender do desempenho do território, capacitação institucional, elementos culturais, nível de relacionamento e levantamento dos potenciais para negócios mais promissores, onde os atores se congregam e se aproximam de forma cooperativa”, tem-se o desenvolvimento territorial (Radwanski; Sampaio, Sobral, 2014, p. 79).

O conceito de desenvolvimento territorial sustentável tem origem nas discussões sobre sustentabilidade, a qual segundo Sachs (1993) aborda as cinco dimensões: i) sustentabilidade social, que envolve mudanças nos padrões de desenvolvimento pela sociedade; ii) sustentabilidade econômica que engloba a gestão mais eficiente dos recursos; iii) sustentabilidade cultural, que relaciona as diferenças culturais; iv) sustentabilidade ecológica que se baseia no uso sustentado dos recursos e capacidade de carga do planeta; v) sustentabilidade espacial, voltada para melhor configuração e distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas. Posteriormente, o autor acrescentou a dimensão política (Sachs, 2002), a qual faz menção à justiça social e à democracia.

Toda essa movimentação em prol de padrões mais sustentáveis, se estendeu ainda para questões relacionadas à produção e consumo e vem se estabelecendo à

nível nacional e mundial, infelizmente não de forma cíclica e orgânica, mas muito regulada pelas políticas de mercado.

É latente a necessidade de se revitalizar as empresas em consonâncias com os recursos específicos de cada território e nesse sentido, a sociobiodiversidade tem grande potencial, não apenas por valorizar o capital natural, mas também o capital social, incluindo povos e comunidades tradicionais e pequenos produtores rurais. Pois as relações desenvolvidas no contexto de um aglomerado produtivo sofrem a influência deste território e estabelecem “laços culturais que se mantêm fortalecidos, bem como cria uma identidade social que se projeta tanto no tempo quanto no espaço” (Justen, 2017, p. 127).

A mobilização interinstitucional (entre atores públicos e privados) proporcionada pelos aglomerados permite ainda a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento, integrando: a gestão do patrimônio cultural; a equidade social; a evolução dos processos produtivos; o uso racional dos recursos naturais; a eficiência econômica e a geração de emprego e renda; a cooperação e a atuação em rede de governança; e a melhoria da qualidade de vida (Freire, 2003; Cubides; Bonacelli, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem seu enquadramento como de natureza aplicada e de caráter exploratório e descritivo quanto aos seus objetivos. Quanto à abordagem é quantitativa e em relação aos seus procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

No contexto do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental – PPGAMB da Universidade Positivo, se insere na linha A, que trata de pesquisa em Avaliação e Modelagem Socioambientais, estando ainda associada ao Projeto de Planejamento, Conservação e Desenvolvimento Socioambiental. E em relação a sua contribuição para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacam-se os ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), 12 (consumo e produção responsáveis) e 15 (vida terrestre).

Foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos, os quais seguem descritos em seus respectivos itens: (3.1) levantamento do estado da arte por meio da realização de estudo bibliométrico de artigos científicos realizado via Portal de Periódicos da CAPES, *Web of Science* e *Scopus*; (3.2) coleta e análise de documentos técnicos, editais de fomento, relatórios e outros, pertinentes ao tema sociobiodiversidade e aglomerados produtivos; (3.3) identificação e mapeamento produtos e serviços da sociobiodiversidade na GRMA com potencial para a formação de aglomerados produtivos; (3.4) coleta de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas com informantes-chave; (3.5) sistematização e análise de dados pela técnica de triangulação de dados e análise de conteúdo.

3.1 LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE

Foi realizado o estudo bibliométrico por meio da busca em periódicos indexados, em língua portuguesa a partir do Portal de Periódicos da Capes (considerando apenas artigos revisados por pares) e na língua inglesa na base de dados bibliográficos *Scopus* e *Web of Science*, entre 2004 (quando há a inclusão dos

APL oficialmente em políticas públicas) e 2025, ressaltando-se que para o ano atual, até o fechamento desta pesquisa, não foi identificado nenhum artigo relacionado.

Tendo em vista que o descritor Arranjo Produtivo Local (e sua escrita em língua inglesa) apontou um grande número de artigos, este foi combinado com outras palavras-chave que são temas da presente pesquisa, como sociobiodiversidade e desenvolvimento territorial sustentável.

Os resumos dos artigos foram lidos, excluídos os que se repetiam e aqueles que relacionavam com áreas de conhecimento diferentes da pesquisada, como: *computer science; engineering; business; management and acoouting; economics; econometrics; finance; decision sciences; chemistry; material sciences; mathematics; medicine*; e *veterinary*. Aqueles selecionados com acesso gratuito nas plataformas de pesquisa, foram baixados para consulta e compilados em planilha no Excel, contendo informações acerca dos autores, título, ano da publicação, palavras-chave e resumo[15].

A planilha de dados elaborada, além de facilitar a leitura e respectiva análise temática, de forma a contribuir com a revisão de literatura, possibilitou a consulta rápida aos artigos armazenados pela pesquisadora, contribuindo também para indicar novos autores que escreveram sobre o tema e autores clássicos, por meio de consulta ao referencial disponibilizado em tais publicações.

Na consulta bibliométrica, ao todo, foram identificados 174 artigos relacionados aos três temas de pesquisa: sociobiodiversidade, aglomerado/arranjo produtivo e desenvolvimento territorial sustentável, com destaque para estudos que enaltecem os produtos regionais ou de determinado bioma ou ainda o desenvolvimento territorial, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Relação de artigos relacionados aos principais temas da presente pesquisa.

Ano de publicação	Autor(es)	Contexto da pesquisa
2006	Teixeira, K. H. *et al*.	Apresentou o APL Pingo d´Água (Quixeramobim/CE), que é composto por produtores agrícolas familiares que exploram a agricultura irrigada com base na produção de frutas e hortaliças, além da sua relação com território, de cooperação e inovação.

[15] Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1TmTncnUjMkzgLVIF3C-MKHO9jjCyTdnf/edit?usp=sharing&ouid=111005518228561182285&rtpof=true&sd=true>.

Ano de publicação	Autor(es)	Contexto da pesquisa
2008	Sampaio, C. A. C.; Alves, F. K; Falk, V. C. V.	A integração entre Arranjo Socioprodutivo, Turismo Comunitário e Comércio Justo em um projeto piloto na Microbacia do Rio Sagrado, em Morretes/PR, concluindo que é necessária a valorização do conhecimento tradicional-comunitário na divulgação das atividades, bens e serviços do APL.
2013	Alvarenga *et al.*	Análise das práticas de desenvolvimento sustentável para o APL de móveis em Marco/CE por meio do modelo *triple bottom line*.
	Silveira, S. M. P	Avaliação da Rede Ecovida de agroecologia, para verificar se se trata de uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira catarinense.
	Fuini, L. L.	Levantamento bibliográfico e documental sobre o tema APL.
2014		Discussão sobre as dimensões dos APL na configuração de processos sociais e econômicos, tendo como plano de fundo a indústria calçadista em Jaú/SP.
2015	Ferro, R. C.	Viabilidade de inserção de um APL da agricultura familiar no setor gastronômico para a gestão sustentável.
	Tahim, E. F.; Araújo Junior, I. F.	APL do camarão no estado do Ceará em um dado contexto sociocultural e histórico específico. Implicando em disponibilidade de mão de obra barata e flexível e vantagens competitivas de acordo com a disposição de recursos naturais para a produção em escala.
2016	Leão, E. L. R.; Moutinho, L. M. G.; Campos, L. H. R.	A dinâmica econômica local promovida pela fruticultura irrigada e vitivinicultura do Vale do Submédio do São Francisco, Pernambuco/Bahia, formando importantes arranjos produtivos e inovativos.
	Oliveira, C. M.; Mattos, C. A. C.; Santana, A. C.	Os aspectos produtivos e socioeconômicos do APL bovino e bubalino no arquipélago do Marajó, no Pará, destacando os limitantes ao desenvolvimento deste aglomerado.
	Polgea, E. B; Torrea; A.; Piraux, B. M.	As dinâmicas de proximidade na construção de redes socioeconômicas territoriais (açaí e goiaba), na Amazônia brasileira.
2017	Feiden, A. *et al.*	Análise da cadeia produtiva do cultivo de tilápia na região oeste do Paraná para formação de APL.
	Grimm, I. J.; Sampaio, C. A. C.; Betti, P	A incubação de empreendimentos na área de turismo para o desenvolvimento territorial sustentável em Guaraqueçaba/PR.
	Justen, G. S.; Paes-de-Souza, M.	As relações sociais do APL da castanha-da-amazônia no Estado do Acre, em dois territórios distintos, concluindo que a noção de pertencimento e inclusão dos agentes no arranjo, ajuda a promover o desenvolvimento local.
2018	Anes, C. E. R.; Deponti, C. M.; Arend, S. C.	Como a produção das agroindústrias familiares, na região das Missões (RS), foi influenciada pela lógica industrial do conceito de Arranjo Produtivo Local.

Ano de publicação	Autor(es)	Contexto da pesquisa
	Basso, D. *et. al.*	Estratégias e ações para o plano de desenvolvimento do APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro, no Rio Grande do Sul.
	Nunes *et al.*	Análise da cadeia do APL da cajucultura no processo de desenvolvimento regional e sua importância no processo de dinamização do território Açu-Mossoró/RN, destacando a importância da atuação em forma de aglomerados.
	Sinay, M. C. F.; Sinay, L.; Braga, I. L.	Diagnóstico da viabilidade da instalação de um APL de turismo.
2019	Chechi, L. A.; Schultz, G.	A caracterização dos APL de erva-mate na região sul, destacando a cadeia produtiva e a interação e o estabelecimento de relações entre agentes locais.
2020	Sampaio, G. C.; Marini, M. J.; Lavarda, R. A. B.	Análise das práticas cooperativas e a governança estabelecida pelo APL Vinícola Catarinense.
2021	Silva, R. G.; Martinelli, D. P.	Fatores formadores das dimensões do desenvolvimento local para APL.
2022	Cubides, N.; Z.; Bonacelli, M. B. M.	Um diagnóstico preliminar dos Arranjos Produtivos Locais de plantas medicinais e fitoterápicos nos biomas brasileiros.
2023	Puga, B. P.; Galvanese, C. S.; Grigoletto, F.	Análise preliminar dos arranjos produtivos da sociobiodiversidade no bioma Mata Atlântica, discutindo três itens: políticas públicas direcionadas, sistemas agroalimentares e conservação ambiental por meio de pagamento de serviços ambientais (PSA).

3.2 ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Tendo em vista estudar a contribuição dos aglomerados produtivos, em especial os de produtos e serviços da sociobiodiversidade para o desenvolvimento de territórios sustentáveis, buscou-se por meio de livros e publicações *online*, periódicos, trabalhos acadêmicos, programas e projetos, levantar informações secundárias a respeito dos principais aspectos que compõem o referencial teórico adotado. Para tanto, foram realizadas as seguintes consultas: artigos pesquisados por meio do Portal de periódicos da CAPES, *Scopus* e *Web of Science*; Observatório Brasileiro de APL[16]; Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - REDESist;

[16] Maiores informações disponíveis em: <www.sistema.observatorioapl.gov.br>.

BNDES (Análise do Mapeamento e das Políticas para APLs no Brasil)[17]; *websites* governamentais em nível federal e dos estados que compõem a GRMA e programas desenvolvidos no território por organizações não governamentais e do Sistema S.

Para análise de documentos, foi adotada a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), uma técnica empregada para a recuperação e análise de informações contidas em textos e documentos. A metodologia foi dividida em três fases de dimensão cronológica: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é uma etapa de organização e tem como missão a seleção dos documentos a serem analisados, a elaboração de hipóteses e objetivos além da determinação de indicadores para a averiguação dos resultados da pesquisa. Tais atividades não precisam de uma estruturação temporal rígida. O material deve passar por uma leitura fluida e o conjunto de documentos selecionados forma o *corpus* do trabalho e devem ser escolhidos com base nos seguintes critérios: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

A exploração do material consiste na codificação e categorização, com a determinação de unidades de registro e de contexto. São aplicadas técnicas de enumeração como a presença de determinados termos, sua frequência e intensidade. Posteriormente, é feita a categorização que pode ser léxica, semântica, sintática ou expressiva (Bardin, 1977).

3.3 IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE COM POTENCIAL DE FORMAÇÃO DE AGLOMERADOS PRODUTIVOS NA GRMA

Para identificação e mapeamento de produtos e serviços da sociobiodiversidade na GRMA e suas respectivas cadeias produtivas com potencial para formação de aglomerados produtivos, foram realizadas as seguintes consultas:

---

[17] Maiores informações disponíveis em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/pesquisaedados/estudos/bndes-fep/pesquisa_cientifica/analise-do-mapeamento-e-das-politicas-para-apls-n>.

- programas governamentais e de instituições não governamentais, associações, cooperativas e incubadoras, programas de financiamento (públicos e privados) e editais para APL e cadeias da sociobiodiversidade direcionados para o território em estudo;
- plataforma do Sistema Observatório Brasileiro de APL (https://www.sistema.observatorioapl.gov.br/), na qual é disponibilizado um banco de dados de iniciativas e ações de apoio a atividades produtivas mapeadas em todo território brasileiro, focando para aquelas que se inserem no território em estudo e que tenham como foco produtos da sociobiodiversidade;
- estudos acadêmicos e oferta de produtos, como por exemplo produtos com Indicação Geográfica Brasileira (IG)[18];
- consulta às instituições e pessoas físicas integrantes da GRMA, por meio de grupo do *WhatsApp* da GRMA, o qual é público e aberto; reuniões *online* e respectivas atas; e dados disponibilizados no site institucional.

Os aglomerados identificados passaram por uma classificação a partir das informações disponíveis nos registros encontrados, com base nas proposições do "Programa de Fomento aos APLs Paulista" (Decreto Estadual nº 54.654 de 07 de agosto de 2009); de Costa (2010); e de Galvão; Vasconcellos (1999) *apud* Ferreira *et al.* (2011). Recebendo as seguintes denominações:

- ✓ **aglomerado potencial** se dá quando existe na região uma **concentração de agentes que apresentem alguma característica comum e alguma interação**, vindo a constituir um espaço econômico, mas pouco diferenciado em termos de atividades produtivas.
- ✓ **aglomerado emergente localizado** se dá quando passa a ocorrer, no local, a presença de agentes de vários tamanhos, ou ainda, setores (produtores/fornecedores), que têm como **característica comum a colaboração e/ou parceria, para o desenvolvimento de ações integradas**.
- ✓ **aglomerado emergente regionalizado** constitui-se como um **polo de crescimento**, apresentando uma instituição que concentra localmente a produção de um bem ou serviço, mas **envolve um número maior de localidades ou áreas**

[18] Maiores informações sobre os produtos com IG, estão disponíveis em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/listaigs>.

urbanas, dentro de uma mesma região geograficamente delimitada, **atuando de forma integrada.**

- ✓ **aglomerado consolidado** tem por característica a **concentração local de atividades**, observando-se a **existência de relacionamento mais intenso entre os agentes produtivos entre si e com os demais agentes institucionais locais**, com certo grau de tecnologia no processo ou produto.
- ✓ **aglomerado tecnológico** é um agrupamento consolidado em que estão reunidos **agentes intensivos em conhecimento com uma base em tecnologia significativa**, apresentando parceria com instituições como universidades e outros centros de tecnologia e de pesquisa.
- ✓ **aglomerado maduro** apresenta alto nível de **coesão interna e de organização entre os agentes internos e externos**, resultando no melhor aproveitamento das externalidades[19] geradas. **Pode inclusive ultrapassar o nível de parcerias** (local, regional, territorial) e **participa de redes *interclusters*** e pode também comercializar seus serviços e/ou produtos internacionalmente.

Tal classificação foi elaborada a partir da maturidade do aglomerado produtivo, considerando ainda itens como: identidade coletiva; concentração e descentralização do desenvolvimento produtivo; inovação e qualificação; estabelecimento de parcerias e grau de articulação; capacidade de promover o desenvolvimento local e territorial.

3.4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS PRIMÁRIOS

A composição da amostra da pesquisa se deu conjugando a classificação realizada conforme o tipo de aglomerado (potencial; emergente localizado; emergente regionalizado; consolidado, tecnológico, maduro), procurando incluir cada um dos setores produtivos elencados (agroecologia/agrofloresta; alimentação/bebida; artesanato; pescados/frutos do mar; produção de mudas; produção agrícola/agroindústria; turismo), de modo a se ter uma amostra mais diversificada.

[19] De acordo com Marshall (2014), as externalidades se configuram como eventos em que ações de um agente econômico afeta outro, o que pode ser negativo (gerando custos ou redução de bem-estar) ou positivo (gerando benefícios, como por exemplo investimento, tecnologia etc.).

Outro critério adotado para escolha foi por aquelas entidades que apresentassem cadeias da sociobiodiversidade que convergissem com pelo menos uma das características apresentadas pelo PNPSB (Brasil, 2009) como: sistema integrado, constituído por atores interdependentes; sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição e comercialização de produto e serviços da sociobiodiversidade; produtos ou serviços com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Cabe ressaltar que houve várias instituições contatadas por e-mail, *WhatsApp* e redes sociais que não retornaram; outras não puderam ser contatadas via telefone, em função do número divulgado não estar mais ativo ou pertencer a uma pessoa que não mais integra ao aglomerado; e ainda instituições como associações e cooperativas que informaram necessitar levar o pedido de entrevista para assembleia, não havendo devolutiva em tempo hábil. Dessa forma, alguns aglomerados previamente selecionados precisaram ser substituídos.

Os atores que integram o produto ou serviço pré-selecionados foram contatados por e-mail e/ou contato telefônico e/ou *WhatsApp*, de modo a averiguar a adesão à pesquisa.

Os critérios para participar da coleta de dados foram: (i) adesão voluntária a partir do primeiro contato de convite em participar da pesquisa; (ii) aceitar os protocolos previstos no Comitê de Ética em Pesquisa[20] (o respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE encontra-se no Apêndice II); e (iii) ser liderança autoindicada ou indicada pelos seus pares e que representam o respectivo aglomerado.

No setor Serra do Mar Sul, de modo a ser mais abrangente com o território, dentro dos aglomerados identificados, escolheu-se um aglomerado da cadeia do turismo, o qual abrange quatro municípios e envolve tanto possibilidades no meio urbano, quanto rural e congrega instituições de diferentes instâncias.

No setor Rotas do Pinhão, os aglomerados selecionados estão relacionados à produção rural familiar e a agroindústria, mas com tamanhos e abordagens bastante distintas. Uma cooperativa com mais de 20 famílias que ocupam colônias rurais, contiguas à Serra do Mar Paranaense e que produz produtos até para exportação. E

[20] Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética por meio do parecer nº 7.081.711.

uma pequena indústria artesanal que congrega além do casal de sócios, mais três produtores que fornecem frutas, mas que por outro lado, tem grande inserção territorial por meio de sua distribuição e venda.

No setor Litoral do Paraná a escolha se deu por uma associação ainda em estágio inicial, que congrega meliponicultores e um programa de comercialização de pescado, que agrega vários pescadores do litoral do Paraná em sua cadeia, trazendo outros aspectos de cunho social, cultural, ambiental, além do econômico.

No setor Vale do Ribeira, devido ao maior número de aglomerados identificados, se optou por trazer três exemplares. Um relacionado à cadeia do turismo, o qual envolve em seus roteiros a participação de agentes locais, incluindo comunidades tradicionais e apresenta a visão da conservação dos recursos do território para a perpetuação da sua atividade econômica. Os outros dois aglomerados dizem respeito a roteiros um culinário e outro do artesanato, que se estabelecem por mais de um município, e que trazem consigo como foco a conservação da cultura, dos modos de ser e fazer, agregando renda a tais fatores.

Apresenta-se no quadro 2, a relação de entrevistados.

Quadro 2 – Apresentação do perfil dos entrevistados para cada aglomerado produtivo.

Setor	**Aglomerado**	**Perfil do entrevistado**
Litoral do Paraná	I – Olha o peixe	Representante institucional
Vale do Ribeira	II – Rota da Cerâmica do Alto Vale Ribeira	Funcionários de prefeitura participante
Rotas do Pinhão	III – Coocastel	Representante institucional
Serra do Mar Sul	IV – Destinos do Quiriri	Funcionários de prefeitura participante
Litoral do Paraná	V – AME Litoral	Representante institucional
Vale do Ribeira	VI – Viva o Vale	Representante institucional
Rotas do Pinhão	VII – Geleias Alegria	Representante institucional
Vale do Ribeira	VIII – Roteiro do Milho	Funcionários de prefeitura participante; expositor

A coleta de dados primários, se deu por meio de entrevista semiestruturada (Creswell, 2010) realizada de forma presencial ou *online*, de acordo com a disponibilidade e preferência do(a) entrevistado(a).

A entrevista em função da flexibilidade permite recolher testemunhos e interpretações dos entrevistados respeitando seus quadros de referência, ou seja, a

sua linguagem e categorias de pensamento (Quivy; Campenhoudt, 2008) e ainda torna possível a observação da forma de expressão dos entrevistados.

Para tanto, foi elaborado um roteiro (Apêndice I) para coleta de dados primários, qual se estrutura em dois blocos temáticos: o primeiro com 06 questões referente a levantamento de dados de perfil dos respondentes (contendo uma questão fechada e o restante abertas); e o bloco seguinte, com um conjunto de 08 questões abertas referentes à identificação da cadeia produtiva do produto/serviço da sociobiodiversidade; a contextualização do aglomerado produtivo; às características relacionadas à inovação tecnológica, a promoção da sociobiodiversidade, da economia local e a conservação ambiental; e a relação com o território da GRMA.

Todas as oito entrevistas realizadas foram gravadas com o auxílio de gravador de voz, com o respectivo consentimento e após compilação, apresentadas para que o(a) entrevistado(a) fizesse as validações. De posse da versão final das respostas, a gravação foi deletada. Somente a partir desse processo, iniciou-se a análise dos dados coletados.

Para enunciar os dados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, uma técnica que consiste em ler, analisar, sistematizar e submeter a recortes de acordo com a síntese que se busca, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, que ajudam a reinterpretar as mensagens e conhecer aquilo que está por trás das palavras, buscando conhecer o implícito, na palavra do entrevistado (Bardin, 1977; Queiroz, 1991).

Esta técnica tradicionalmente constitui-se em um processo em que os testemunhos recolhidos passam por diversas leituras e pela análise propriamente dita, envolvendo três etapas: i) o recorte das unidades ou unitarização, que consiste no exame detalhado e na fragmentação do texto em unidades de base; ii) a classificação, categorização ou codificação, que estabelece uma nova relação entre as unidades de base, permitindo o agrupamento de elementos semelhantes; iii) o tratamento dos resultados, que é realizado por meio de inferência ou da aplicação de técnicas estatísticas, a comunicação da mensagem transmitida e a representação do conteúdo articulada com os referenciais teóricos da pesquisa.

Foram considerados preceitos socioeconômicos, culturais, institucionais, ambientais, de modo a avaliar a contribuição de cada aglomerado produtivo da sociobiodiversidade selecionado para o DTS.

3.5 TRIANGULAÇÃO DE DADOS

Foi realizada a integração e confrontação entre os produtos e serviços identificados, os dados primários coletados e os dados secundários, por meio do método de triangulação (figura 4).

Segundo Bulmer (1984) *apud* Cortes (1998), a triangulação é uma estratégia, que permite um “casamento metodológico”, ou seja, é a combinação de diferentes métodos e técnicas de coleta de dados usadas durante uma pesquisa, que permitem a análise e validação do fenômeno estudado por meio de diferentes pontos de vista, conferindo uma maior compreensão do mesmo e consequentemente maior credibilidade.

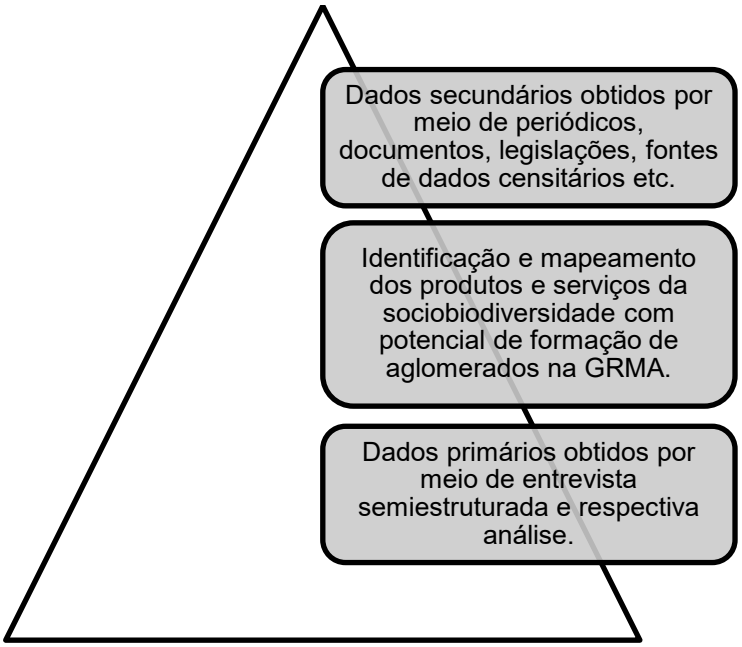

Figura 4 – Triangulação realizada a partir dos dados coletados.

Os dados coletados foram organizados em banco de dados (planilhas Excel), tabulados, cruzados e analisados, sendo apresentados na forma de tabelas, gráficos, mapas e/ou organogramas. No Quadro 3, apresenta-se um resumo dos procedimentos utilizados, as respectivas fontes de informação e as macro categorias criadas para as análises.

Quadro 3 – Categorias de análise dos dados coletados e seu enquadramento metodológico.

Objetivo específico	Categorias	Subcategorias	Passos metodológicos	Fonte de pesquisa
Identificar e mapear produtos e serviços da sociobiodiversidade no território a Grande Reserva Mata Atlântica.	Sociobiodiversidade	- Cadeias da sociobiodiversidade no território da GRMA. - Produtos e serviços da sociobiodiversidade na GRMA.	Levantamento do estado da arte.	Artigos científicos.
			Análise de documentos.	Documentos técnicos, editais de fomento, relatórios e demais documentos pertinentes.
			Caracterização da área de estudo.	Literatura, legislação, documentos técnicos e demais documentos pertinentes à GRMA.
			Identificação e mapeamento de produtos e serviços da sociobiodiversidade na GRMA.	Sites de prefeituras dos municípios que fazem parte da GRMA e dados produzidos pela GRMA e socializados via site institucional e grupos de *WhatsApp*.
Caracterizar os produtos e serviços da sociobiodiversidade mapeados quanto à aptidão para formação de aglomerados produtivos.	Aglomerados produtivos na GRMA	- Aglomerados produtivos na GRMA e caracterização; - Atores locais que participem de aglomerado produtivo e/ou cadeia da sociobiodiversidade. - Cooperativas, associações e outras formas de atuação em rede da agricultura familiar e compostas por comunidades tradicionais na GRMA. - Caracterização do aglomerado produtivo quanto à conformação institucional e a cadeia produtiva. - Parcerias estabelecidas e respectivas contribuições.	Classificação de aglomerados produtivos da sociobiodiversidade no território da GRMA.	Artigos científicos; Documentos técnicos, editais de fomento, relatórios e demais documentos pertinentes ao tema aglomerados produtivos e sociobiodiversidade.
				Sites governamentais e das respectivas instituições que compõem o aglomerado.
Analisar a contribuição dos aglomerados selecionados para o DTS no território da Grande Reserva Mata Atlântica.	DTS	- Identificação da cadeia produtiva; - Conformação institucional do aglomerado e promoção da interação e/ou cooperação entre os atores. - Participação em programas/políticas e/ou recebimento de recursos/fomento. - Capacitações para transformação pessoal e organizacional. - Inovação tecnológica/tecnologia associada.	Sistematização e análise de dados pela técnica de triangulação.	Dados secundários obtidos em fontes diversas.
				Entrevista.
				Materiais institucionais fornecidos pelo entrevistado.

Objetivo específico	Categorias	Subcategorias	Passos metodológicos	Fonte de pesquisa
		- Promoção socioeconômica no território. - Gestão/conservação do meio ambiente (como contribui para a conservação do bioma Mata Atlântica). - Inclusão ao território e relação com a GRMA. - Dificuldades e potencialidades (perspectiva de futuro).		

Os aglomerados produtivos selecionados e os respectivos dados coletados passaram por análise, de modo a verificar se desenvolvem suas atividades econômicas, primando por boas práticas em consonância com os preceitos de valoração do capital humano e cultural, bem como, o capital ambiental, desde o princípio ao final da cadeia produtiva, estimulando e contribuindo na promoção do desenvolvimento territorial sustentável na GRMA.

Cada aglomerado foi analisado com base nas dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (1993; 2002) e Silva; Martinelli (2021):

- Espacial – essa dimensão busca compreender como se dá a delimitação geográfica do aglomerado, levando em conta se é flexível/adaptável espacialmente e sua relevância e singularidade a nível local e para o território;
- Social – essa dimensão busca compreender se o aglomerado incentiva parcerias, a interação e a cooperação com os agentes locais e ao longo do território, se valoriza o aprendizado coletivo e o empoderamento e se contribui para a redução substancial das diferenças sociais por meio de sua atuação;
- Cultural – essa dimensão busca compreender se o aglomerado contribui para a manutenção da cultura, valorizando os conhecimentos e saberes tradicionais e considerando a pluralidade de soluções particulares na tomada de decisões.
- Institucional – essa dimensão busca compreender se o aglomerado promove a inclusão econômica e social, aumentando a autonomia dos seus atores e a corresponsabilidade com o território e se incentiva processos produtivos inovadores (que pode incluir tecnologias variadas) e o aprendizado coletivo.
- Política – essa dimensão busca compreender se o aglomerado contribui com a prestação de serviços de interesse da sociedade e para políticas públicas relacionadas ao seu nicho e ao território.
- Econômica – essa dimensão busca compreender se o aglomerado colabora na ampliação de mercados e geração emprego e renda, se propicia a prosperidade econômica, valorizando a sociobiodiversidade e a promoção de mercados justos e inclusivos.
- Ecológica – essa dimensão busca compreender se o aglomerado faz uso consciente dos recursos naturais e estimula a criação de mecanismos de minimização dos impactos ambientais das atividades produtivas.

No processo de análise, cada uma das dimensões recebeu uma pontuação em uma escala de 0 a 5 pontos (sendo: 0 nada; 1 quase nada; 2 pouco; 3 médio; 4 suficiente; 5 muito), de acordo com o aglomerado produtivo em análise, utilizando-se dados primários e secundários.

Para cada uma das dimensões foram realizadas uma ou mais perguntas-chave (conforme revisão de literatura e Silva; Martinelli, 2021), de modo a avaliar a contribuição do aglomerado para o DTS, conforme quadro 4. Cabe ressaltar que quando a dimensão apresentou mais de uma pergunta-chave, foi realizada a média ponderada acerca da pontuação recebida.

Quadro 4 – Aspectos considerados para averiguar a relação dos aglomerados estudados com o DTS na Grande Reserva Mata Atlântica.

Dimensão	Pergunta-chave em relação ao aglomerado analisado
Social	- Quanto incentiva parcerias, promove a interação e a cooperação entre os agentes locais, formando um sistema de relações duráveis, que incorpore, constantemente, valores da sociedade ao processo de desenvolvimento? - Quanto valoriza o aprendizado coletivo e o empoderamento para prover melhor uso dos ativos econômicos? - Quanto contribui para a redução substancial das diferenças sociais (materiais e imateriais), com vistas à equidade social?
Econômica	- Quanto colabora na ampliação de mercados e geração emprego e renda para povos e comunidades tradicionais e pequenos agricultores? - Quanto valoriza a sociobiodiversidade e a promoção de mercados justos e inclusivos? - Quanto propicia a prosperidade econômica a partir da alocação e gestão mais eficiente dos recursos, da melhoria da produtividade e da competitividade, compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável?
Cultural	- Quanto valoriza os conhecimentos e saberes tradicionais, habilidades e competências das comunidades locais? - Quanto contribui para a manutenção da cultura e dos modos de ser, fazer e viver? - Quanto considera a pluralidade de soluções particulares, em respeito às especificidades de cada cultura e local, assim como sua formação histórica?
Ecológica	- Quanto promove o uso sustentado dos recursos naturais, contribuindo para a conservação da diversidade biológica e manutenção dos serviços ecossistêmicos? - Quanto estimula a criação de mecanismos de minimização dos impactos ambientais das atividades produtivas?
Espacial	- Quanto a composição espacial/geográfica do aglomerado é flexível, no que diz respeito aos atores, atividades produtivas e relações? - Quanto o produto/serviço da sociobiodiversidade ofertado é de relevância e singularidade em nível local e territorial?

Dimensão	Pergunta-chave em relação ao aglomerado analisado
Institucional	- Quanto o produto/serviço da sociobiodiversidade ofertado promove a inclusão econômica e social? - Quanto incentiva processos produtivos inovadores? E/ou a geração, a incorporação e a difusão de tecnologias adequadas ao contexto do aglomerado? E/ou parcerias com instituições ligadas ao aprimoramento tecnológico e profissional com foco na inovação? - Quanto atua diretamente no aprendizado coletivo a partir de estruturas formais e informais de ensino e/ou ajuda a melhorar a habilidade, a autonomia e/ou a corresponsabilidade dos colaboradores/agentes envolvidos? - Quanto se relaciona com instituições às quais cabe o papel de desenvolvimento da localidade/território?
Política	- Quanto se relaciona com as organizações públicas e privadas responsáveis pelas políticas públicas, em especial aquelas voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável?

Fonte: Adaptado de Silva; Martinelli (2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, A GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA

Segundo Brasil (2006; 2012), o bioma Mata Atlântica caracteriza-se por ser uma floresta tropical, que em função da diversidade do regime pluviométrico, temperatura, topografia e solos, dentre outros aspectos, apresenta diferentes fitofisionomias, formando um mosaico de ecossistemas associados descritos pela Lei federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, a Lei da Mata Atlântica:

- Floresta Ombrófila Densa: na região sul está localizada ao longo do litoral e praticamente não tem estação seca.
- Floresta Ombrófila Aberta: tipo de transição da floresta ombrófila densa, com vegetação mais aberta e com gradientes climáticos de dois a quatro meses secos por ano.
- Floresta Ombrófila Mista: também denominada de Mata de Araucárias, localiza-se ao sul do Brasil e também pode ser encontrada em regiões mais frias no Sudeste, como serras e planaltos da região.
- Floresta Estacional Semidecidual: 20 a 50% das árvores perdem as folhas, seja por conta do calor (região Norte, Nordeste e Centro Oeste) ou por conta do frio (região Sul e Sudeste).
- Floresta Estacional Decidual: mais de 50% das árvores perdem as folhas, seja por conta do calor (região Norte, Nordeste e Centro Oeste) ou por conta do frio (região Sul e Sudeste).
- Campos de altitude: apresentam vegetação composta por espécies herbáceas encontradas acima de 100 metros de altitude.
- Manguezais.
- Restingas.
- Brejos interiorinos.
- Encraves florestais do Nordeste.

Suas características fazem do bioma um importante regulador do clima e dos fluxos dos mananciais de água, além de contribuir para a fertilidade do solo, conservação da cadeia alimentar e teia de relações existentes por meio de toda biodiversidade existente, além de proporcionar pesquisa, lazer e servir de fonte de diferentes recursos naturais (Brasil, 2010).

A área de abrangência do bioma Mata Atlântica recobre aproximadamente 15% do território nacional e concentra 72% da população brasileira, distribuída ao longo da costa leste, desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul (Brasil, 2014). O contato entre áreas naturais e polos urbanos em desenvolvimento fez com que parte significativa da cobertura original fosse suprimida. Segundo dados do MapBiomas, (2021), restam apenas 24,3% de remanescentes florestais da cobertura original.

A legislação brasileira, dispões sobre o novo Código Florestal, Lei federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação nativa, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal, além da exploração e controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais. Para o bioma Mata Atlântica, tem-se ainda a Lei da Mata Atlântica mencionada, a qual dispõe sobre o uso e proteção deste bioma e dos ecossistemas associados em seus diferentes estágios sucessionais e de regeneração.

Ressalta que este bioma tem como objetivo o desenvolvimento sustentável e a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estético e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social (Brasil, 2006).

Para além de determinar restrições, a Lei da Mata Atlântica, permite o uso sustentado do bioma, por meio da coleta de subprodutos florestais (frutos, folhas ou sementes) e de atividades de uso indireto, como o turismo, desde que não coloquem em risco as espécies da fauna e flora, garantam proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e a biossegurança (Artigo 18). E garante quando necessário ao pequeno produtor rural e populações tradicionais o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à sua subsistência e de sua família, com as devidas ressalvadas impostas pelo Código Florestal (Artigo 23, Inciso III).

Devido a sua importância em nível local e mundial, segundo Brasil (2005):

> A preservação desse bioma é importante para garantir um clima mais ameno e a conservação das bacias hidrográficas e dos estoques de água doce. (...). Parte significativa de seus remanescentes está localizada em encostas de grande declividade, evitando assim grandes catástrofes que já ocorreram onde a floresta foi suprimida, com consequências econômicas e sociais extremamente graves. Esta região abriga ainda belíssimas paisagens, cuja proteção é essencial ao desenvolvimento do ecoturismo e a várias populações, incluindo nações indígenas (Brasil, 2005).

A Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA) é o maior remanescente contínuo do bioma Mata Atlântica, com 3.889.824,00 ha, abrigando uma diversidade de ambientes e espécies da fauna e da flora, bem como uma grande riqueza cultural e histórica. A GRMA se estende pelos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (figura 5) e abrange 48 municípios, divididos em quatro setores geográficos:

- **Serra do Mar Sul**: Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Rio dos Cedros, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Schroeder;

- **Litoral do Paraná**: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná;

- **Rotas do Pinhão**: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Colombo, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná;

- **Vale do Ribeira**: Apiaí, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Capão Bonito, Eldorado, Guapiara, Ibiúna, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itanhaém, Itaóca, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Mongaguá, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Piedade, Pilar do Sul, Ribeirão Grande, São Lourenço da Serra, São Miguel Arcanjo, Sete Barras e Tapiraí.

Figura 5 – Mapa ilustrado da Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA).
Fonte: http://grandereservamataatlantica.com.br (2025).

O setor Serra do Mar Sul se estende pela costa litorânea de Santa Catarina, avançando pela baía da Babitonga, até chegar aos municípios serranos e do planalto Norte do estado (GRMA, 2025). Apresenta dois contextos distintos, por apresentar municípios litorâneos mais ligados à pesca artesanal, incluindo São Francisco do Sul que detém atividades portuárias, e por municípios caracterizados pela colonização europeia, que além de belezas naturais, apresentam indústrias com segmentos representativos de tais culturas e pela agricultura familiar com grande especialização na agroindústria. Todos esses fatores agregam ao setor, variadas possibilidades de opções na cadeia turística, indo desde o turismo de natureza, passando pelo setor de

compras, até o TBC e visitação às rotas que enaltecem as culturas típicas. Alguns municípios desse setor fazem parte ainda do “Acolhida na Colônia”[21], um programa para o desenvolvimento do agroturismos em propriedades rurais catarinenses (Silva, 2023).

O setor Litoral do Paraná se diferencia pela paisagem, contigua à Serra do Mar Paranaense, apresentando ambientes ainda bem conservados e com paisagens exuberantes, abrigando uma rica biodiversidade, inclusive com espécies ameaçadas de extinção. Se torna peculiar ainda, pela formação de baías (Guaratuba, Antonina, Paranaguá e das Laranjeiras) que possibilita o desenvolvimento da pesca artesanal aliada à cultura caiçara. A forma de ocupação desse território e os ciclos econômicos que se sucederam ao longo da sua história, imprimem em algumas cidades, características bem peculiares desse período colonial (Paraná, 2022). Dessa forma, as atividades econômicas relacionadas aos aglomerados da sociobiodiversidade nesse setor estão relacionadas à pesca, à produção rural e ao turismo.

O setor Rotas do Pinhão compreende boa parte da Região Metropolitana de Curitiba, na divisa com a Serra do Mar, combinando montanhas com a densa floresta bem preservada, sendo de grande importância para conservação de mananciais que abastecem boa parte dos moradores da região e da capital (GRMA, 2005). E também para o desenvolvimento de atividades econômicas, em especial aquelas relacionadas à produção agrícola no âmbito da agricultura familiar e serviços relacionados, como o turismo rural.

O setor Vale do Ribeira, em função dos ciclos econômicos ao longo de sua história e por sua fisiografia, manteve sua paisagem de certa forma bastante conservada, congregando dezenas de Unidades de Conservação, muitas vezes dispostas por corredores ou mosaicos, abrigando uma rica diversidade biológica. Na região serrana, concentra várias comunidades quilombolas, apresentando a maior densidade de todo o estado de São Paulo. Já na região costeira, caracterizada por um litoral mais contíguo e preservado, predominam comunidades caiçaras e comunidades pesqueiras. Há, ainda, municípios que se destacam pelo cultivo da banana, de produtos da agricultura familiar e ainda pela colonização de imigrantes, especialmente os japoneses (GRMA, 2025).

---

[21] Maiores informações podem ser obtidas em: <https://linktr.ee/acolhidanacolonia?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaYrQM8jPBTJXsoqh8fWhevGnX98X4gqt-0JhV-UANG7FzGHvXI_Gai-dhA_aem_8LLb59NFOjCY6ju4lGs1LQ>.

Ao todo, há 118 UCs (federal, estadual, municipal e particular) na GRMA, pertencentes às seguintes categorias: ESEC – Estação Ecológica; Parque; RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; APA – Área de Proteção Ambiental; RESEX – Reserva Extrativista; ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico; AETI - Área Especial de Interesse Turístico; REBIO – Reserva Biológica; RVS - Refúgio da Vida Silvestre; RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Tem cerca de 1,4 milhão de habitantes pertencentes a diversas culturas e populações tradicionais. Abrange 22 Terras Indígenas, conforme dados do ISA (Terras indígenas, 2024), expressados no quadro 5.

Quadro 5 – Terras indígenas no território da GRMA por setor e respectivo município de abrangência.

Setor	Município	Terra indígena
Serra do Mar Sul	Araquari/SC	Piraí
	Araquari/SC e Balneário Barra do Sul/SC	Pindoty
		Tarumã
	São Francisco do Sul/SC	Morro Alto
Litoral do Paraná	Guaraqueçaba/PR	Cerco Grande
	Paranaguá/PR	Ilha da Cotinga
	Pontal do Paraná	Sambaqui
Rotas do Pinhão	-	-
Vale do Ribeira	Cananéia/SP	Tapy'i - Rio Branquinho
	Cananéia/SP, Iguape/SP e Pariquera-Açu/SP	Pindoty/Araçá-Mirim
	Cananéia/SP e Iguape/SP	Guaviraty
	Eldorado/SP	Takuari Eldorado
	Iguape/SP	Ka'aguy Hovy
	Itanhaém/SP, São Paulo/SP e São Vicente/SP	Rio Branco
	Itariri/SP	Itariri/Serra do Itatins
	Miracatu/SP	Amba Porã
		Djaiko-aty
	Miracatu/SP e Pedro Toledo/SP	Ka´aguy Mirim
	Mongaguá/SP	Guarani do Aguapeú
		Itaóca
	Peruíbe/SP	Peruíbe

Setor	Município	Terra indígena
		Piaçaguera
	Sete Barras/SP	Peguaoty

Fonte: elaboração própria.

No território, em relação às comunidades quilombolas, conforme dados do INCRA (2024), são ao todo 56 comunidades, conforme especificado no quadro 6.

Quadro 6 – Comunidades quilombolas no território da GRMA por setor e respectivo município de abrangência.

Setor	Município	Comunidade quilombola
Serra do Mar Sul	Araquari/SC	Itapocu
		Areais Pequenas
	Joinville/SC	Beco do Caminho Curto
		Ribeirão do Cubatão
	São Francisco do Sul/SC	Tapera
Litoral do Paraná	Guaraqueçaba/PR	Rio Verde
		Batuva
Rotas do Pinhão	Bocaiúva do Sul/PR	Areia Branca
	Adrianópolis/PR	Córrego (Corgo) das Moças
		Córrego do Franco
		Estreitinho
		João Surá
		Três Canais
		Porto Velho
		Praia do Peixe
		São João
		Sete Barras
		Tatupeva
Vale do Ribeira	Barra do Turvo/SP	Bairro Ilhas
		Cedro
		Pedra Preta/Paraíso
		Reginaldo
		Ribeirão Grande/Terra Seca
	Cananéia/SP	Ex-Colônia
		Mandira
		Porto Cubatão
		Rio das Minas

Setor	Município	Comunidade quilombola
		Santa Maria
		Taquari
		Varadouro
	Eldorado/SP	Abobral Margem Direita
		Abobral Margem Esquerda
		André Lopes
		Boa Esperança
		Engenho
		Ivaporunduva
		Ostras
		Pedro Cubas
		Pedro Cubas de Cima
		Sapatu
	Eldorado/SP e Jacupiranga/SP	Poça
	Eldorado/SP e Iporanga/SP	Galvão
		Nhungara
		São Pedro
	Iporanga/SP	Praia Grande
		Bombas
		Maria Rosa
		Piririca
		Pilões
		Poço Grande
	Iporanga/SP e Itaóca/SP	Porto Velho
	Itaóca/SP	Cangume
	Iguape/SP	Aldeia
		Morro Seco
	Miracatu/SP	Biguazinho
	Pilar do Sul/SP	Fazenda Pilar

Fonte: elaboração própria.

Entre os povos e comunidades tradicionais integrantes da GRMA pode-se citar ainda os cipozeiros nos municípios de Garuva/SC, Itapoá/SC, Guaratuba/PR, Paranaguá/PR e Pontal do Paraná/PR (Guaraguaçu), pescadores artesanais e caiçaras.

Tais populações e comunidades tradicionais estão associados a uma ou mais características exaltadas por Diegues (1996, p. 87-88):

- dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um modo de vida;
- conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;
- reduzida acumulação de capital;
- importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

A GRMA se estabelece como um modelo de desenvolvimento local e regional. pois tem como base o conceito de “Produção de Natureza”, em que grandes áreas ainda bem conservadas, são o motor de uma economia restaurativa gerando novos negócios, viabilizando emprego e renda para as comunidades locais e desenvolvimento regional. Ou seja, alinhando conservação da biodiversidade, história, cultura local e desenvolvimento econômico (Pérez, 2019).

O conceito foi implementado na região dos Estuários de Iberá no início da década de 1990 pela fundação *The Conservation Land Trust* (CLT), que ajudou a criar o Parque Provincial Iberá, reintroduzindo espécies animais nativas, o que contribuiu

por colocar tais locais na rota do turismo ecoturístico, contribuindo com a geração de renda e transformando as comunidades locais (Pérez, 2019). Ou seja, o manejo do território de forma efetiva contribuiu para que ele cumprisse seu papel em múltiplos níveis diante da conservação da biodiversidade e da humanidade, alimentando o que Pérez (2019) chama de círculo virtuoso em que: i) um ecossistema natural apresenta melhoras em questão de conservação; ii) uma sociedade obtém mais benefícios de forma direta (como por exemplo pelo ecoturismo) e indireta (por meio dos serviços ecossistêmicos gerados); iii) surge uma área protegida com o apoio da sociedade local frente aos outros possíveis uso do território.

A abordagem de aglomerados produtivos da sociobiodiversidade na Grande Reserva Mata Atlântica, se destaca ainda pela valorização dos conhecimentos tradicionais e dos recursos materiais e imateriais.

A transformação desses recursos em ativos, por meio de um processo de mobilização dos atores, torna-os geradores de economias de aglomeração em diferentes ramos produtivos, utilizando o conhecimento tácito do território e criando e desenvolvendo processos e produtos inovativos (Pecqueur, 2005; Sinay; Sinay; Braga, 2018). Denardin; Sulzbach; Komarcheski (2015), complementam que a valorização e a ativação de recursos específicos do território, se constitui em uma estratégia de desenvolvimento territorial, ao possibilitar uma renda de qualidade territorial.

De acordo com a Portaria Interministerial MAPA/MMA nº 10 de 2021, no território da GRMA entre as espécies citadas podemos encontrar: amora preta (*Rubus* sp.), araçá (*Psidum* sp.), aroeira-pimenteira (*Schinus terebinthifolia*), arumbeva (*Opuntia* sp.), bacupari (*Garcinia* sp.), beldroega (*Portulaca oleracea*), butiá (*Butia* sp.), caju (*Anacardium occidentale*), cambuci (*Campomanesia phaea*), cambuí (*Myrciaria floribunda*), cará-de-espinho (*Dioscorea chondrocarpa*), carrapicho-agulha (*Bidens bipinnata*), cereja-do-rio-grande (*Eugenia involucrata)*, erva-mate *(Ilex paraguariensis*), fisalis ou camapu (*Physalis angulata*), gabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*), gabiroba-do-campo (*Campomanesia adamantium*), goiaba (*Psidium guajava*), goiaba-feijoa (*Feijoa sellowiana*), grumixama (*Eugenia brasiliensis*), jabuticaba (*Plinia peruviana)*, jaracatiá ou mamãozinho-do-mato (*Jacaratia spinosa* / *Vasconcellea quercifolia*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), jenipapo (*Genipa americana*), jurubeba (*Solanum scuticum*), mandioca (*Manihot esculenta*), maracujá (*Passiflora*

sp.), mini-pepininho (*Manihot esculenta*), ora-pro-nobis (*Pereskia aculeata*), palmito-juçara (*Euterpe edulis*), peperômia ou erva-de-jabuti (*Peperomia pellucida*), pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifólia*), pitanga (*Eugenia uniflora*), sete-capotes (*Campomanesia guazumifolia*), taioba (*Xanthosoma sagittifolium*), urtiga (*Urera caracasana*) e uvaia (*Eugenia pyriformis*).

A escolha deste território como área de estudo para esta tese, se deu em função de abrigar uma série de populações, inclusive tradicionais, que utilizam os recursos locais para geração de renda, seja por meio da oferta de produtos e/ou serviços que podem se caracterizar como aglomerados produtivos da sociobiodiversidade. Conforme apontado no Plano “Dá gosto ser do Ribeira” do Sebrae/SP[22]; no Programa “Mercado Mata Atlântica”[23], da Rede Brasileira da Mata Atlântica, que garante um selo de origem alinhado a práticas sustentáveis; e no programa Vocações Regionais Sustentáveis[24], desenvolvido pela Invest Paraná (agência vinculada à Secretaria Estadual do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo), para apoiar o desenvolvido e promoção de cadeias de valor de produtos e serviços em diferentes partes do estado, com vistas à abertura de mercado.

Atividades voltadas à sociobiodiversidade asseguram o desenvolvimento socioeconômico, valorizando a integridade e a diversidade de recursos naturais e culturais presentes em determinada região, contribuindo para o desenvolvimento territorial de forma sustentável.

4.2 IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS, SERVIÇOS E AGLOMERADOS PRODUTIVOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA

Para melhor interpretação dos dados coletados, os resultados foram divididos em subitens, conforme apresentado na sequência e quanto: as fontes de dados (4.2.1), a identificação das cadeias da sociobiodiversidade (4.2.2.), a localização dos

[22] Maiores informações disponível em: < https://dagostoserdoribeira.sebraesp.com.br/o-plano/>.
[23] Maiores informações disponíveis em: <https://rbma.org.br/n/programas-e-projetos/mercado-mata-atlantica/>.
[24] As cadeias de valor apoiadas podem ser acessadas em: <https://vrs.org.br/>.

aglomerados por setor da GRMA (4.2.3) e a classificação dos aglomerados produtivos (4.2.4).

4.2.1 Fontes dos dados

Inicialmente foi realizada consulta à plataforma do Sistema Observatório Brasileiro de APL[25] (na qual é disponibilizado um banco de dados de iniciativas e ações de apoio a atividades produtivas mapeadas em todo território brasileiro, focando aquelas que se inserem no território em estudo e em produtos ou serviços da sociobiodiversidade).

Cabe ressaltar que para os municípios que compõem o território da GRMA, conforme consulta ao Observatório Brasileiros de APL (última atualização em outubro/2022), no que se refere a produtos e serviços da sociobiodiversidade, foram encontrados:

- APL Agroecológico Osasco[26], de responsabilidade do Instituto Auá, contempla além de Osasco e outros municípios, Cananéia, Ilha Comprida, Juquitiba e Miguel Arcanjo no Vale do Ribeira. Os principais produtos, são frutos originários da Mata Atlântica (cambuci, uvaia, juçara, araçá, gabiroba, jerivá, jaracatiá, entre outros) cultivados em sistemas agroflorestais e transformados em polpas, geleias, bebida, doces e salgados, bem como produção de mudas das espécies, que vendidos por meio do Empório Mata Atlântica no site da instituição (https://institutoaua.org.br/empreendimentos/emporio-mata-atlantica/). Foi implementado em 2009 e em 2021 e após ser oficialmente reconhecido passou a receber apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, passando a se designar Cadeia Produtiva Local (CPL) Agroecológica da Mata Atlântica, contemplando ainda o APS – Arranjo Produtivo Sustentável do Cambuci. A instituição também foi responsável pala implantação da Rota do

[25] Maiores informações disponíveis em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl/apls-brasileiros e <https://www.sistema.observatorioapl.gov.br/>.
[26] Maiores informações disponíveis em: <https://apl-mataatlantica.brizy.site/>.

Cambuci, que engloba o município de São Lourenço da Serra/SP, a qual foi identificada como um aglomerado;

- APL de Produção de Mudas de Espécies Nativas de Iporanga (mudas nativas, compostos orgânicos e substratos e atualmente espécies exóticas também), é mantido pela Associação dos Remanescentes de Quilombo do Nhunguara, responsável pelo Viveiro Sítio Pedra[27], que também integra a "Rede Viveiros de Mudas", a qual foi considerada como um aglomerado. Este APL em novembro/2020, foi contemplado pelo "Projeto de fomento aos Arranjos Produtivos Locais e polos de desenvolvimento" da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE do Estado se São Paulo (Chamamento Público SDE-CDRT n° 001/2020) e não foi possível identificar se ainda está ativo.

Apesar de terem sido identificados apenas dois APL da sociobiodiversidade em municípios contemplados pelo território da GRMA, esse baixo número demonstra a falta de representatividade de aglomerados no bioma (conforme demonstrado pela figura 1), o que pode indicar fatores como a destruição de remanescentes e a não valoração/consumo de espécies da flora nativa. Bem como a falta de políticas públicas específicas, que contemplem e incentivem o uso sustentável da Floresta Atlântica para fins econômicos por pequenos produtores e comunidades tradicionais.

Quando se considera da sociobiodiversidade APL em municípios da região nordeste do Brasil, por exemplo, verifica-se diferentes experiências em agroecologia, agricultura e agropecuária familiar, agroindústria, apicultura, psicultura, artesanato, cultivo de milho, mandioca e cultivo de frutos diversos, inclusive por comunidades tradicionais como o APL da Fruticultura da Região Serrana dos Quilombos em Alagoas.

No bioma amazônico, os APL da sociobiodiversidade estão relacionados ao turismo ecológico e rural e produtos florestais não madeireiros, com a oferta de diferentes produtos e subprodutos de origem vegetal e frutos.

A região do Cerrado brasileiro segue na mesma linha, pois contempla APL relacionados à produtos da agroecologia (consorciando agricultura e frutos nativos), bem como, produtos da agricultura familiar e do extrativismo (frutos nativos e

[27] Maiores informações disponíveis em: <https://viveirositiopedra.wixsite.com/mudas>.

derivados) para venda *in natura* e beneficiamento (conservas de frutas, geleias, doces, polpa de fruta, produtos de panificação, farinha, cerveja, óleos e outros).

O documento do MMA sobre APL da sociobiodiversidade (Brasil, 2017), corrobora para atestar tal informação, de que tais arranjos se concentram na região nordeste, contemplando o bioma Mata Atlântica apenas nessa delimitação geográfica, com abertura recente ao bioma Amazônico e mais recente ainda ao bioma Cerrado.

Portanto, além dos APL e para efeito de análise desta tese, buscou-se ainda por outros tipos de aglomerados produtivos, incluindo as indicações geográficas (IG), redes de organizações socioprodutivas locais (associações, cooperativas), rotas de turismo, marcas coletivas e circuitos curtos de comercialização envolvendo produtos e serviços da sociobiodiversidade.

Dessa forma, foram consultadas fontes de pesquisa, como: o Programa Rotas[28] e a Vitrine do Agricultor Familiar[29] do governo federal; a lista de produtos certificados com IG[30]; o cadastro de associações e cooperativas no território; programas de incentivo às cadeias produtivas em nível de estado, como produtos com Selo Arte (SC)[31], o programa Vocações Regionais Sustentáveis no Paraná, o Programa Mercado Mata Atlântica[32], da Rede Brasileira da Mata Atlântica, o Programa Natureza Empreendedora na GRMA do SEBRAE[33] e da Fundação Grupo Boticário[34]; e o Google *My Maps* da GRMA (https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1BRWQZ4Xb_jMjiPBj2Y3gUNK6rQtm7Yg&usp=sharing).

A coleta de dados secundários, se deu ainda em busca por programas de financiamento e programas governamentais relacionados na área de estudo, projetos de instituições não governamentais executados na região etc. E ainda consultadas instituições da sociedade civil e organizações não governamentais que atuem

---

[28] Os polos podem ser acessados em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/rotas-de-integracao-nacional/rotas-de-integracao-nacional>.

[29] Maiores informações disponíveis em: <https://sistemasweb.mda.gov.br/vitrine/produtor/08428520000101/index.html>.

[30] Maiores informações disponíveis em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/listaigs>.

[31] Maiores informações disponíveis em: <https://www.cidasc.sc.gov.br/inspecao/selo-arte/>.

[32] Maiores informações disponíveis em: <https://rbma.org.br/n/programas-e-projetos/mercado-mata-atlantica/>.

[33] Maiores informações disponíveis em: <https://sebraepr.com.br/natureza-empreendedora/>.

[34] Como o mapeamento de empreendedorismo sustentável na GRMA, realizado pela Pipe Lab e Fundação Grupo Boticário em jun/jul 2020 (disponível em: <https://pipelabo.com/mapas/1o-mapa-de-empreendedorismo-sustentavel-na-grande-reserva-mata-atlantica-2020/>).

localmente, secretarias de desenvolvimento municipais e estaduais, cooperativas, incubadoras, instituições de assistência técnica e ainda consulta a programas de fomento no território.

4.2.2 Identificação das cadeias da sociobiodiversidade

Segundo Rocha (2010), para a compreensão de uma cadeia produtiva, em toda a sua complexidade e extensão (e não apenas dos elos que a compõem), é necessário entender o território onde a atividade está inserida, integrando elementos institucionais, histórico-culturais e socioeconômicos. Na GRMA foram identificadas as seguintes cadeias de valor da sociobiodiversidade:

- **Cadeia do extrativismo**: aproveitando o potencial econômico da Mata Atlântica, destacam-se atividades como a coleta do fruto da palmeira juçara, a obtenção de óleos essenciais e extratos vegetais para uso medicinal, biocosméticos e saboaria e a comercialização de sementes e produção de mudas nativas a partir destas. Bem como o extrativismo animal, como a criação de abelhas (a partir da meliponicultora e da apicultura) para produção de mel e derivados e piscicultura.
- **Cadeia da agricultura familiar**: praticada por muitas comunidades por meio da criação animal, da fungicultura, do cultivo de plantas medicinais, de alimentos tradicionais e diversificados, como por exemplo mandioca, inhame, cana-de-açúcar, hortaliças, frutas nativas e cultivadas (banana, maracujá), entre outros, o quais podem ser comercializados *in natura* ou beneficiados/processados, contribuindo inclusive para a segurança alimentar destas comunidades.
- **Cadeia da pesca artesanal**: a qual envolve comunidades tradicionais do litoral, por meio da geração de renda e a valorização das tradições locais, valorizando a sociobiodiversidade marinha e costeira.
- **Cadeia do artesanato**: produção de artesanato em cerâmica, artesanato a partir de fibras naturais, incluindo povos tradicionais, como os cipozeiros e grupos de mulheres.

- **Cadeia do turismo**: por abrigar ecossistemas diversos, paisagens exuberantes e uma rica sociobiodiversidade, são ofertadas atividades de ecoturismo, turismo de base comunitária, turismo rural, gastronômico, pedagógico, cicloturismo etc.

A GRMA apresenta serviços e produtos que promovem de cadeias da sociobiodiversidade, incluindo desde o extrativismo, passando pela agricultura familiar, a pesca artesanal, o artesanato e o turismo. O que corrobora para a conservação de ecossistemas do bioma Mata Atlântica e da biodiversidade, fortalecendo áreas protegidas, a sustentabilidade marinha e costeira, territórios tradicionais e suas respectivas culturas.

A partir de tais cadeias buscou-se identificar produtos e/ou serviços da sociobiodiversidade que se apresentassem como potenciais aglomerados produtivos. Foram localizados 100 aglomerados, com destaque para aqueles que se enquadram como produtos agrícolas ou da agroindústria (dentro da agricultura familiar e/ou provindos de comunidades tradicionais). Na figura 6 é apresentado o gráfico com uma síntese desses dados em relação aos produtos e serviços da sociobiodiversidade na GRMA.

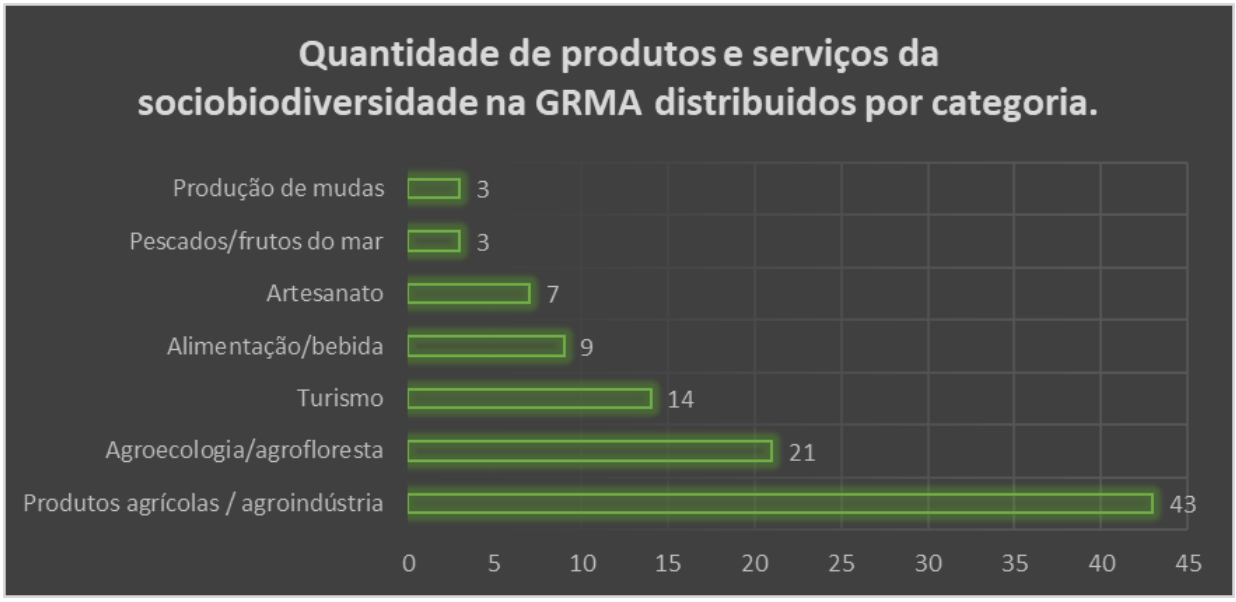

Figura 6 – Gráfico com o quantitativo de produtos e serviços da sociobiodiversidade por categoria na GRMA.

Fonte: elaboração própria.

Tais produtos e serviços conforme sua atividade principal, foram classificadas pela pesquisadora com base nas informações secundárias obtidas, de modo a facilitar a verificação de integração entre as mesmas, sendo considerados os seguintes segmentos:

- **produtos agrícolas/agroindústria (n=43)**, contemplando frutos como a banana, o maracujá, o morango e seu processamento em doces, compostas, geleias, polpa etc.; conserva artesanal; comercialização de hortaliças, verduras e frutíferas convencionais, bem como laticínios, panificados e produtos embalados; o processamento da mandioca em farinha; o beneficiamento de pescados da aquicultura; a transformação da macela em produtos diversos (chá, travesseiros etc.); a extração de resinas e óleos essenciais para comercialização (ponkan); fungicultura, entre outros, especialmente por pequenos agricultores familiares reunidos em associações e cooperativas;
- **agroecologia/agrofloresta (n=21)**, incluindo o cultivo de produtos orgânicos e agroecológicos diversos; cultivo em sistemas agroflorestais; extrativismo da palmeira juçara; cultivo de palmito pupunha e outros produtos como a banana, a mandioca etc. A grande maioria são pequenos agricultores familiares reunidos em associações ou cooperativas para venda, incluindo produtores quilombolas e assentados da reforma agrária;
- **turismo (n=14)**, prestação de serviços que inclui desde as linhas de turismo de aventura, de natureza, de base comunitária e rural, valorizando não somente o território, mas a cultura e a gastronomia local, além de rota de turismo caiçara e quilombola;
- **alimentação/bebidas (n=9)**, que incluem a produção de cachaça (inclusive com características territoriais, incluindo plantas da Mata Atlântica, como a cataia), meliponicultura e produtos derivados da banana, como por exemplo a bala de banana, produto típico, com IG, representando um dos municípios do litoral do Paraná;
- **artesanato (n=7)**, contemplando a utilização da taboa, do cipó Imbé (comunidade tradicional dos Cipozeiros de Garuva) e a fabricação de produtos cerâmicos. Um ponto de destaque é o protagonismo feminino nesta categoria;
- **pescados e frutos do mar (n=3)**, com destaque para a ostreicultura e programa de venda direta de produtos provindos da pesca artesanal;

- **produção de mudas (n=3)**, que inclui um viveiro comunitário e uma grande rede de viveiro, de produtores em municípios do Vale do Ribeira e de mudas de palmito-pupunha em Guaraqueçaba, litoral do Paraná.

Verificou-se que mais de 60% dos aglomerados identificados estão voltados para produtos agrícolas, seja por meio da agricultura convencional ou por sistemas mais sustentáveis, como a agrofloresta/agroecologia, em detrimento às demais cadeias produtivas identificadas na GRMA. Fato que vem de encontro ao advento da Revolução Verde e de inúmeras políticas que tivemos ao longo da história do Brasil para o desenvolvimento de territórios, principalmente territórios rurais por meio do agronegócio de grandes escalas. Nesse sentido, Ramos *et al.* (2023), ressaltam que o volume de investimento em políticas públicas voltadas à agricultura de pequena escala ainda é baixo, sendo um desafio para o uso econômico das espécies da sociobiodiversidade.

4.2.3 Localização dos aglomerados por setor da GRMA

No tocante à localização dos 100 aglomerados identificados, a grande maioria está no Vale do Ribeira com 40%, seguido do Litoral do Paraná com 32%, Rotas do Pinhão com 18% e na Serra do Mar Sul com 10% (figura 7).

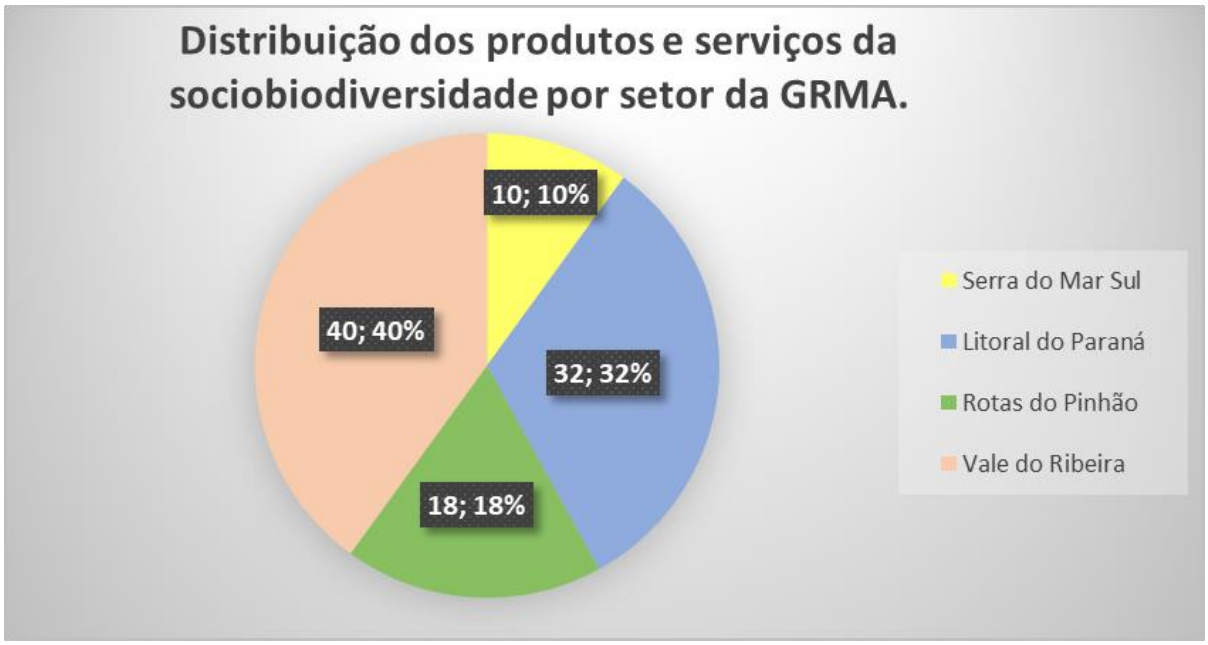

Figura 7 – Gráfico com a distribuição de aglomerados da sociobiodiversidade nos diferentes setores geográficos da GRMA.

Fonte: elaboração própria.

Em cada um dos setores da GRMA foram identificados aglomerados da sociobiodiversidade nos seguintes municípios (quadro 7):

Quadro 7 – Setores da GRMA e respectivos municípios em que se detectou aglomerados da sociobiodiversidade.

Setor Geográfico	Municípios com aglomerados identificados	Municípios sem aglomerados identificados
Serra do Mar Sul	Araquari (1), Campo Alegre (1), Corupá (2), Garuva (1), Joinville (2), Rio Negrinho (1), São Bento do Sul (2), Schroeder (2)	Balneário Barra do Sul, Itapoá, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Rio dos Cedros
Rotas do Pinhão	Adrianópolis (3), Campina Grande do Sul (1), Cerro Azul (3), Colombo (2), Piraquara (1), Quatro Barras (1), São José dos Pinhais (3), Tijucas do Sul (2), Tunas do Paraná (1)	Bocaiúva do Sul, Pinhais
Litoral do Paraná	Antonina (8), Guaraqueçaba (7), Guaratuba (5), Matinhos (3), Morretes (11), Paranaguá (3), Pontal do Paraná (2)	-
Vale do Ribeira	Apiaí (2), Barra do Turvo (4), Cajati (2), Cananéia (1), Capão Bonito (1), Eldorado (4), Guapiara (1), Ibiúna (1), Iguape (2), Ilha Comprida (2), Iporanga (1), Itaóca (2),	Itanhaém, Itariri, Juquiá, Mongaguá, Peruíbe, Tapiraí.

Setor Geográfico	Municípios com aglomerados identificados	Municípios sem aglomerados identificados
	Jacupiranga (8), Juquitiba (1), Miracatu (2), Pariquera-Açu (1), Pedro de Toledo (1), Piedade (2), Pilar do Sul (2), Ribeirão Grande (1), São Miguel Arcanjo (2), São Lourenço da Serra (1), Sete Barras (3)	

Fonte: elaboração própria.

* Há aglomerados que congregam mais de um município, havendo tal contabilização.

Ao analisar as caraterísticas dos aglomerados produtivos da sociobiodiversidade a partir dos setores geográficos da GRMA (Serra do Mar Sul, Litoral do Paraná, Rotas do Pinhão e Vale do Ribeira), tem-se a seguinte configuração no território, conforme demonstrado na figura 8.

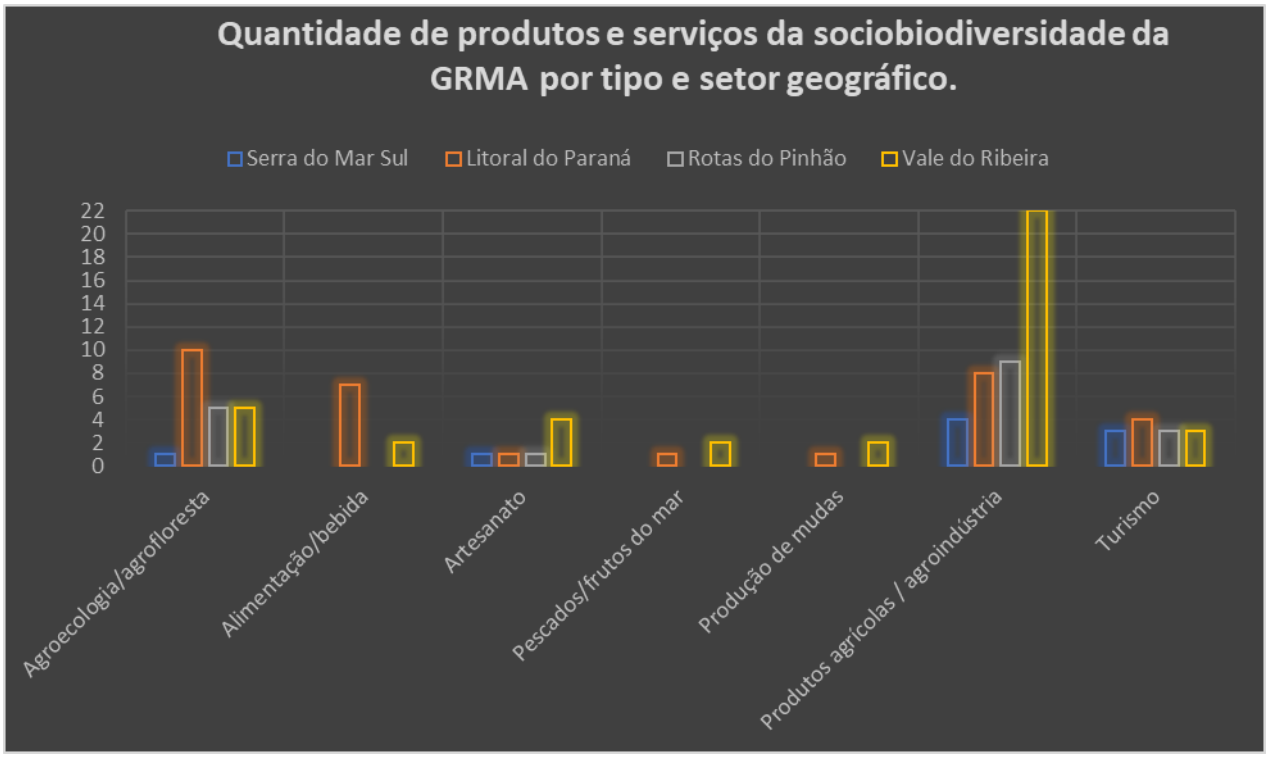

Figura 8 – Gráfico contendo os diferentes produtos e serviços da sociobiodiversidade nos setores geográficos da GRMA.

Fonte: elaboração própria.

No setor **Serra do Mar Sul** (figura 9), identificou-se 10 aglomerados que se dividem na área de produtos agrícolas/agroindústria (n=4), turismo (n=3) e de agroecologia/agrofloresta e artesanato (ambos com um aglomerado cada).

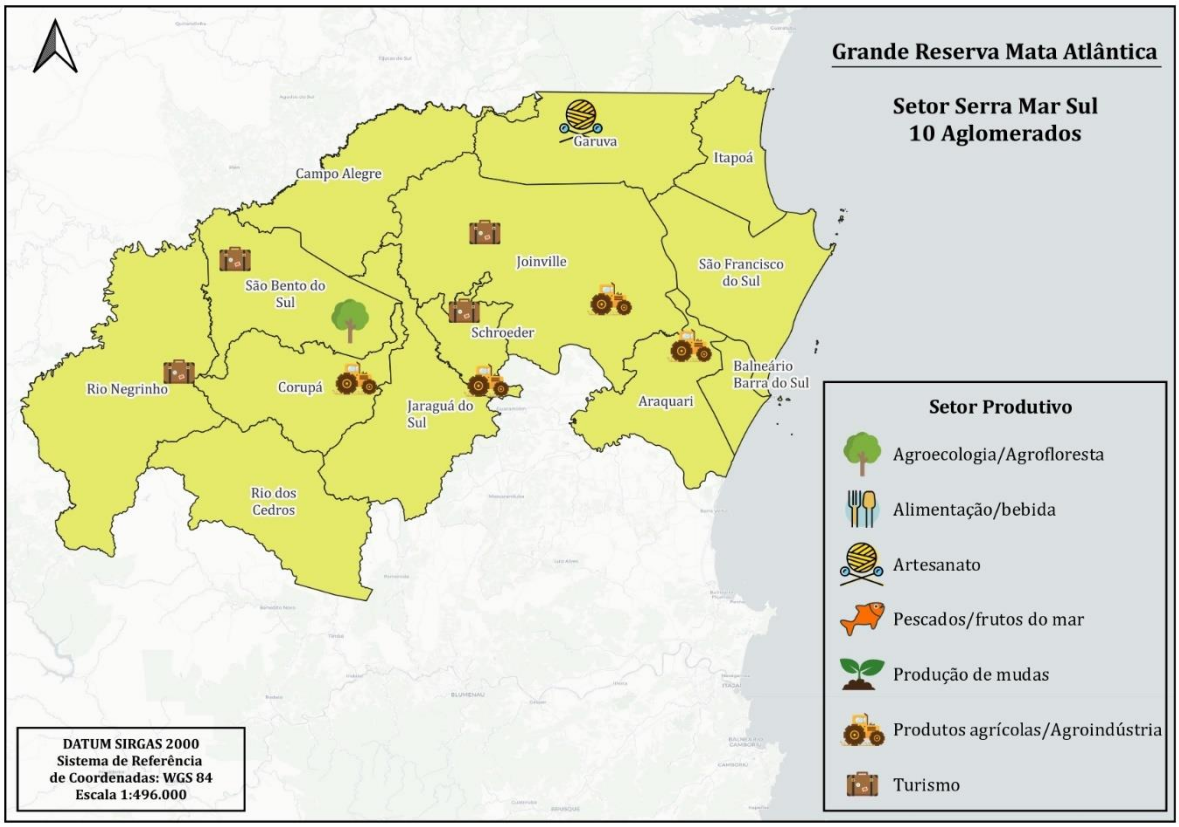

Figura 9 – Mapa com os tipos de produtos e serviços da sociobiodiversidade no Setor Serra do Mar Sul, na GRMA.

Fonte: elaboração Tábata Thaísa Gallo para a autora.

O setor Serra do Mar Sul que se destaca pelo turismo regional, com a presença de grandes indústrias e indústrias típicas, como a moveleira (São Bento do Sul e Rio Negrinho) e pela oferta de produtos da agroindústria local, retratando as especificidades da colonização europeia nessa região.

No setor **Litoral do Paraná** (figura 10), foram identificados 32 aglomerados, a maior parte de produtos provindos da agroecologia/agrofloresta (n=10), seguido de produtos agrícolas/agroindústria (n=8), o setor de alimentos e bebidas (n=7), turismo (n=4), e pescados e frutos do mar, artesanato e produtos agrícolas/agroindústria (ambos com um aglomerado cada).

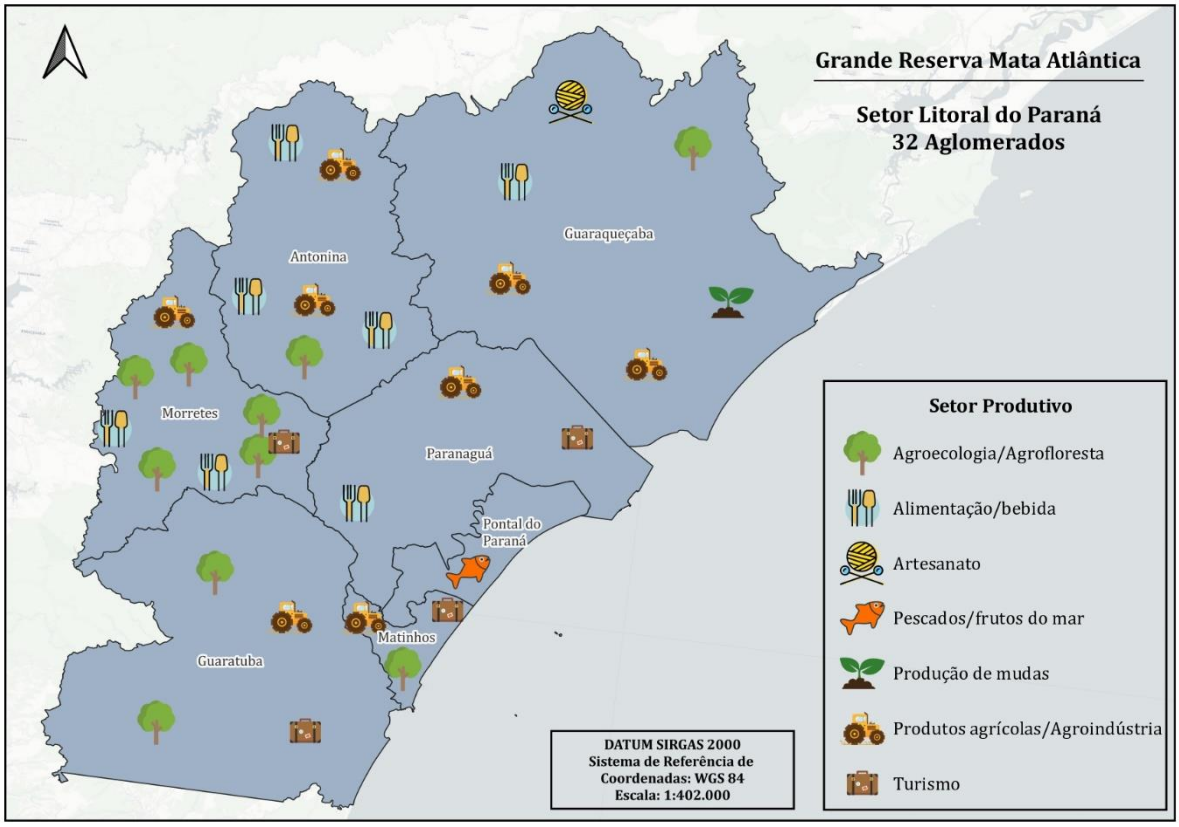

Figura 10 – Mapa com os tipos de produtos e serviços da sociobiodiversidade no Setor Litoral do Paraná, na GRMA.

Fonte: elaboração Tábata Thaísa Gallo para a autora.

No Litoral do Paraná, o destaque se dá para aqueles produtos cultivados no sistema agroflorestal e agroecologia, consorciados à diversidade florestal local e ao processamento de muitos desses produtos para alimentação. O setor de turismo e de pescados e frutos do mar aparecem em menor quantidade, tendo em vista que o mote da pesquisa se concentra no formato de coletivo/rede/aglomerado e muitas vezes essas atividades se dão de forma mais individual.

No setor **Rotas do Pinhão** (figura 11), há 18 aglomerados, a maioria relacionada a produtos agrícolas/agroindústria (n=9) e logo na sequência aparecem aqueles relacionados à agroecologia/agrofloresta (n=5), o turismo (n=3) e o artesanato (n=1).

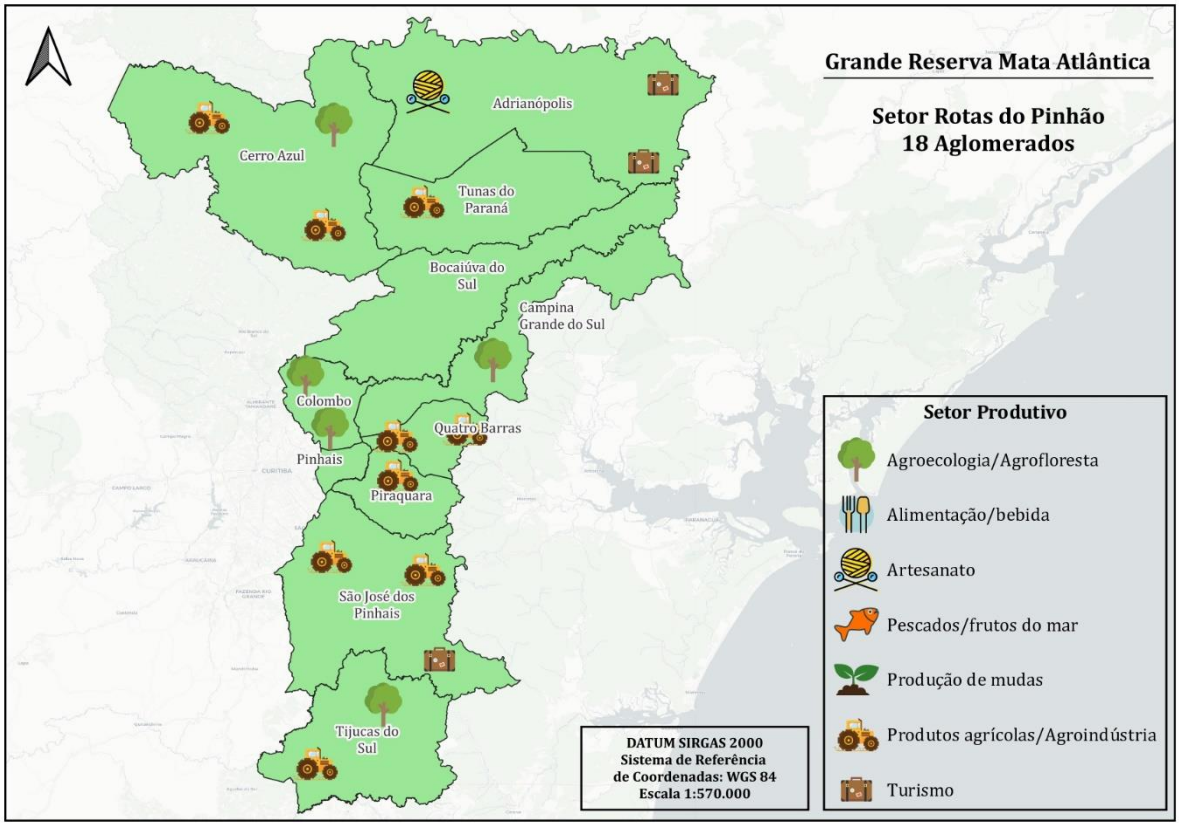

Figura 11 – Mapa com os tipos de produtos e serviços da sociobiodiversidade no setor Rotas do Pinhão, na GRMA.

Fonte: elaboração Tábata Thaísa Gallo para a autora.

O setor Rotas do Pinhão se destaca por sua vocação mais agrícola, representada pelo pequeno agricultor/agricultor familiar, vindo de encontro à colonização da região, na qual se encontram muitas “colônias” resultantes do estabelecimento de imigrantes ou colonos. Destacam-se os produtos da agroindústria, seguido da agroecologia e cultivo de orgânicos e o turismo rural especialmente.

No setor **Vale do Ribeira** (figura 12), dos 40 aglomerados identificados, os relacionados aos produtos agrícolas/agroindústria se destacam (n=22), seguido daqueles ligados à agroecologia/agrofloresta (n=5), do artesanato (n=4), do turismo (n=3), que nesse caso que grande parte destes arranjos estão relacionados à valorização da cultura e empreendedorismo de comunidades quilombolas. Por fim, aparecem aglomerados relacionados ao ramo de alimentação e bebidas, produção de mudas e ao pescado e frutos do mar, com a ostreicultura, com dois representantes cada.

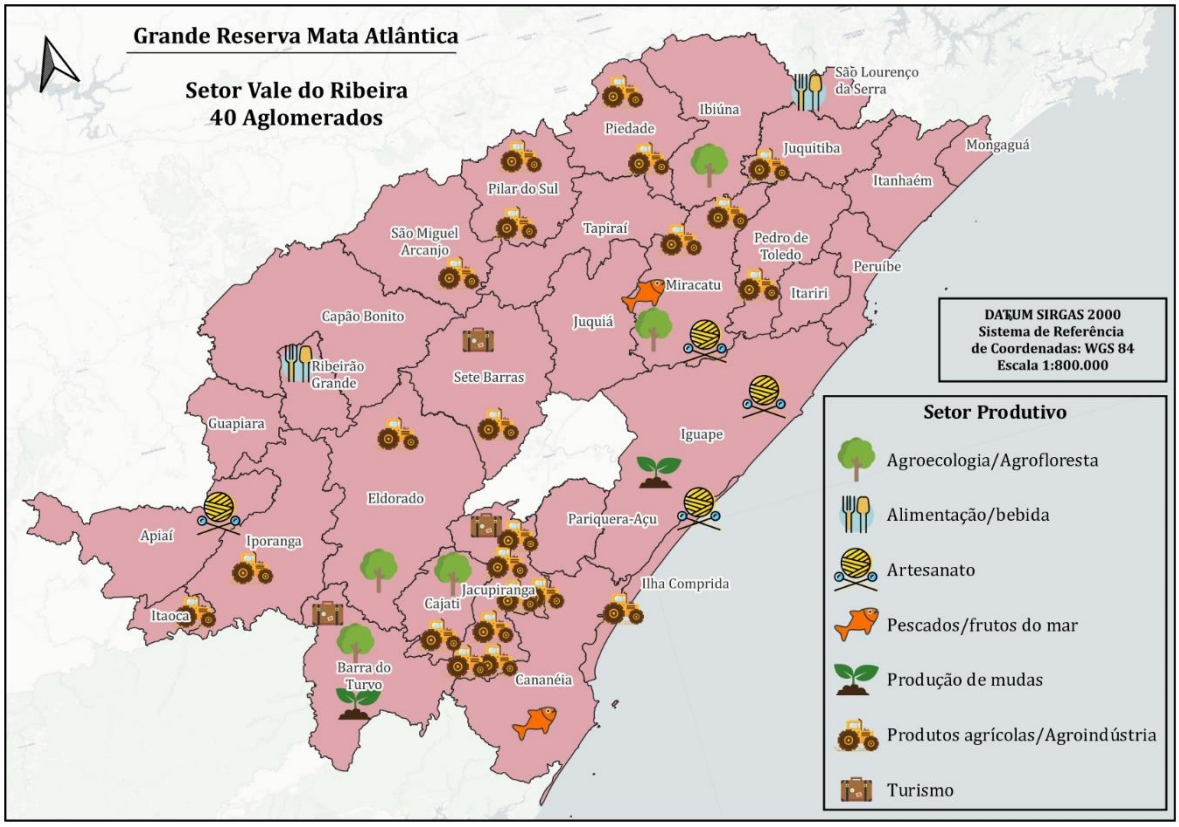

Figura 12 – Mapa com os tipos de produtos e serviços da sociobiodiversidade no setor Vale do Ribeirão, na GRMA.

Fonte: elaboração Tábata Thaísa Gallo para a autora.

No Vale do Ribeira, em função dos ciclos econômicos que ocorreram nesta região, em especial o ciclo do ouro, a ocupação dos municípios que fazem parte deste setor ocorreu especialmente por pequenos agricultores e comunidades quilombolas. Sendo que o grande destaque se dá para os produtos agrícolas e da agroindústria, por meio da venda direta e/ou seu processamento.

Os resultados ora apresentados, destacam a vocação de cada um desses setores no que diz respeito a aglomerados produtivos da sociobiodiversidade.

Os recursos do território (no caso os bens e serviços da sociobiodiversidade) aliados à atuação organizada, à cooperação e à integração (que são características dos aglomerados) e ao conhecimento tácito, contribuem para geração de novos processos e produtos, impulsionando economias de aglomeração em diferentes ramos produtivos e consequentemente o desenvolvimento local e territorial (Poletto, 2009; Sinay; Sinay; Braga, 2018).

Além de que, incentivar cadeias produtivas da sociobiodiversidade, que sejam inclusivas e representativas do território e que valorizem a conservação ambiental, não é apenas um diferencial de mercado, o qual gera benefícios econômicos, mas também contribui para o desenvolvimento territorial sustentável. Pois tais cadeias valorizam a inclusão produtiva de espécies nativas e de produtos da agrobiodiversidade, por meio do reconhecimento de sistemas agrícolas tradicionais, valorizando a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais (Ramos *et al.*, 2023).

4.3 CLASSIFICAÇÃO DOS AGLOMERADOS PRODUTIVOS

Os aglomerados produtivos da sociobiodiversidade, congregam atores sociais com foco em um produto ou serviço específico, podendo ainda integrar agentes políticos, econômicos e educacionais, mesmo que de forma incipiente. Nesse viés, Fuini (2013) destaca que as aglomerações produtivas apresentam forte expressão territorial local e regional, podendo se encontrar em diferentes estágios de desenvolvimento e organização socioprodutiva e institucional. E que muitas vezes “não são conhecidos no plano da investigação científica e nem mesmo classificados assim pelas políticas públicas oficiais”, em função de não contarem com uma “referência clara de governança e coordenação” (Fuini, 2013, p. 59).

A classificação aqui apresentada, conforme explicitado no quadro 8, se deu a partir de dados secundários encontrados nas fontes pesquisadas para cada aglomerado em questão.

Na figura 13, é apresentada a definição de cada categoria de modo resumido, em ordem crescente de maturidade, visando relembrar o enquadramento adotado. Poletto (2009, p. 70, grifo do autor) ressalta que quanto maiores as vantagens e sinergias adquiridas pelas instituições que fazem parte do aglomerado, “maiores serão a cooperação, o aprendizado e a inovação entre elas, caindo num círculo virtuoso de vantagens e benefícios”.

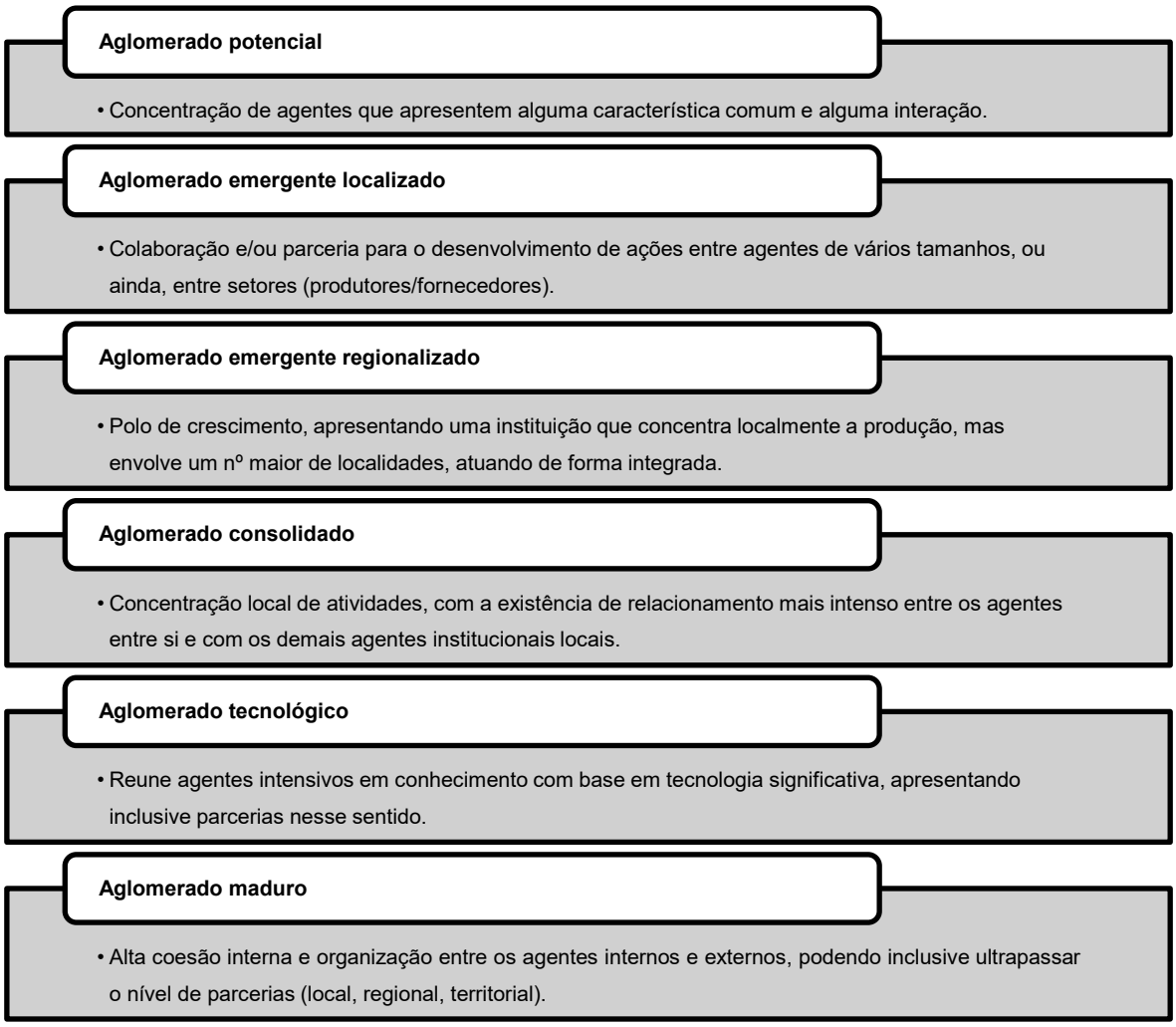

Figura 13 – Definições acerca da classificação adotada, de acordo com o grau de maturidade do aglomerado produtivo.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 8 – Levantamento das instituições relacionadas aos aglomerados produtivos da sociobiodiversidade da GRMA por tipo.

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Serra do Mar Sul	Conservas Sereia	Produtos agrícolas/Agroindústria	Agroindústria artesanal para produção de rollmops (usando anualmente 70 toneladas de sardinha-laje), iguaria alemã, que faz parte da conservação da tradição.						
Serra do Mar Sul	Associação dos Bananicultores de Corupá – ASBANCO	Produtos agrícolas/Agroindústria	Associação de bananicultores da região. Produto com certificado de IG.						
Serra do Mar Sul	Associação de Turismo Eco-Rural de Joinville – ATERJ	Turismo	Turismo rural e ecoturismo, hospedagem, gastronomia e produtos coloniais de produtores da região.						
Serra do Mar Sul	Aprosul - Cooperativa de Produtores Rurais de São Bento do Sul	Agroecologia/Agrofloresta	Cooperativa de produtos orgânicos, formada por agricultores familiares do município de São Bento do Sul.						
Serra do Mar Sul	Banana Mania	Produtos agrícolas/Agroindústria	Empresa de processamento de banana em banana passa e barrinhas.						
Serra do Mar Sul	Cipozeiros de Garuva	Artesanato	Projeto Cipó Imbé - Garuva, SC, apoiados pelo Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária - NESOL / Universidade Federal de Santa Catarina						
Serra do Mar Sul	Destino do Quiriri	Turismo	Turismo de vivência em municípios do consórcio (Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul).						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Serra do Mar Sul	Ecoturismo e turismo rural de Schroeder	Turismo	Turismo pelos diversos atrativos do município de Schroeder/SC.						
Serra do Mar Sul	Produtores de maracujá de Araquari	Produtos agrícolas/Agroindústria	Plantio de maracujá subsidiado pela prefeitura de Araquari/SC (25 produtores). Município tem a Festa do maracujá.						
Serra do Mar Sul	Travelum Turismo Ltda.	Turismo	Agência de turismo que oferta turismo rural, de aventura e passeio de balão, incluindo os roteiros do Quiriri.						
Rotas do Pinhão	As meninas da Celina	Artesanato	Artesanato a partir da taboa por uma família quilombola (Quilombo Porto Velho).						
Rotas do Pinhão	Associação de Agricultores Familiares Vida Verde	Agroecologia/Agrofloresta	Associação de pequenos agricultores familiares de Cerro Azul para cultivo agroecológico (legumes, frutas e hortaliças).						
Rotas do Pinhão	Associação dos Produtores de Tunas do Paraná – Aprotunas	Produtos agrícolas/Agroindústria	Produção de hortaliças por pequenos produtores de Tunas do Paraná, no Vale do Ribeira Paranaense.						
Rotas do Pinhão	Colônia Murici	Turismo	Turismo rural gastronômico e pedagógico com oferta de pousadas, bares, restaurantes, vinícola, cafés coloniais, pesque pague, pague colhe morangos, panificadora etc. de produtores locais.						
Rotas do Pinhão	Cooperativa Agrícola Familiar de Colombo – COOACOL	Agroecologia/Agrofloresta	Cooperativa agrícola familiar, formada por pequenos produtores de hortifrutigranjeiros de Colombo para venda de produtos embalados.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Rotas do Pinhão	Cooperativa Agropecuária de Quatro Barras – COAG-QB	Produtos agrícolas/Agroindústria	Cooperativa formada por agricultores familiares de Quatro Barras/PR, que fornece entre frutas, verduras, hortaliças e peixes.						
Rotas do Pinhão	Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Cerro Azul – COOPAFI Cerro Azul	Produtos agrícolas/Agroindústria	Recebe alimentos produzidos por agricultores familiares da região, que tem como objetivo organizar a produção, beneficiamento de alimentos e comercialização. No município também há o Mercado do Agricultor, para comercialização de 50 produtos da agricultura familiar da região.						
Rotas do Pinhão	Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica – COAOPA	Agroecologia/Agrofloresta	Comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos provindos da agricultura familiar de produtores da região (Piraquara, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, São José dos Pinhais), incluindo sucos, panificação.						
Rotas do Pinhão	Cooperativa de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidaria de Piraquara – COPASOL TRENTINA (Empório Vila do Colono)	Produtos agrícolas/Agroindústria	Cooperativa formada por cerca de 200 famílias de pequenos produtores (dos municípios de Antonina, Guaratuba, Cerro Azul, Mandirituba, Rebouças, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, São José dos Pinhais, Lapa e Piraquara) com produção de hortaliças, frutíferas, laticínios, panificados e doces.						
Rotas do Pinhão	Cooperativa de Produtores Orgânicos Tijucas do Sul – COORGANICOS	Agroecologia/Agrofloresta	Cooperativa composta por 75 agricultores orgânicos do município de Tijucas do Sul/PR.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Rotas do Pinhão	Cooperativa de Produtores de Hortifrutigranjeiros de São José dos Pinhais – COOPHORT	Produtos agrícolas/Agroindústria	Produtores familiares da região que produzem produtos para comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes.						
Rotas do Pinhão	Cooperativa de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária do Vale do Ribeira Paranaense – COPAVALE	Produtos agrícolas/Agroindústria	Cooperativa agropecuária, especialmente de ponkan, utilizada inclusive para produção de óleo essencial.						
Rotas do Pinhão	Cooperativa dos Agricultores Familiares da Colônia Castelhanos – COOCASTEL	Alimentação/bebida	Cooperativa composta por 24 famílias que produzem banana na região para produção de produtos da agroindústria (doces e derivados de banana).						
Rotas do Pinhão	Cooperativa dos Produtores de Campina Grande do Sul – CPCAMP	Agroecologia/Agrofloresta	Cooperativa formada por 44 agricultores familiares para produção de alimentos orgânicos (frutas, legumes, tubérculos), produtos processados vendidos à vácuo e pães.						
Rotas do Pinhão	Di Helena orgânicos	Produtos agrícolas/Agroindústria	Produção de orgânicos e produtos derivados, como geleias, molhos etc. e oferta de itens panificados e café colonial (produção local, mas com a participação de outros produtores fornecedores).						
Rotas do Pinhão	Geleias Alegria	Produtos agrícolas/Agroindústria	Geleias produzidas em Tijucas do Sul / PR, por agricultores familiares em produção rastreada de morangos da agricultura familiar, com frutos selecionados, sem defensivos agrícolas e sem conservantes.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Rotas do Pinhão	Turismo no Quilombo João Surá	Turismo	Turismo e agricultura familiar no Quilombo João Surá.						
Rotas do Pinhão	Turismo rural no Quilombo Córrego (Corgo) das Moças	Turismo	Turismo rural no Quilombo Córrego (Corgo) das Moças.						
Litoral do Paraná	Agência de Turismo Comunitário de Caieiras	Turismo	Criada com apoio da UFPR Litoral, AMAC, Instituto Guaju, Prefeitura e envolve ecoturismo de base comunitária. Formada por condutores locais com amplo conhecimento da região e da cultura caiçara, oferece roteiros turísticos de educação ambiental e patrimonial. Oferece passeios diversos, com caminhadas, saídas de barco para observação de aves e alimentação.						
Litoral do Paraná	Arranjo Produtivo Sustentável do palmito juçara	Agroecologia/Agrofloresta	Extrativismo da palmeira juçara por proprietários de entorno do PARNA Saint Hilari-Lange (em estruturação).						
Litoral do Paraná	Arte Nossa Cooperativa de Artesanato	Artesanato	Produção de peças de cerâmica por artesãos locais/caiçaras com extensão para visitas (há uma exposição fotográfica permanente denominada "Saber e fazer") e vivências por escolas locais. Também agrega outros produtos, inclusive com fibras de espécies invasoras locais (por ex: lírio-do-brejo).						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Litoral do Paraná	Associação das mulheres produtoras de Cataia	Alimentação/bebida	Associação composta por 11 mulheres da comunidade da Barra do Ararapira (Guaraqueçaba/PR), com o objetivo de desenvolver a produção da bebida de forma organizada, envolvendo desde a coleta das folhas na mata até a comercialização dos produtos em Guaraqueçaba.						
Litoral do Paraná	Associação de Meliponicultores do Litoral do Paraná – AME Litoral	Alimentação/bebida	Criação de abelha nativa sem ferrão por produtores rurais do litoral do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná) para produção de mel.						
Litoral do Paraná	Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Açungui	Produtos agrícolas/Agroindústria	Farinheiras comunitárias (farinha de mandioca), na APA de Guaraqueçaba.						
Litoral do Paraná	Associação de Moradores e Produtores Agrícolas da Colônia Cambará	Produtos agrícolas/Agroindústria	Organização de agricultores familiares da Colônia Cambará.						
Litoral do Paraná	Associação de Pequenos Produtores de Potinga e Rio dos Cedros	Produtos agrícolas/Agroindústria	Farinheiras comunitárias (farinha de mandioca) na APA de Guaraqueçaba.						
Litoral do Paraná	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Rio Verde	Agroecologia/Agrofloresta	Formada pela comunidade tradicional Rio Verde, Guaraqueçaba/PR.						
Litoral do Paraná	Associação de Pequenos Produtores Rurais e Artesanais de Antonina – ASPRAN	Produtos agrícolas/Agroindústria	Associação composta por 95 pequenos agricultores familiares da região de Antonina. Além da oferta de produtos orgânicos, também produzem geleias, compostas e panificação.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Litoral do Paraná	Associação de Pequenos Produtores Rurais para a Sustentabilidade da Mata Atlântica / Filhos da Terra Comercialização	Agroecologia/Agrofloresta	Assentamento da reforma agrária que desenvolve atividades agroflorestais e promove visitas orientadas e atividades de manifestação da cultura caiçara.						
Litoral do Paraná	Associação de Produtores Rurais do Município de Paranaguá – APRUMPAR	Produtos agrícolas/Agroindústria	Associação com mais de 200 produtores rurais de Colônias de Paranaguá/PR (Maria Luiza, Pereira, São Luiz, Santa Cruz, Morro Inglês, Quintilha, Alexandra, Rio das Pedras, Ribeirão, Taunay e Visconde de Nácar), voltadas para a agricultura familiar, produção de laticínios e turismo rural.						
Litoral do Paraná	Associação dos Assentados de Nhundiaquara / Associação do Assentamento Terra Tombada	Agroecologia/Agrofloresta	Produção de orgânicos.						
Litoral do Paraná	Associação dos Pequenos Produtores da localidade de Cubatão – APPRUC	Agroecologia/Agrofloresta	Agricultores familiares (da comunidade de Cubatão) que exploram atividades relacionadas à palmáceas, banana, mandioca e olerícolas.						
Litoral do Paraná	Associação dos Produtores Rurais de Batuva	Produtos agrícolas/Agroindústria	Projeto com produtores rurais da Comunidade de Batuva, Guaraqueçaba/PR pelo IDR-PR e Embrapa Florestas, para capacitação de produtores na produção de mudas de qualidade, implantação e manejo do palmito pupunha.						
Litoral do Paraná	Associação Morretes Agroflorestal e Ecológica – AMAE	Agroecologia/Agrofloresta	Associação de pequenos produtores familiares do município de Morretes-PR Trabalhamos com a produção de alimentos orgânicos agroflorestais e agroecológicos e também oferta cursos.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Litoral do Paraná	Associação Pró-Agricultura Sustentável de Guaratuba – APASG	Agroecologia/Agrofloresta	Associação formada por bananicultores do município de Guaratuba.						
Litoral do Paraná	Bala de Banana de Antonina / Associação dos Produtores de Bala de Banana de Antonina e Morretes – APROBAM	Alimentação/bebida	Produção de bala de banana artesanal, com matéria-prima provinda de pequenos produtores da região de Guaraqueçaba. Produto com certificado de IG.						
Litoral do Paraná	Banamel	Alimentação/bebida	Produção de Mel de banana e processamentos dos subprodutos a partir de banana agroflorestal de famílias da Mata Atlântica.						
Litoral do Paraná	Bananina	Alimentação/bebida	Empresa familiar que produz balas de banana de forma artesanal, ainda que com máquinas. Apresenta selo de IG.						
Litoral do Paraná	Beeland Produtos Agroflorestais	Agroecologia/Agrofloresta	Produção agroflorestal por meio de SAF de polpa (frutos da Mata Atlântica, incluindo o fruto da palmeira juçara) e mel, própolis e pólen de abelhas nativas.						
Litoral do Paraná	Bolinhos Serra do Mar	Pescados/frutos do mar	Bolinho de farinha de mandioca e camarão (industrializado), feito a partir de recursos locais obtidos de outros produtores, valorizando a cultura e tradições locais.						
Litoral do Paraná	Cooperativa Agropecuária Mata Atlântica – Coomata	Produtos agrícolas/Agroindústria	Produção e venda de mandioca, pimenta, maracujá, cana (melado).						
Litoral do Paraná	Cooperativa de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar de Antonina e Região – Copasol Cachoeira	Produtos agrícolas/Agroindústria	Cooperativa de comércio atacadista (frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes), composta por 54 cooperados, os quais são agricultores familiares das comunidades de Cachoeira.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Litoral do Paraná	Cooperativa de produtores rurais do Litoral – COOPRULI (antiga Associação dos produtores da localidade de Limeira – APRULLI)	Produtos agrícolas/Agroindústria	Venda de produtos (hortifruti) produzidos pelos agricultores familiares cooperados.						
Litoral do Paraná	Cooperativa dos Produtores Agroecológicos da Região da Serra do Mar e Litoral do Paraná – COLIPA	Agroecologia/Agrofloresta	Cooperativa de orgânicos.						
Litoral do Paraná	Cozinha comunitária Candonga	Alimentação/bebida	Associação comunitária que engloba atendimento social, cursos e auxílio no beneficiamento de alimentos para venda por produtores rurais locais.						
Litoral do Paraná	Ekôa Park	Turismo	Local que oferece turismo imersivo na natureza e alimentação com produtos produzidos em SAF do local e de produtores da região.						
Litoral do Paraná	Jurema Natural	Agroecologia/Agrofloresta	Produção de biocosméticos e saboaria com produtos da Mata Atlântica; oferta também cursos. As matérias-primas provém de pequenos produtores agroecológicos.						
Litoral do Paraná	Olha o peixe	Pescados/frutos do mar	Clube de assinatura mensal que oferta produtos pesqueiros e produtos processados a partir de pescados provindos de pescadores artesanais do litoral do Paraná.						
Litoral do Paraná	Rota Caiçara de Cicloturismo	Turismo	Cicloturismo por um roteiro que passa por diferentes locais do litoral do Paraná, valorizando unidades de conservação e a cultura caiçara e inserindo as comunidades no turismo de base comunitária.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Litoral do Paraná	Terrapedal cicloturismo	Turismo	Promove o circuito de ciclo turismo pela rota denominada Caiçara, passando por 6 localidades do litoral do Paraná na divisa com o litoral de São Paulo.						
Vale do Ribeira	Associação de Manejadores de Plantas Nativas da Ilha Comprida – AMPIC	Produtos agrícolas/Agroindústria	Transformação da Macela em diversos produtos como travesseiros com propriedades fitoterápicas, chás, arranjos florais, almofadas e diversos outros artigos.						
Vale do Ribeira	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Piedade – APPRUPI	Produtos agrícolas/Agroindústria	Comercialização de frutas e olerícolas						
Vale do Ribeira	Associação dos Agricultores Familiares de Cajati – AAGFAM	Agroecologia/Agrofloresta	Reunião de agricultores familiares do município de Cajati/SP (incluindo produção de bananas em consórcio).						
Vale do Ribeira	Associação dos Aquicultores do Vale do Ribeira – AQUIVALE	Produtos agrícolas/Agroindústria	Produtos processados (quibes, croquetes, coxinhas, hambúrgueres, almôndegas e escondidinhos) à base de peixe cultivado (quibes, croquetes, coxinhas, hambúrgueres, almôndegas e escondidinhos).						
Vale do Ribeira	Rota da cerâmica do Alto do Vale do Ribeira	Artesanato	Polo cerâmico do Alto do Vale do Ribeira (Apiaí, Itaóca, Barra do Chapéu e Bom Sucesso de Itararé).						
Vale do Ribeira	Associação dos Bananicultores do Guaraú – ABANGU	Produtos agrícolas/Agroindústria	Comercialização conjunta de banana.						
Vale do Ribeira	Associação dos bananicultores do município de Miracatu – ABAM	Produtos agrícolas/Agroindústria	Produção e venda de banana.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Vale do Ribeira	Associação dos Empresários Rurais de Pedro de Toledo	Produtos agrícolas/Agroindústria	Agroindústria construída pelo Projeto Conexão Mata Atlântica para fazer doces de frutas, polpas diversas, chips de banana, mandioca e inhame, além de mandioca e palmito embalados à vácuo.						
Vale do Ribeira	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Água Parada, Morro Grande, Padre André II, Turvo	Produtos agrícolas/Agroindústria	Comercialização de produtos dos associados.						
Vale do Ribeira	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Lençol	Produtos agrícolas/Agroindústria	Comercialização de produtos dos associados.						
Vale do Ribeira	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Ribeirão do Feital	Produtos agrícolas/Agroindústria	Comercialização de produtos dos associados.						
Vale do Ribeira	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Ribeirão do Salto	Produtos agrícolas/Agroindústria	Comercialização de produtos dos associados; processamento da produção de mandioca.						
Vale do Ribeira	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Pé da Serra – APRPS	Produtos agrícolas/Agroindústria	Comercialização de produtos dos associados; processamento da produção de mandioca.						
Vale do Ribeira	Associações dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Poça	Produtos agrícolas/Agroindústria	Apoio nas atividades agrícolas; comercialização de produtos dos associados; beneficiamento da produção de banana; parceria com outras instituições para a capacitação dos moradores na implantação do manejo florestal; produção de artesanato.						
Vale do Ribeira	Ateliê Meninas das Pedrinhas	Artesanato	Artesanato e café caiçara.						
Vale do Ribeira	Associação Rural Caraças e Capuava	Produtos agrícolas/Agroindústria	Usina de cana-de-açúcar para produção de derivados.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Vale do Ribeira	Banarte	Artesanato	O grupo trabalha com a fibra de bananeira (abundante em Miracatu), que é processada e trançada ou tecida em teares, dando origem à peças como almofadas, tapetes, abajures, bolsas e jogos americanos.						
Vale do Ribeira	Circuito quilombola paulista	Turismo	Turismo agroecológico e cultural em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (Quilombo do Mandira, no município de Cananéia; os Quilombos São Pedro, André Lopes, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, todos no município de Eldorado; Quilombos Cedro, Reginaldo e Ribeirão Grande, no município de Barra do Turvo).						
Vale do Ribeira	Cooperafloresta(Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis)	Agroecologia/Agrofloresta	Produção de orgânicos e produtos agroflorestais por cooperados, pequenos produtores ruais.						
Vale do Ribeira	Cooperativa Agrícola de São Miguel Arcanjo – COOPASMA	Produtos agrícolas/Agroindústria	Plasticultura e fruticultura.						
Vale do Ribeira	Cooperativa Agroindustrial APPC	Produtos agrícolas/Agroindústria	Comercialização conjunta de frutas e outros produtos						
Vale do Ribeira	Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ribeira – COAGROVALE	Pescados/frutos do ma	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce.						
Vale do Ribeira	Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Pilar	Produtos agrícolas/Agroindústria	Comercialização conjunta dos produtos dos cooperados.						
Vale do Ribeira	Cooperativa de Produtores Rurais de Juquitiba e Região – COOPJUQUI	Produtos agrícolas/Agroindústria	Cooperativa de produtores do município de Juquiti/SP, com foco em fungicultura.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Vale do Ribeira	Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras – COOPAFASB	Produtos agrícolas/Agroindústria	Promove a economia solidária dos agricultores familiares do município de Sete Barras/SP, com opção de comercialização, buscando oportunidades de mercado e fornecendo produtos para os mercados institucionais e convencionais (produtos *in natura* e processados).						
Vale do Ribeira	Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira – COOPERQUIVALE	Agroecologia/Agrofloresta	Cooperativa formada por agricultores tradicionais de 17 comunidades quilombolas, localizadas nos municípios de Jacupiranga, Eldorado, Iporanga e Itaóca (agricultura orgânica - mandioca, banana, limão, pupunha/palmito - e produtos da agroindústria).						
Vale do Ribeira	Cooperativa dos Bananicultores e Agricultores de Miracatu – COOBAM	Produtos agrícolas/Agroindústria	Cultivo de banana; comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos; comércio atacadista de fios e fibras beneficiados.						
Vale do Ribeira	Cooperativa dos Produtores Familiares de Piedade (Cofarp)	Produtos agrícolas/Agroindústria	Comercialização de frutas e olerícolas.						
Vale do Ribeira	Cooperativa dos Produtores de Ostra da Cananéia Cooperostra	Pescados/frutos do mar	Produção sustentável de ostras por pescadores artesanais.						
Vale do Ribeira	Cooperativa Familiar Feminina – COOFFEM	Artesanato	Artesanato taboa por mulheres caiçaras.						
Vale do Ribeira	Cooperativa Mista Agroecológica de Vista Grande – COOPMAVIG	Agroecologia/Agrofloresta	Cooperativa para venda dos produtos produzidos pelos associados.						
Vale do Ribeira	Farinha de Mandioca Artesanal Quilombola	Produtos agrícolas/Agroindústria	Produção artesanal de farinha de mandioca por quilombolas.						

Setor GRMA	Empreendimento	Setor produtivo	Descrição	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro
Vale do Ribeira	Rede viveiros de mudas nativas	Produção de mudas	Rede que envolve diversos produtores de mudas nativas (incluindo frutíferas nativas) em sete municípios do Vale do Ribeira.						
Vale do Ribeira	Região Turística Caminhos da Mata Atlântica	Turismo	Ecoturismo de Base Comunitária em 8 municípios, incluindo comunidades tradicionais.						
Vale do Ribeira	Rota Gastronômica do Cambuci	Turismo	Fazem parte produtores locais de São Lourenço da Serra/SP, representados pelo Rancho Inhame Bravo.						
Vale do Ribeira	Roteiro do Milho	Turismo	Roteiro que agrega práticas de turismo com a valorização do patrimônio local com a participação ativa dos atores do lugar, promovendo a economia criativa e o desenvolvimento sustentável da atividade turística.						
Vale do Ribeira	Solo Vivo Orgânicos	Agroecologia/Agrofloresta	Parceria com vários produtores de orgânicos certificados (olerícolas; plantas e ervas medicinais; frutas diversas; milho; verduras cortadas e/ou embaladas; cereais, leguminosas e oleaginosas).						
Vale do Ribeira	Tropdan	Produtos agrícolas/Agroindústria	Processamento de banana.						
Vale do Ribeira	Viva o Vale	Turismo	Agência turística que oferta experiências turísticas que valorizam e preservam as riquezas naturais, históricas e culturais da região, por meio de empresas e comunidades locais.						
Vale do Ribeira	Viveiros comunitários da Barra do Turvo	Produção de mudas	Viveiros comunitários de muda nativas e exóticas com comunidades do município de Barra do Turvo.						

Fonte: elaboração própria.

No quadro 9 é apresentada uma síntese quanto ao enquadramento dos aglomerados produtivos, realizado a partir de dados secundários, conforme já explicitado.

Quadro 9 – Resumo da classificação enquadramento dos aglomerados produtivos da sociobiodiversidade da GRMA.

Setor da GRMA	Aglomerado potencial	Aglomerado emergente localizado	Aglomerado emergente regionalizado	Aglomerado consolidado	Aglomerado tecnológico	Aglomerado maduro	Total
Serra do Mar Sul	4	0	4	1	0	1	10
Rotas do Pinhão	6	2	2	3	0	5	18
Litoral do Paraná	19	5	0	4	0	4	32
Vale do Ribeira	21	3	5	4	2	5	40
TOTAL	49	10	12	12	2	15	100

Fonte: elaboração própria.

No setor Serra do Mar Sul **Serra do Mar Sul**, foram levantados 10 aglomerados relacionados a produtos e serviços da sociobiodiversidade, sendo que quatro se enquadram como aglomerado potencial, ou seja, que se destacam por apresentar uma concentração de atividades produtivas com alguma característica comum, mas não necessariamente expressam outras características para se constituírem como uma rede articulada. Nessa categoria, se enquadrou a produção de maracujá, apenas por congregar produtores em um programa incentivado pela prefeitura; o processamento da banana por uma agroindústria, apenas tendo os produtores como fornecedores; o aglomerado de turismo de Schroeder por demonstrar estar na dependência da prefeitura municipal para que o mesmo se consolide como roteiro turístico; e os cipozeiros de Garuva, por não estarem estruturados em forma de aglomerado.

Com o mesmo número de aglomerados (n=4), tem-se os que se encaixam na categoria de aglomerado emergente regionalizado, ou seja, que envolve um número maior de localidades, vindo a constituir um espaço econômico pouco diferenciado em termos de atividades produtivas. Dois deles estão relacionados entre si, no roteiro turístico do Quiriri, um pertencente à cadeia produtiva da banana e outro relacionado à produção artesanal de uma conserva típica da cultura alemã, que faz parte da colonização local.

E ainda um aglomerado consolidado, que por ser uma cooperativa que além de congregar produtores rurais, se relaciona ainda com outros agentes locais de outros

setores. E um aglomerado maduro, representado pela Associação de Turismo Eco-Rural de Joinville – ATERJ, o qual demonstrou apresentar coesão interna e organização entre os participantes.

No setor **Rotas do Pinhão**, seis foram classificados como aglomerado potencial, especialmente por estarem representados por associações de pequenos produtores rurais, que auxiliam na venda dos produtos cultivados *in natura*; turismo envolvendo apenas uma comunidade tradicional, não externalizando suas ações; e produção de artesanato a partir da taboa, concentrada em um grupo familiar quilombola.

Outros cinco aglomerados foram classificados como maduro, sendo formados por cooperativas de agricultores familiares, mas que já apresentam alto índice de coesão entre os participantes, aproveitando as externalidades, especialmente em relação à capacitação e melhoria da infraestrutura e equipamentos e a parcerias com órgãos públicos, instituições de ensino e assistência técnica. Ressalta-se que um dos aglomerados é uma cooperativa de alimentos orgânicos, a qual apresenta uma série de associados, fornecendo assistência técnica para certificação e melhoria da produção e ainda possui canais de comercialização, demonstrando o uso de tecnologias em várias instâncias. E outro diz respeito ao processamento da banana, fornecida por produtores familiares e que ao passar dos anos de sua constituição, aprimorou as tecnologias utilizadas, inclusive para tornar seus produtos passíveis de exportação.

O setor Rotas do Pinhão ainda engloba três aglomerados consolidados relacionados a cooperativas para comercialização de produção agrícola familiar, já apresentando um relacionamento intenso entre os agentes envolvidos; dois foram classificados como aglomerado emergente regionalizado, sendo duas cooperativas de agricultura orgânica que se enquadraram por congregarem cooperados espalhados em um espaço geográfico relativamente grande, o que faz com que nem sempre haja interação entre estes, ficando as ações centralizadas na administração da cooperativa em si. E outros dois aglomerados se encaixaram como aglomerado emergente localizado, uma cooperativa de produtores hortifrutigranjeiros e uma rota turística rural municipal pelo fato de exercerem certa interação entre os agentes participantes.

No setor **Litoral do Paraná**, foram identificados 19 aglomerados que se classificaram como potencial, especialmente por apenas se caracterizarem por

instituições que praticam a mesma atividade, sem uma coesão entre elas, o que demonstra que a necessidade de maior institucionalização destas realmente como um aglomerado, apesar da grande potencialidade por pertencerem a comunidades tradicionais.

Aglomerados emergentes localizados congregaram 5 exemplares, estando relacionado a produtos alimentícios, inclusive de grande destaque no litoral paranaense, inclusive com selo IG.

Os aglomerados consolidados (n=4), relacionam-se à produção mais agroecológica, demonstrando relacionamento mais intenso por seus membros, especialmente por ocuparem um espaço geográfico concentrado, como um assentamento por exemplo.

Os aglomerados maduros, também contemplam 4 representações, todos relacionados à pequenos produtores rurais e à pescadores artesanais, destacando-se pela coesão entre si e pela articulação com o território, estando ligados a outras instituições de atuação local e por agregarem outras atividades secundárias à produção primária, como beneficiamento/processamento, turismo, programas de fomento etc.

No setor **Vale do Ribeira**, tem-se 21 aglomerados classificados como aglomerado potencial, pois a maioria diz respeito a associações de pequenos produtores rurais, com a função de auxiliar em aspectos de comercialização, não avançando em outros aspectos.

Cinco se enquadram como aglomerado emergente regionalizado, por terem seus participantes espalhados ao longo do território atuando de forma mais individualizada, sendo dois deles relacionados a roteiro gastronômico, dois relacionados à produção de mudas de árvores e o outro uma cooperativa de bananicultores.

Outros cinco se enquadram como aglomerados maduros, sendo duas associações e três cooperativas, com foco em agricultura familiar, agricultura pelo sistema agroflorestal (inclusive tendo conseguido financiamento externo por meio de projeto via edital público), agricultura exercida por quilombolas e manejo de plantas nativas. O destaque se dá por se apresentarem já em estágio mais avançado quanto à relação institucional e ao uso de tecnologias (inclusive sociais) para melhoria dos negócios.

Classificados como agrupamento consolidado, temos quatro representantes, como produção orgânica e processamento de alimentos, um deles em larga escala de venda, além de apresentarem maior base tecnológica em suas atividades. Outros três são aglomerados emergentes localizados, relacionando a produtos e serviços provindos de um local, uma comunidade específica, demonstrando grande interação entre si. E dois são aglomerados tecnológicos, um por reunir diversos setores empresariais no município e uma associação quilombola por ter universidades e outras instituições agregadas em algum momento para sua maturação.

Apesar de quase metade dos aglomerados identificados estarem identificados como aglomerado em potencial (n=49), esse não é um resultado negativo, tendo em vista que esses produtos e serviços já demonstram algum tipo de mobilização e articulação em âmbito local, por meio de uma atividade produtiva comum, valorando o trabalho de pequenos produtores e de populações tradicionais. Além de que pode contribuir para diminuir as desigualdades econômicas e sociais e promover uma maior consciência sobre o uso sustentado dos recursos naturais.

Aqueles elencados como aglomerados maduros, somam 15% do território, com destaque ao setor Rotas do Pinhão, demonstrando o quão é promissor e importante no contexto dos produtos da agricultura familiar. No contexto geral para a GRMA, esses aglomerados que se encontram nesse nível, apresentam uma maior extensão geográfica e se destacam por agrupar comunidades tradicionais. Demonstrando o quão esse processo coletivo, por meio dessa rede colaborativa, contribui para o sucesso do grupo e para o desenvolvimento territorial sustentável, agrupando valorização cultural, desenvolvimento socioeconômico aliado e uso sustentado dos recursos naturais.

Os aglomerados tecnológicos no contexto da sociobiodiversidade na GRMA, ocorrem em menor número (n=2), por serem em sua maioria cadeias produtivas com menor grau de tecnologia incorporada ou ainda parcerias com universidades e/ou centros de pesquisa para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de inovação tecnológica para elaboração de produtos a partir do potencial da biodiversidade do bioma. Cabe ressaltar que os demais tipos de aglomerados também podem se usar de tecnologias associadas (incluindo tecnologias sociais), mas não nesse contexto de pesquisa e inovação.

Os demais tipos de aglomerados [emergente localizado (n=10); emergente regionalizado (n=11) e consolidado (n=12)] também merecem uma análise mais aprofundada das suas cadeias de valor da sociobiodiversidade, quanto aos produtos e/ou serviços ofertados. Pois apresentam pontos de melhoria e oportunidades, que podem impulsionar cada vez mais o desenvolvimento integrado e sustentável das cadeias de valor da sociobiodiversidade e consequentemente do território em questão.

A classificação aqui empregada é passível de revisão e reavaliação, mas acima de tudo, corrobora para a adoção de estratégias de planejamento e práticas voltadas ao fortalecimento dos aglomerados para o desenvolvimento de territórios. Ou seja, avaliar se já há um planejamento existente ou há necessidade implementação, a fim de propor ações, atividades e estratégias de expansão para que os aglomerados avancem nessa escala.

O Termo de Referência para a Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (2004), apresenta aspetos que devem ser considerados nesse sentido:

• protagonismo local - as ações serão sempre concebidas, implementadas e avaliadas de forma a levar os atores locais a aumentar sua autonomia, corresponsabilidade e gerenciamento do processo de desenvolvimento da localidade;

• inclusão - estimular a articulação dos diversos agentes locais com vistas ao acesso à informação, ao mercado, à tecnologia e inovação, ao crédito, à capacitação etc.;

• integração - estimular o processo de integração entre as instituições (nacionais, estaduais e locais) que atuam no aglomerado;

• aumento do capital social - promover a interação e a cooperação entre os atores no território, facilitando o associativismo e o cooperativismo;

• relações de trabalho - promover o trabalho produtivo em condições adequadas de saúde e segurança, com respeito aos direitos, à proteção social e ao diálogo, reduzindo as desigualdades regionais;

• conservação ambiental - minimizar os impactos ambientais das atividades produtivas (com a utilização por exemplo de tecnologias mais sustentáveis e o aproveitamento de subprodutos e resíduos);

• sustentabilidade - estimular a capacidade de adquirir autonomia e se manter ao longo do tempo.

Este avanço, muitas vezes, requer um processo de mudança institucional, mas diante de uma maior compreensão dos limites de cada um e dos possíveis caminhos a serem percorridos, é possível vencer os desafios e galgar novos patamares. Pois como ressaltam Galvanese; Puga; Grigoletto, (2024, p. 373), é necessário considerar as heterogeneidades dos aglomerados em “termos de estruturas, instituições locais e capital social”.

Mas de qualquer forma, a instalação de aglomerados da sociobiodiversidade no território, colabora para a territorialidade, a partir de elementos da identidade e da história locais no processo produtivo (Poletto, 2009; Fuini, 2013). E ainda para o desenvolvimento territorial, a partir do capital institucional proporcionado entre as instituições e as organizações existentes (Rocha, 2010).

4.4 A CONTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NA GRMA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Conforme já explicitado, para cada aglomerado selecionado para a pesquisa, se atribuiu uma nota de zero a cinco para cada uma das dimensões do DTS analisadas (figura 14). A partir de fatores que envolveram desde a constituição do produto e serviço, passando pelo processo produtivo e oferta, até as relações das organizações entre os diversos atores relacionados.

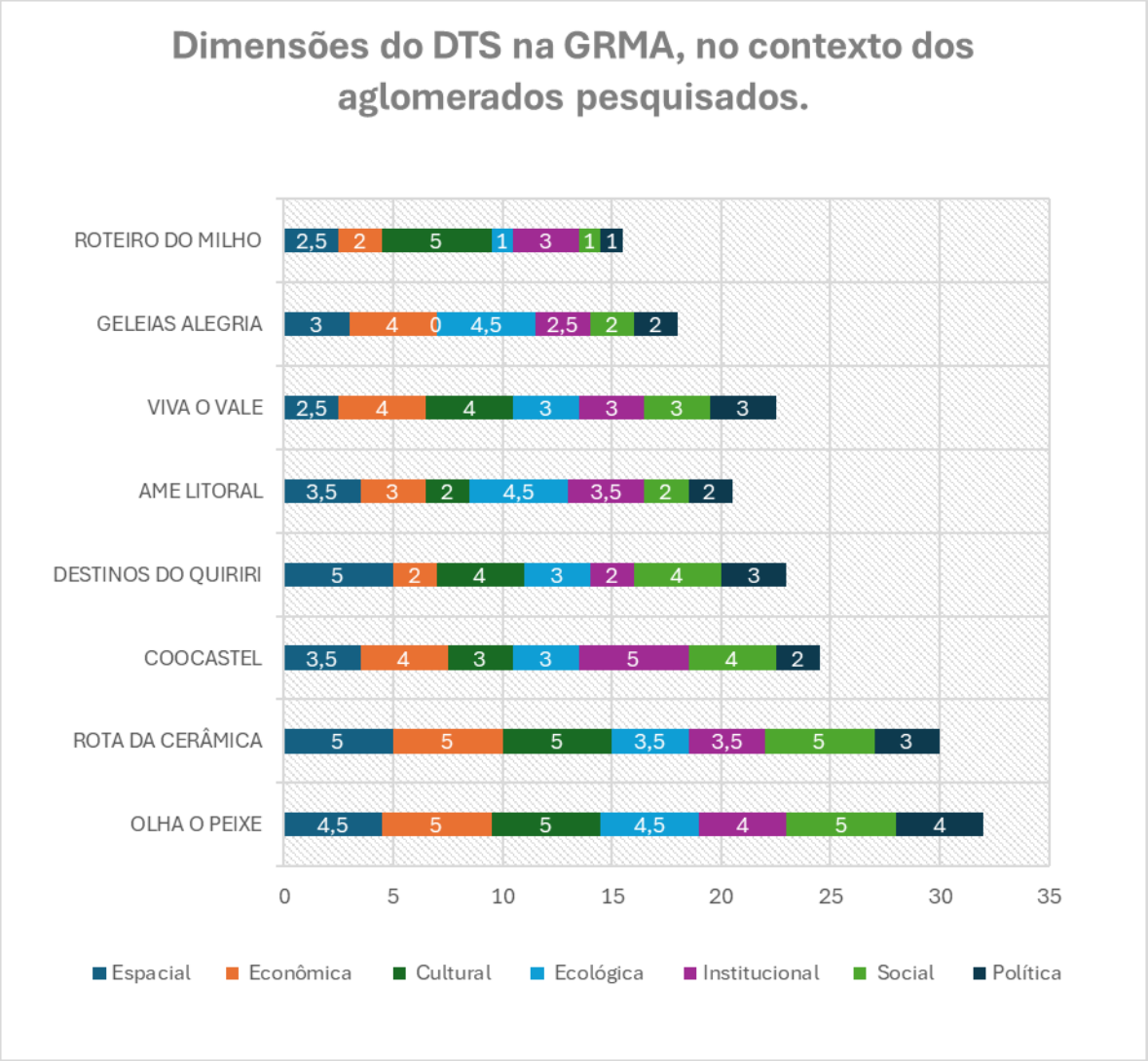

Figura 14 – Gráfico de representação das dimensões consideradas na GRMA, a fim de avaliar como os aglomerados pesquisados contribuem para o DTS.
Fonte: elaboração própria.

Cada um dos aglomerados selecionados, além de demonstrarem suas contribuições para o DTS, permitiram ainda, retratar um pouco mais a diversidade da GRMA, e as especificidades de cada um dos setores. A seguir apresenta-se cada um dos aglomerados pesquisados, conforme ordem decrescente de classificação.

4.4.1 Aglomerado I – Olha o peixe

A seguir, apresenta-se o aglomerado com maior pontuação em relação ao DTS e as respectivas categorias analisadas (quadro 10).

Quadro 10 – Dados referentes ao Aglomerado I.

Setor da GRMA	Litoral do Paraná
Cadeia da sociobiodiversidade	Cadeia da pesca artesanal
Setor produtivo	Alimentação/bebida
Tipo de aglomerado	Aglomerado maduro
Município(s) de abrangência	Pontal do Paraná/PR, Guaratuba/PR, Guaraqueçaba/PR, Paranaguá/PR.
Breve caracterização/histórico	Fundação em setembro/2018, a partir da atuação acadêmica e profissional do fundador na região de Pontal do Paraná, em que percebeu que existia um déficit para comercialização do pescado, o que influía na renda e consequentemente na estrutura, na qualidade de vida e na segurança alimentar. Com isso foi desenvolvida uma plataforma para comercialização de pescado e produtos processados provindos da pesca artesanal. "*Pensei que talvez fosse uma possibilidade de trabalhar com isso, eu já conhecia os pescadores, posso entender do mercado, tem as facilidades da internet/computador e talvez seja eu uma pessoa para puxar essa frente de comércio mais justo, de sustentabilidade. E alguns meses depois que eu comecei com a as orientações para iniciar.*" O número de pescadores envolvidos é muito dinâmico. "*Um cara que entregou hoje ele pode nunca mais querer entregar para a gente, porque tem o vizinho dele comprando. Então a forma de cálculo é com quantos a gente já conseguiu trabalhar até hoje. E aí o que a gente faz é um cálculo por famílias (122 famílias que a gente já gerou renda). Esse cálculo também é baseado numa média de quantos tripulantes tem na embarcação, geralmente 2, 3 e a gente faz uma média de 2. Então se são 122 família, são 61 embarcações que já forneceram pescado neste período*". Atualmente também presta consultoria para a parte de sustentabilidade financeira de comunidades tradicionais e plano de ação voltado para a pesca artesanal, também em outros estados. "*Então hoje a gente oferece esse serviço para replicar o que a gente já faz, com uma metodologia validada, um caminho que a gente sabe que fortalece a pesca artesanal e consequentemente pode compensar o impacto. É uma forma que a gente está buscando de atuar focado na capacitação das comunidades aqui do Paraná e também no escoamento da produção delas*".
Cadeia produtiva	**Produção** Pescados provindos de pescadores artesanais do litoral do Paraná.
	Beneficiamento/processamento e distribuição A comercialização ocorre de forma direta do pescador para a instituição, a qual assume tudo a partir dali. Há uma estrutura de beneficiamento (com toda autorização/regularização sanitária) em Ipanema, Pontal do Paraná. Uma pessoa da comunidade é a colaboradora que faz o todo o preparo (filetagem, pesagem, rotulagem e congela o pescado).

	Depois há a equipe a logística de venda (marketing, venda, até chegar à casa do cliente).
	Comércio e consumo Venda direta para o consumidor via Clube de assinatura mensal e e-commerce, por plataforma que oferta produtos pesqueiros e produtos processados. "*O consumidor final é quem está inscrito na Olha o peixe (Clube de assinatura) para receber diretamente em casa e também tem venda avulsa, que faz compra esporádica. A diferença é que no clube de assinatura tem algumas vantagens, como o frete grátis, tem algumas experiências exclusivas etc. O consumidor hoje se estabelece em Curitiba e região principalmente, e, em menor escala tem alguns clientes em Pontal e em Morretes, até porque a gente não quer atrapalhar a venda do próprio pescador. A gente quer é fortalecer a pesca artesanal, seria contraditório se colocar no lugar dele nessa venda*". Há também entrega para alguns restaurantes, uma escola em Curitiba e outras instituições. Fornece alguns animais frescos para a alimentação dos animais em reabilitação no CEM da UFPR. "*É uma ampla cadeia, para todos que estiverem precisando de pescado*".
Atores envolvidos e parcerias	Atualmente há um diretor executivo (fundador) e mais 7 colaboradores. Pescadores artesanais de 12 comunidades, envolvendo os municípios de Guaratuba/PR, Pontal do Paraná/PR, Guaraqueçaba/PR e Paranaguá/PR (e futuramente de Matinhos/PR). Quanto ao número de pescadores que estão fornecendo, não é fácil precisar porque varia conforme a época do ano, a safra etc. "*O número de pescadores varia conforme a sazonalidade, por exemplo, tem pescador da Vila do Maciel em Pontal do Paraná que só entregam para a gente no verão que é a safra do paru, tem o pessoal da tainha que só entrega na época da tainha*".
Envolvimento com projetos e/ou políticas públicas e/ou financiamento/fomento	Em 2020, o projeto foi premiado em 1º lugar do Programa Natureza empreendedora da Fundação Grupo Boticário e recebeu um prêmio em dinheiro para investimento. E em 2021, recebeu outro investimento. Em 2022, 2023 e 2024 foram feitos pequenos empréstimos junto a uma instituição provedora para projetos e com a Fomento Paraná. Em 2024, recebeu um "investimento anjo" pelo Programa Teia de soluções (Chamada Grande Reserva) da Fundação Grupo Boticário e ainda alguns projetos financiados. Há envolvimento da instituição com política públicas voltadas para a pesca artesanal envolvendo compras públicas (PNAE) e a lei estadual da pesca, que ainda se encontra em trâmite.
Capacitações relacionadas	Não há capacitações formais, mas mais uma orientação quanto a questões de conservação do pescado, higiene, precificação e comercialização com os pescadores que estão na rede, ajudando nessa gestão.
Tecnologia associada/incorporada	Passou a ser considerada como um *startup* em função do e-commerce. "*Por ter essa questão tecnológica, da comercialização ser com poucos cliques, então a operação presencial é toda a gente que faz, o cliente ele só tem que clicar algumas vezes para receber*".

	A plataforma de vendas é bem completa, além de ter uma sessão que sugere pratos a serem feitos com o determinado pescado, também há guias que podem ser baixados gratuitamente e divulgação sobre a procedência do pescado. "*Na nossa loja quando você clica em qualquer um dos produtos, você consegue ver qual safra da espécie, cidade, qual comunidade que fornece. Tipo do sabor, tem sabores diferentes, tem formas diferentes de consumir, o filé, o peixe inteiro, outros cortes, que você pode fazer de várias formas para consumir os pescados locais. Na loja dá para filtrar também por peixe para fritar, para assar*". Em 2024 foi modelada uma tecnologia social denominada "do mar à mesa" ou "do mar à venda", em que as comunidades pesqueiras são capacitadas de como fazer um melhor o registro da captura para melhor divulgação e agregação de valor. Além de como fazer melhor o beneficiamento, mantendo a qualidade do pescado e também estratégias de marketing e venda.
Promoção socioeconômica	Contribui com o pescador por meio de parceria para compra do pescado com preço justo, promovendo ainda a valorização da pesca artesanal no litoral paranaense e a cultura caiçara. *"A gente vê que não é só pela renda, tem todo um amor envolvido, um trabalho super importante, de valorização desse pescador, do trabalho deles, de valorar o produto deles. Eles não precisam vender mais para ganhar mais dinheiro, mas precisam vender melhor; só que para vender melhor, para se dedicar a isso, o cara tá 10 horas no mar, chega em casa, só quer comer e dormir. Então a gente quer ser esse parceiro que paga bem, a gente assume isso que eles não conseguem fazer porque não tem tempo, não tem condições*". "*Atuação apenas com o pescador artesanal, a gente não trabalha com pescador de fora, nem com pescador industrial, pode-se dizer que 99% são caiçaras. Essa popularização da cultura caiçara, dos pescados locais, do litoral do Paraná, também a gente faz via redes sociais*". Valoriza espécies menos tradicionais, que antes eram descartadas ou doadas os pescadores e hoje passam a ser comercializadas (tanto para restaurante, quanto para consumidor final), como por exemplo o atunzinho. "*Tem muitas espécies que não eram valorizadas e por isso eram descartadas e a gente está conseguindo fazer esse trabalho de popularizar elas, de ensinar alguns preparos para os consumidores, para os chefes de cozinha e aí o pessoal está aderindo*".
Gestão/conservação do meio ambiente	Por meio do investimento em 2024, foi estruturado um projeto batizado de "Pesca artesanal lixo zero", no qual está sendo criado um modelo para aproveitar total (100%) do pescado, a partir de alguns equipamentos que estão disponíveis no mercado, sem que haja desperdício, trazendo vários ganhos ambientais, sociais e para a gestão pública. E ainda o reaproveitamento, tendo em vista que se criam produtos novos, tanto para a área alimentícia, como para outros segmentos. "*Isso gera não só benefícios para o meio ambiente, para a gestão pública, pois se eles replicarem esse modelo, eles não têm que lidar com esse resíduo do pescado. E também pra gente, cria novos produtos, a gente paga melhor os pescadores com essa agregação de valor, a gente disponibiliza ao consumidor produtos novos, que antes não tinham acesso. Esse desperdício ele ocorre ou pelo pescador não ter a estrutura ou por não ter o conhecimento. Até então o que gente conseguiu, foi vender as cabeças de peixe e camarão para o consumidor*

	e para chefes de cozinha, reduzindo um pouco o desperdício; teve uma época que a gente vendeu também a farinha da concha da ostra como suplementação, como fonte de cálcio". Aproveitamento de peixes pequenos que acabam vindo na rede ("misturinha") e antes eram jogados fora, atualmente são comercializados para alimentação de animais (pinguins, gaivotas etc.) em reabilitação no CEM-UFPR. "*Claro que se paga um valor baixo por isso, mas às vezes esse pagamento já custeia o combustível e evita o desperdício também*". Há também contribuição para uma pesca mais sustentável e responsável socialmente, incluindo inclusive uma maior sensibilização do consumidor final para que consuma de forma consciente (saiba que espécie está consumindo, se está no período legalizado, se está ameaçada ou não etc.) e de valorização da pesca artesanal sobre a pesca industrial. "*E o que a gente quer hoje é principalmente ser uma opção mais sustentável e mais responsável socialmente, também em relação à grande indústria, como por exemplo, ao invés de comprar o salmão que vem lá do Chile, de trabalho escravo, o consumidor compra uma tainha, que vem do pescador aqui do litoral. A gente tem que tornar esse consumidor mais consciente da responsabilidade dele. É por isso a gente compartilha as safras das espécies, para ele saber que se está comendo um peixe em dezembro que a safra é em junho, provavelmente está consumindo um pescado com baixa qualidade; consumindo um camarão 7 barbas em fevereiro, ele está comprando um camarão que é do defeso, que é importante ele respeitar esse período. Da mesma forma a gente também tenta popularizar e diversificar esse costume que o curitibano, em geral, vai consumir tilápia e salmão, uma ou outra espécie marinha, concentrando o impacto da pescaria em poucas espécies. Quando a gente diversifica, como a gente hoje que trabalha com mais de 30 espécies, o impacto não é concentrado, ele é dissipado ao longo da cadeia e aí todas essas populações dessas espécies, tem a capacidade maior de se regenerar*". "*Tem também toda essa sobrepesca industrial também acima em cima de algumas espécies. Então nosso trabalho é convencer o consumidor de que é importante ele optar por alternativas mais sustentáveis. Se o cação que hoje é um dos peixes mais proibidos, se ele tiver a um preço baixo para venda, o pescador não vai querer pescar, ele vai querer pescar o camarão, a pescadinha, a cavala, porque a demanda de mercado vai estar induzindo ele*".
Relação com a marca GRMA	As vendas não ocorrer diretamente por estar associado à GRMA, mas há benefícios especialmente pelo marketing gerado. "*Inclusive recentemente teve apoio da assessoria da GRMA para disparar na mídia que a loja virtual estava ativa. Eventualmente quando tem alguma postagem, quando tem alguma divulgação eles mencionam a gente ou envolvem a gente, então o benefício maior, essa divulgação, da atuação em rede*". Por meio das parcerias com outras instituições da rede, há inclusão de outros produtos na plataforma de venda (produtos não só associados à pesca, mas outros como mel), fomentando a economia local, valorizando as comunidades tradicionais e beneficiando a região como um todo. Cabe ressaltar que também existe o direcionamento contrário em relação à divulgação (um divulgando o outro). "*É uma lógica de ganha-ganha*".

Dificuldades	A instituição tem o intuito de abarcar mais comunidades/pescadores dentro da rede, mas atualmente há limitações financeiras para ter uma equipe maior se dedicando.
Perspectiva de futuro	Busca por novos projetos, novos financiamentos para aquisição dos materiais/equipamentos para viabilizar o início do “Pesca artesanal lixo zero”. “*Levar o nosso modelo de espaço de beneficiamento, para que cada comunidade do Paraná tenha uma estrutura semelhante à nossa*” para ter autonomia para fazer uma comercialização mais justa e contar com a rede se tivesse dificuldade de escoar. Mas é necessário que isso se desenvolva de forma orgânica, para não criar expectativas, pois no começo nada é fácil.

Fonte: elaboração própria.

O Aglomerado I tem seis anos de existência, e, por toda sua abrangência no litoral do Paraná, congregando diferentes comunidades pesqueiras, com uma atividade de geração de renda, atrelada ao desenvolvimento socioeconômico dos atores participantes, se classificou como maduro. Como expressado na figura 15, este aglomerado da sociobiodiversidade foi o que apresentou maior equitatividade entre as dimensões do DTS na GRMA.

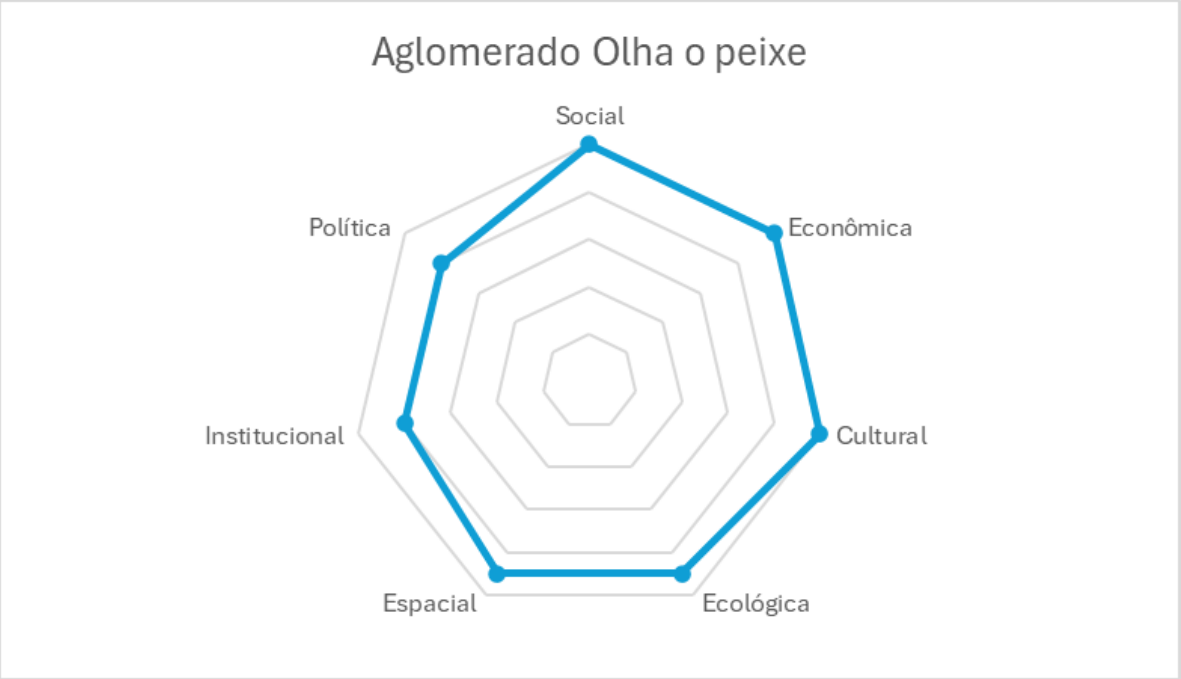

Figura 15 – Gráfico de representação das dimensões atingidas pelo Aglomerado Olha o peixe.

Fonte: elaboração própria.

Destaca-se nas dimensões econômica, social e cultural, ao propiciar a compra justa e a venda do pescado pós beneficiamento via *e-commerce* em Curitiba e região metropolitana, de modo a não concorrer com a venda direta realizada pelos pescadores artesanais (muitos deles caiçaras). Segundo Brasil (2009), a inclusão produtiva de comunidades tradicionais nos processos produtivos, além de proporcionar agregação de valor socioambiental, contribui para a distribuição justa e equitativa de benefícios em todas as etapas dessa cadeia produtiva.

Na dimensão política, devido ao grande conhecimento empírico e acadêmico-teórico agregado, pela convergência entre os pescadores artesanais e a equipe profissional do aglomerado, tem sido um importante ator para contribuir com a elaboração e implementação de políticas púbicas a nível estadual e federal na área. Poletto (2009, p. 76), ressalta que “a política é que determina os usos do território e ela deve ser feita não apenas pelo poder público, mas também pelas associações, instituições e sindicatos, sempre visando os interesses da comunidade local”.

Quanto à dimensão institucional não pontuou de forma máxima por ainda carecer de “pernas”, entre outros fatores agregados, para ter uma maior abrangência quanto à diversidade de comunidades pesqueiras e famílias participantes.

No tocante ao aspecto ecológico, promove a sensibilização de pescadores e consumidores sobre o ciclo de vida das espécies, contribuindo para uma menor explotação e para maior diversificação da oferta de espécies ao longo do ano. Também tem avançado para política de resíduo zero, promovendo o aproveitamento total do pescado e seus resíduos. De acordo com Brasil (2009), o fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade, é fundamental para integrar a conservação e uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável.

4.4.2 Aglomerado II – Rota da Cerâmica do Alto Vale do Ribeira

A seguir, apresenta-se o segundo aglomerado classificado em relação ao DTS e as respectivas categorias analisadas (quadro 11).

Quadro 11 – Dados referentes ao Aglomerado II.

Setor da GRMA	Vale do Ribeira
Cadeia da sociobiodiversidade	Cadeia do artesanato
Setor produtivo	Artesanato
Tipo de aglomerado	Aglomerado emergente regionalizado
Município(s) de abrangência	Apiaí/SP (abrangendo também os municípios de Itaóca, Barra do Chapéu e Bom Sucesso de Itararé).
Breve caracterização/histórico	A produção de artefato de cerâmica na região é antiga e deriva dos povos originários, colonizadores e escravizados. "*Aqui era habitado pela etnia indígena carijó e guarani e já faziam cerâmica. A cerâmica deles não era aquela cerâmica bem trabalhada, vamos dizer assim, como os marajoaras, por exemplo, porque eles eram nômades, eles mudavam muito de lugar. Faziam uma plantação aqui, quando enfraquecia a terra eles mudavam, faziam só o suficiente para o uso. As próprias aldeias tinham uma pessoa que era exclusivamente para fazer a cerâmica, era a famosa ceramista. Com a chegada dos portugueses, quando os portugueses tomaram posse lá por Bahia, desceram então, começou o desbravamento aqui. Trouxeram então as técnicas europeias, mas aqui já estava essas etnias indígenas, fazendo cerâmica*". "*Quando se formou os bairros, depois da libertação dos escravos com a Lei Áurea, ficou livre, fizeram seu bairrinho, então cada bairrinho tinha lá uma famosa ceramista, uma pessoa que fazia cerâmica e vendia pros outros, um produtor e mandioca, de milho, um criador de porco. E tinha aquela pessoa que além de ser produtora, tinha aquela habilidade para fazer a cerâmica e não contava o segredo para ninguém. Mas esse trabalho da ceramista, continua a tradição indígena*". A Rota da Cerâmica do Alto Vale do Ribeira foi criada há aproximadamente 13 anos atrás por meio de um programa do Instituto Camargo Corrêa, que desenvolveu a rota, mas segundo relatado, "*acabou ficando sem uma grande divulgação*". No município de Apiaí, o roteiro local, agrega práticas de turismo com a valorização do patrimônio local com a participação ativa dos atores do lugar, promovendo a economia criativa e o desenvolvimento sustentável da atividade turística. "A *Rota da Cerâmica dentro de Apiaí, que ela começa aqui com a lojinha do Portal, trabalha-se a economia criativa, tem mais de 40 famílias que trabalham expondo seus produtos ali né, seus produtos artesanais, como renda e complemento de renda. Depois da lojinha, você vai para o Museu da Cerâmica, que é um centro de comercialização e divulgação do artesanato do Alto Vale do Ribeira. Depois tem a dona Diná, que é um grupo familiar, foi o primeiro grupo familiar do estado de São Paulo, tem a Arte Looze, vamos falar assim, que é um artesanato um pouquinho mais contemporâneo, eles fazem a arte do rolete e também trabalham no torno. Aí tem também a Associação dos artesãos que é no distrito de Encapoeirado, que é o artesanato de tradição, que veio de tradição de mães para as filhas, que chegou aonde chegou hoje. Então é o artesanato por mulheres, que trabalhavam na lavoura e elas já faziam o artesanato, acabou que hoje só vivem do artesanato. E mais para frente, tem a Lourdes do Recanto da Cerâmica, ela trabalha, é*

	tradição de família, é um grupo familiar também que trabalha só com artesanato". As peças de cerâmica já foram comercializadas pela rede Tok Stok (da Associação Custódia de Jesus da Cruz - Artes nas Mãos) e utilizadas em cenários de novelas como "Rei do Gado" e "As pupilas do Sr. Reitor". Além de produtos da cerâmica também são comercializados outros tipos de artesanato e produtos e ainda *suvenires* relacionados à rodovia "Rastro da Serpente", outro atrativo local, uma estrada com 260 km e entorno de 1.200 curvas que vai de Capão Bonito, passando por Apiaí e vai até Curitiba.
Cadeia produtiva	**Produção** No município de Apiaí, a cadeia se constitui pela produção não apenas do artesanato da cerâmica, mas também outros produtos, incluindo artes manuais. Congrega desde peças produzidas por meio da tradição local, a qual teve origem com os indígenas das etnias carijó e guarani que ocupavam a região (eram nômades), até peças mais elaboradas (chamadas de artesanato contemporâneo), utilizando o torno e outros equipamentos. São produzidas peças utilitárias (com destaque para moringa com três pés, que lembra a letra A e caracteriza o artesanato típico de Apiaí), como peças decorativas. "*Eles fazem de tudo um pouco. Fazem uma espécie de panela, assadeira, caneca, e, fazem também a linha decorativa, que são vasos, pecinha para decoração, bibelô*". "*Começando pela loja do portal, como eu falei ela trabalha economia criativa, então, além da cerâmica, tem artesanato em palha, tem artesanato em madeira, tem muitos trabalhos manuais, pessoas que fazem sabonete, essências, tem o pessoal que trabalha com as compotas, nós temos o uísque que é artesanal, temos as geleias*".
	Comércio As peças são comercializadas diretamente nos ateliês/lojas, no Museu do Artesão e na loja filial ao Museu. Esses dois últimos locais são mantidos pela prefeitura e os artesãos deixam seus produtos em consignação, determinando o preço de cada peça (em cima desse preço há uma cobrança mínima para manutenção dos espaços, compra de embalagens etc., não visa lucro). Os artesãos recebem mensalmente pelas vendas realizadas. Há artesãos que enviam seus produtos pelo Correio, para outros locais, inclusive fora do Brasil.
Atores envolvidos e parcerias	Artesãos e associações locais (Associação do Alto Vale, Associação Custódia de Jesus da Cruz); prefeitura (Secretaria de Turismo e Cultura); SUTACO - Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades do Estado de São Paulo; parceiros para venda.
Envolvimento com projetos e/ou políticas públicas e/ou financiamento/fomento	Os artesãos são federados ao Programa dos Artesãos do Estado de São Paulo. A prefeitura de Apiaí auxilia os artesãos a se inscreverem em editais de fomento (para promoverem oficinas) do governo de São Paulo, como Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc.
Capacitações relacionadas	Há capacitações ofertadas aos artesãos (SEBRAE, SENAR, associações). "*Eles estão tendo curso de IA, para aprender a mexer no Instagram, fotografia, vídeo*".

Tecnologia associada/incorporada	Alguns artesãos utilizam alguns equipamentos (torno, maromba) mas em grande parte mantem-se a tradição, inclusive na forma de tirar o barro (na lua minguante) e em como amassar, deixar descansar, dar forma e produzir a peça. "*O barro é retirado na lua minguante, deixa secar no sol, soca ele bem socado, tritura, aí amassa igual preparar uma massa de pão, deixa preparado e diz que está descansando. Uns 2, 3 dias depois que vai moldar a peça, porque o sistema usado aqui, que é usado até hoje, é o sistema de rolete, faz uma cordinha e vai colando uma em cima da outra. A secagem, ela depende muito, porque se tiver muito ar vai demorar mais um pouco, se tiver pouco, vai secar mais rápido. Assim que é feita a secagem, se você passar a unha, uma pedra, qualquer coisa e fizer um brilho, chama-se ponto de couro e aí faz o polimento, esse polimento faz com uma pedrinha. Ai depois que faz o polimento, aí vai para queima, essa queima dura em torno de 8 a 12 horas, em torno de 750 graus, que já é suficiente para usar.*"
Promoção socioeconômica	Funciona como renda para alguns e complemento de renda para a maioria dos artesãos, os quais são pequenos produtores rurais. A Prefeitura colabora com todo processo de exposição e venda por meio dos espaços locais destinados especificamente para isso. Além do incentivo em participação em feiras externas, cedendo ônibus para deslocamento.
Gestão/conservação do meio ambiente	O processo de retirada do barro relaciona-se a técnicas ancestrais, levando em conta aspectos ambientais de exploração, sem exaurir o recurso ou mesmo danificar os locais de extração. A lenha utilizada nos fornos atualmente vem de reflorestamento de eucalipto ou bracatinga.
Relação com a marca GRMA	Não se relaciona diretamente, mas faz parte do roteiro turístico do município e de um dos portais da GRMA.
Dificuldades	-
Perspectiva de futuro	-

Fonte: elaboração própria.

O Aglomerado II surgiu em 2012 por meio de um programa organizado por um instituto relacionado a um grande grupo da esfera da construção civil, envolvendo a cadeia do artesanato. Caracteriza-se por ser um aglomerado emergente regionalizado, dada sua abrangência no território, envolvendo quatro municípios. Tendo em vista que durante a entrevista foi informado que a Rota da Cerâmica foi segregada municipalmente para uma melhor efetividade, a pesquisa se deu com a rota no município de Apiaí. A qual agrega manutenção da história e cultura e complemento de renda para famílias de pequenos agricultores em várias localidades do município, sendo seus principais potenciais, conforme apresentado na figura 16.

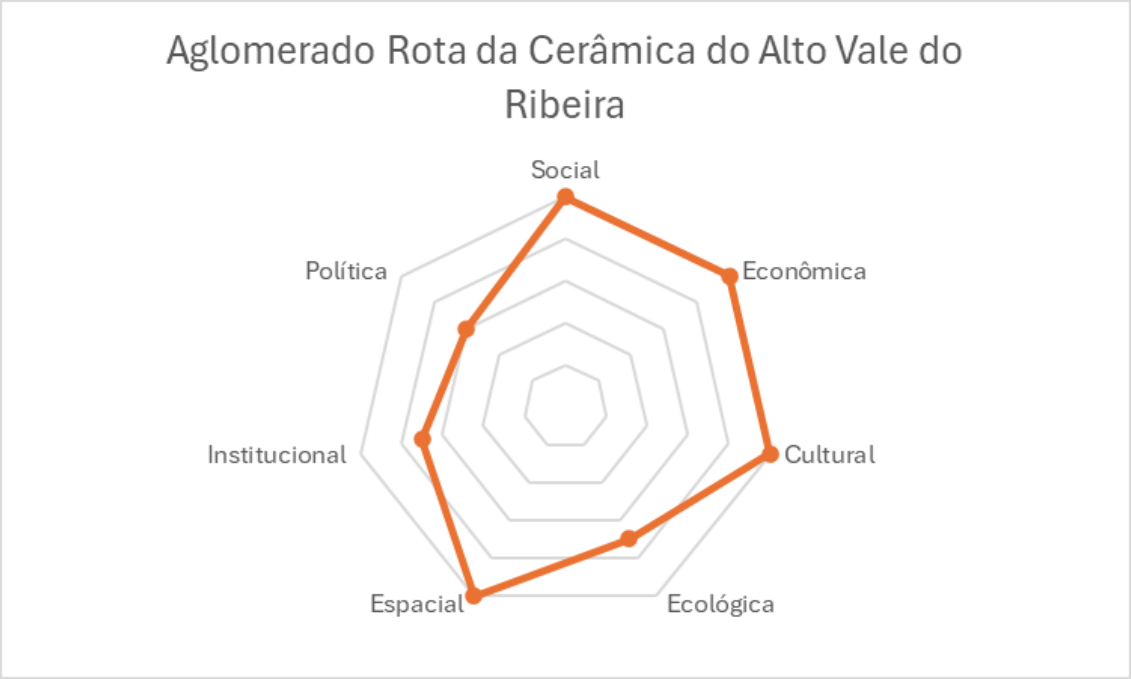

Figura 16 – Gráfico de representação das dimensões atingidas pelo Aglomerado Rota da Cerâmica do Alto Vale do Ribeira.
Fonte: elaboração própria.

Por se concentrar mais no âmbito municipal, a dimensão institucional ficou mais restrita; em relação à dimensão política, existem políticas públicas direcionadas para o contexto do artesanato, mas não congregando explicitamente fatores que podem contribuir com o DTS.

No tocante à dimensão ecológica, por meio da pesquisa pode-se obter informações acerca do processo de retirada, manipulação e queima do barro para confecção das peças de cerâmica, mas não foi possível aprofundar, se as práticas utilizadas pela grande maioria dos atores, ensejam sustentabilidade e gestão ambiental.

De forma geral o Aglomerado II apresenta-se com certa equitatividade entre as dimensões, contribuindo com o desenvolvimento em nível local, por meio das relações entre os atores que atuam dentro deste espaço geograficamente definido, privilegiando as características do ambiente em que se insere (Rocha, 2010) e os saberes passados de geração a geração, aprimorando as técnicas e os produtos ao longo desse período, ou seja, “aprendizados coletivos que se traduzem em inovações” (Costa, 2011, p. 14).

Ao que diz respeito ao desenvolvimento territorial sustentável, este aglomerado contribui por meio das externalidades positivas geradas, como a agregação de valor em função da sua origem e cultura, em que o território é considerado um espaço de produção e suporte para transformação de matérias-primas em produtos acabados e sua comercialização, se apresentando como um diferencia (Champredonde; Cosiorovski, 2016).

4.4.3 Aglomerado III – Cooperativa dos Agricultores Familiares da Colônia Castelhanos (COOCASTEL)

A seguir, apresenta-se o aglomerado que ocupou a terceira posição em relação ao DTS e as respectivas categorias analisadas (quadro 12).

Quadro 12 – Dados referentes ao Aglomerado III.

Setor da GRMA	Rotas do Pinhão
Cadeia da sociobiodiversidade	Cadeia da agricultura familiar
Setor produtivo	Produtos agrícolas/agroindústria
Tipo de aglomerado	Aglomerado maduro
Município(s) de abrangência	São José dos Pinhais/PR (abrangendo produtores de Guaratuba/PR também e venda para Curitiba/PR e outros locais, inclusive exportação).
Breve caracterização/histórico	Cooperativa composta por 24 famílias que produzem banana na região da Colônia Castelhanos, para venda *in natura* e produção de produtos da agroindústria (doces e outros derivados, como a farinha de banana), com objetivo de valorização da agricultura familiar e desenvolvimento local.
Histórico	2006, fundação com apoio da Secretaria Agricultura de SJP e IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural, para valorização dos agricultores da região, agregação de valor ao produto e comércio justo, contemplando 20 famílias. 2008-2009, construção da sede em local cedido pela prefeitura de SJP. 2011, venda de banana para a merenda escolar do município (em pequena escala 10/12 kg/mês). 2012, inaugurada da sede e a cooperativa passou a atender o Programa Sacolão Verde (troca de hortifrutis por resíduos recicláveis em comunidades carentes de SJP), além da merenda escolar em maior escala. E posteriormente venda para programas da Prefeitura de Curitiba (Sacolão da Família, Câmbio Verde, merenda escolar).

	2018, início da estruturação da agroindústria da cooperativa (doce de banana primeiro produto, posteriormente farinha de banana) e início das atividades de exportação (em 2018 exportou uma tonelada de farinha de banana para o Canadá).
Cadeia produtiva	**Produção** Plantio de banana e colheita por 18 famílias produtoras da Colônia Castelhanos em SJP e 6 famílias produtoras que residem na divisa do rio São João, mas que já pertencem ao município de Guaratuba.
	Beneficiamento/processamento e distribuição A cooperativa tem um trator e um caminhão que vai até a propriedade, carrega e traz para a sede (serviço de transporte prestado por associados que têm menos produção e disponibilidade de tempo). Ao chegar uma equipe recebe, faz toda separação e classificação do que vai para venda e do que vai para a indústria. O que será vendido *in natura*, vai para climatização e posterior entrega direta. O que vai para processamento (farinha de banana verde, massa de banana, bala de banana, geleia de banana, banana-passa e a bananinha) é destinado para outra equipe que trabalha internamente.
	Comércio e consumo Vendas *in natura* para programas municipais (Programa Sacolão Verde), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Produtos industrializados: supermercados e exportação.
Atores envolvidos e parcerias	Diretamente 24 famílias cooperadas (agricultores familiares), sendo 18 que fazem parte da Colônia Castelhanos (formada inicialmente por imigrantes ucranianos e poloneses), SJP e 06 famílias que fazem parte da Colônia Potreiro, Guaratuba. Na agroindústria trabalham 5 mulheres associadas.
Envolvimento com projetos e/ou políticas públicas e/ou financiamento/fomento	- Prefeitura de São José dos Pinhais: cessão do local para construção da sede. - PNAE e PAA (SJP e Curitiba). - Participação no programa Teia da Mata Atlântica para GRMA (2024) promovido pela Fundação Grupo Boticário. - Programa Sacolão Verde (SJP) e Câmbio Verde (Curitiba). - Programa Coopera Paraná[35]: construção de mais uma parte da indústria da cooperativa. - Apoio financeiro por projetos a fundo perdido (para melhoria dos processos da agroindústria e desenvolvimento de novos produtos e personificação das embalagens). - Realização de parcerias e obtenção de recursos por programas de fomento para adequação da agroindústria (padrões, fluxos de produção e equipamentos) e certificações para exportação.

[35] A iniciativa prevê ações integradas entre setor público e privado, por meio de acompanhamento e assessoramento às cooperativas em aspectos administrativos, financeiros, de comercialização e acesso a mercados; qualificação de dirigentes, técnicos e colaboradores da área administrativa; e implantação de políticas de apoio financeiro para investimentos socioprodutivos, que garantam condições de sustentabilidade para as organizações.

	"A secretaria municipal de agricultura quando solicitados também nos apoiam. Tem essa questão que nós estamos sediados ainda no imóvel município, então cedeu esse imóvel, doou o terreno, então ainda existe essa parceria. E também no Governo do Estado, a gente ainda se enquadra nas políticas né, tem vários programas que o Governo do Estado lança e a gente consegue participar também. São programas muito bons, que incentivam e investem valores, as vezes até sem imposto, e fortalece bem os cooperados". Ai a gente cadastrou-se também lá com o pessoal da GRMA, parceiro, lá do Teia da Mata Atlântica também, a gente participa do programa e as nossas embalagens hoje, elas têm a logo marca também da Grande Reserva.
Capacitações relacionadas	Inicialmente já houve curso de artesanato com as mulheres, para utilização da fibra de bananeira (para aproveitar o que sobrava).
Tecnologia associada/incorporada	- Estudos e ensaios para o processo de secagem e desidratação da banana para fazer a farinha de banana verde e testes de mercado. - Adequação da estrutura física da agroindústria e de processos para receber determinadas certificações para exportação. - Uso de plataformas de anúncio (como por exemplo, MF Rural) do produto (farinha de banana) para vendas (incluindo exportação).
Promoção socioeconômica	A produção da farinha de banana iniciou com o intuito de aproveitar a sobra de produto em determinadas épocas, remunerando o produtor de forma mais digna que pelo atravessador. "*Na região havia muita sobra de produto, pela baixa qualidade, ou em certas épocas do ano, em que havia maior produtividade do que venda. Com isso, vinham empresas de fora, comprar essas bananas para produção de farinha de banana. Mas comparavam pelo preço mínimo do produtor, só pro produtor acabar vendendo para não perder o produto, exploração de preço". Com isso surgiu a ideia de se produzir farinha de banana e a partir dali a gente viu o potencial grande em questão da agregação de valor, valorização do produto que muitas vezes seria desperdiçado e a gente acabou investindo. Aí cadastrei o produto (em sites de venda) e começou a aparecer alguns clientes interessados, aí começamos a perceber ali esse potencial que teria esse produto para a cooperativa e para a região". Além da qualidade do produto, tem a questão familiar, a questão da preservação, então é um produto que tem um apelo bem interessante fora do país, e usamos isso a nosso favor.* A participação no Programa Sacolão Verde SJP também contribui promovendo segurança alimentar para comunidades de baixa renda no município. *"A sacola é formada ali com 6 kg de hortifrutis, sendo uma fruta e o restante de hortaliças e troca por resíduo reciclado. Ajuda o produtor, com produtos que talvez não tenha um valor agregado de mercado; ajuda as famílias dos bairros mais carentes, que não conseguem reciclar esse material; e acesso a frutas e verduras frescas que não teriam de outra forma".*
Gestão/conservação do meio ambiente	Geralmente a produção de banana ocorre em regiões tropicais e subtropicais, onde as condições climáticas são favoráveis ao seu cultivo e nesse sentido, a região da Serra do Mar torna-se um local propício para seu cultivo, apesar de não ser um fruto nativo da Mata Atlântica, já tem produção consolidada em muitos municípios da GRMA, associando áreas produção e floresta.

	"*A região de Castelhanos é bem conservada, ali apesar de ter agricultura, banana. A Colônia Castelhanos tem 250 ha, comparado com o que tem de mata, isso é quase que impercebível na área de mata ali. Tem uma produção considerável para o lugar, mas em questão de conservação, a conservação sobressai".*
Relação com a marca GRMA	A cooperativa está associada à marca GRMA e atualmente suas embalagens levam a marca. Ainda não há ganhos associados, mas há a expectativa que no futuro isso seja um diferencial. "*Vai ser um diferencial, porque hoje quem consome um produto natural, um produto do agro, quer saber a origem disso, perceber que tem essa origem, que tem essa demanda, ele vai conhecer o produto de uma forma diferente. É um agregador de valor, estar identificado que é da Grande Reserva*".
Perspectiva de futuro	Há a expectativa que nos próximos 3 anos, haja uma expansão da agroindústria, que além da farinha de banana, se tenha a produção de farinha de outros produtos, como de legumes e tubérculos, bem como a desidratação de outras frutas além da banana, de modo a formar parcerias com outras cooperativas/associações da região e também poder atender bananicultores que não estão associados. "*Assim a gente está tendo um volume maior de produtos para oferecer e também passar essa experiência para todos os produtores da região*". Outra perspectiva é a migração para o sistema de cultivo orgânico. *Hoje todos os produtores ainda estão no sistema convencional de produção, na região a gente tem ainda um fator favorável, está isolado ainda de outras regiões produtoras, onde tem um controle fitossanitário melhor, vamos dizer assim, como pouco uso de defensivo. Então hoje o nosso objetivo, aí até 2030, é transformar pelo menos 50, 60% da nossa produção em orgânica, migrar nossos produtores para esse sistema. Os produtores hoje têm muito medo de sair do sistema atual e acabar perdendo qualidade para os outros produtores e não ter uma venda garantida. E quais são os passos que a gente está fazendo para isso: o primeiro foco é para a agroindústria. Fazer a indústria condicionada a maneira como deve funcionar, ter um volume de vendas, ter uma certa demanda interna e a partir daí começar a garantir aos produtores a comercialização, com qualidade boa ou baixa qualidade (que essa transição vai causar), mas com valor agregado. A ideia é que ele possa fazer essa transição sem ter uma perda de renda momentânea, que consiga fazer uma transição segura e uma venda garantida também. Então essa é a nossa preocupação hoje.* *Pois quando você entra nesse processo, precisa de uma adaptação, antes de tentar realmente o manejo orgânico ou agroflorestal e seja qual for, é preciso estar preparado para isso. É preciso ir preparando o solo aos poucos, fazer uma suplementação com outros produtos, outras coberturas para que o químico não seja o essencial ali. Então para não ser uma mudança brusca, então precisa preparação, ter algum treinamento com os produtos que vão substituir."* Estão ainda organizando um projeto para poder gerar energia e fertilizantes a partir da casca da banana.

Fonte: elaboração própria.

O Aglomerado III foi criado em 2006 e foi classificado como maduro, estando localizada nas proximidades do rio São João, na divisa entre Guaratuba e São José

dos Pinhais. É região bastante peculiar no setor Rotas do Pinhão, tanto no sentido de valorização e respeito aos aspectos socioprodutivos locais, como por estar instalada em uma região ainda bastante conservada.

Conforme apresentado na figura 17, seu maior destaque diz respeito à dimensão institucional, por se tratar de uma cooperativa de agricultores familiares que apresenta grande coesão interna entre os associados. Bem como, por apresentar grande relação com a prefeitura e com outras cooperativas dentro do município de São José dos Pinhais e com órgãos governamentais a nível estadual (como órgãos para fomento) e instituições de capacitação.

Demonstra uma menor inserção em outras dimensões, como na social por sua concentração bastante localizada, e na ecológica, por serem ações que estão programadas para um maior avanço futuramente, com a previsão de inserção de novas técnicas para reaproveitamento e a transição para a produção orgânica.

Figura 17 – Gráfico de representação das dimensões atingidas pelo Aglomerado Coocastel.
Fonte: elaboração própria.

A Coocastel trabalha com a venda da banana *in natura* e no seu processamento em diversos produtos na agroindústria da cooperativa (englobando 3 produtoras associadas), incluindo farinha de banana para exportação. A transformação da matéria-prima em produtos elaborados e o reposicionamento destes em diferentes

nichos de mercado, agrega valor a toda cadeia produtiva (Champredonde; Cosiorovski, 2016).

O que faz com que este aglomerado se destaque como um modelo desenvolvimento territorial sustentável:

- em função dos efeitos cumulativos das relações desenvolvidas, priorizando o incentivo à solidariedade, à cooperação e a confiança entre os atores;

- pelo tamanho do mercado que abrange, propiciando vantagens competitivas no desenvolvimento de aprendizados coletivos que se traduzem em inovações (Costa, 2011).

- por levar em conta os limites físicos dos ecossistemas associados às áreas de cultivo, especialmente no que diz respeito ao uso dos recursos naturais, para a produção da matéria prima e agroindustrialização (Denardin; Sulzbach, 2019).

4.4.4 Aglomerado IV – Destinos do Quiriri

A seguir, apresenta-se o quarto aglomerado classificado em relação ao DTS e as respectivas categorias analisadas (quadro 13).

Quadro 13 – Dados referentes ao Aglomerado IV.

Setor da GRMA	Serra do Mar Sul
Cadeia da sociobiodiversidade	Turismo sustentável
Setor produtivo	Cadeia do Turismo
Tipo de aglomerado	Aglomerado emergente regionalizado
Município(s) de abrangência	Campo Alegre/SC, Corupá/SC, Rio Negrinho/SC e São Bento do Sul/SC
Breve caracterização/histórico	Turismo de vivência em municípios do Consórcio Quiriri (Campo Alegre/SC, Corupá/SC, Rio Negrinho/SC e São Bento do Sul/SC), o qual é de direito público. O Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Negro Catarinense – Consórcio Quiriri, foi constituído em 28 de setembro de 1997, como uma Associação Civil Sem Fins Lucrativos (Silva, 2023). Foi formado inicialmente por Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul, sendo que o município de Corupá, passou a fazer parte em 1999, a fim de partilhar as ações ambientais consorciadas (Silva, 2023). Em 2006 passou a se chamar Consórcio Intermunicipal de Bacias Hidrográficas – Consórcio Ambiental Quiriri, em função de Corupá ser pertencente a outra bacia hidrográfica (bacia hidrográfica do rio Itapocú) (Silva, 2023).

	Inicialmente o foco do Consórcio era a questão preservação ambiental, mas com o passar do tempo abrangeu outras áreas também, se fortalecendo na área do turismo e entre 2010/2012 foi criado o Circuito das Araucárias de Cicloturismo e Caminhante. Em 2017, cada uma das prefeituras tinha um turismólogo, que se mobilizou para iniciar o desenvolvimento de planos municipais de turismo integrados ao Consórcio Intermunicipal Quiriri, sendo então criada a marca "Destinos do Quiriri", por meio de uma emenda parlamentar. "*Então existe a figura do consórcio, que é um CNPJ, que é formando pelas prefeituras e existe o "Destinos do Quiriri", que é uma marca turística. Essa marca ela foi construída de forma coletiva, por meio dos workshops que foram feitos em todos os municípios para a gente realmente ter uma visão das pessoas, dos cidadãos mesmo e não só a nossa como gestor público. Então o "Destinos do Quiriri", é marca que trabalha todo aquele território ali mais de uma forma turística*." Entre a gestão municipal de 2017 a 2020, a marca foi trabalhada de maneira bastante intensa, após com a mudança de gestão e automaticamente toda a equipe de turismo, houve um retrocesso de aproveitamento desse potencial turístico. Esse ano houve mudanças novamente e em um dos municípios há uma pessoa que participou da criação da marca e pode ser que ela seja enaltecida novamente. É uma região com muito potencial por todos os atrativos que oferece, como: turismo rural, de natureza, alimentação, compras.
Cadeia produtiva[36]	A marca Destinos do Quiriri funciona como um grande guarda-chuva, que abrangia diferentes programas, além do Circuito das Araucárias de Cicloturismo e Caminhantes (esse circuito passa nos 4 municípios do consórcio) e a "Acolhida na Colônia", que é turismo de base comunitária realizado nesse território (mais de 40 famílias envolvidas nos quatro municípios). "*E nesses programas e projetos, existia muito essa oferta, então agências de receptivo foram criadas, outras eram emissivas, mas acabaram vendo que elas poderiam criar alguns pacotes ali naquele território para receber os turistas também. A questão de serviços, de pousadas, de hospedagem, a própria alimentação, serviços coloniais, existiam realmente vários serviços ali dentro conectados a esses programas e projetos*. *Então dentro do cicloturismo, nós tivemos por exemplo algumas oficinas de bicicleta que acharam interessante se aproximarem mais, porque o turista está pedalando e ele precisava ter uma assistência, então essas oficinas de bicicleta viram uma oportunidade de ter outros tipos de clientes que não só os munícipes, mas os turistas também. Então eles acabaram se aproximando das iniciativas.* *Ali na região, as iniciativas mais consolidadas, a região, ela tem muita diversidade, então por exemplo, São Bento do Sul é um destino de compras também, porque existem grandes empresas como a Oxford que é porcelanas, Buddmeyer que é cama, mesa e banho, tem lojas de móveis muito consolidadas, tem feiras de móveis que acontecem, o chocolate também é forte em São Bento do Sul, tem 2 empresas. E também a parte mais do interior, o turismo de aventura, cachoeiras, outras questões.*

[36] A cadeia produtiva permite facilitar a visualização das diversas etapas e agentes envolvidos na produção, transporte, beneficiamento distribuição, comercialização (atacado e varejo) e consumo, além de serviços de apoio (como assistência técnica, crédito) de um produto ou serviço (Castilho; Frederico, 2010).

	Aí Campo Alegre se mostra mais no turismo rural, pousadas, mais dessa questão. *Em Corupá, tinha muito a questão do turismo de aventura, porque lá é a Rota das Cachoeiras, uma reserva de proteção natural que tem 14 cachoeiras, porém está fechada desde 2018/19 por conta de um problema climático, eles chamam de microexplosão que acabou danificando bastante as trilhas e essa reserva ela era de uma empresa de reflorestamento e essa empresa foi comprada por um conglomerado americano e hoje está fechada. Corupá tem também a questão da banana, é uma Indicação Geográfica da banana mais doce do Brasil, eles agora também estão no processo de se apoderar mais desse nome, trabalhar mais esse título de IG. Tem também o Seminário Sagrado Coração de Jesus, leva muitos turistas para lá, pois é uma construção belíssima.* *E Rio Negrinho acaba se posicionando por conta do passeio da Maria Fumaça, tem também muito turismo de natureza, tem a Fazenda Evaristo que está se consolidando no ramo turístico bastante forte na questão de camping, day use (passe para um dia, tem cachoeira, tem piscina, tem passeio a cavalo)*.“
Atores envolvidos e parcerias	- Associações empresariais dos municípios. - Conselhos municipais de turismo. - Comissão executiva de regionalização do turismo dentro do Consórcio, aonde os secretários ou diretores de turismo se reuniam para decidir o que iam fazer, aonde ia se investir mais e inclusive sobre o uso do selo do Destinos do Quiriri em determinados produtos (julgamento dos pedidos). - Sebrae para ajudar na elaboração dos planos municipais de turismo (gerando ainda um plano regional de turismo) na gestão 2017-2020. - Travelum, que é empresa que vende os roteiros turísticos no Destinos do Quiriri. “*A história dela é bem interessante, porque no ano de 2019, nós fizemos um Hackathon, que é uma maratona tecnológica, tipo Startup Weekend. Nós pegamos um final de semana, fizemos grupos e fizemos a inscrição de universitários, pessoas que trabalham com o turismo, e durante um final de semana, eles tinham que criar soluções, para uma dor do setor turístico. E a Travelum foi a equipe vencedora desse circuito tecnológico. Esse é um exemplo de algo que nasceu dentro dessa iniciativa, se fortaleceu mesmo como uma empresa e hoje ela vende esses roteiros para quem quer conhecer essa região*.” - Universidades, como a Univille. - Epagri para envolver famílias no “Acolhida da Colônia”.
Envolvimento com projetos e/ou políticas públicas e/ou financiamento/fomento	Na gestão passada houve a parceria com uma grande empresa de São Bento do Sul por meio de uma lei de incentivo cultural, em que uma rede de TV da região, promoveu alguns episódios na televisão falando sobre os Destinos do Quiriri (com a finalidade de atrair mais turistas).
Capacitações relacionadas	Na gestão 2017-2020 havia capacitações anuais dentro do Circuito das Araucárias, na Acolhida da Colônia e ainda palestra sobre gestão pública do turismo. “*Nós tínhamos capacitações anuais, aonde as pousadas, os restaurantes que estavam justamente no trajeto, eram convidados para essas capacitações, onde era mostrado o significado da placa; como é que você direciona o turista para isso; sobre receber bem*”.

	"*Ainda na Acolhida da Colônia, também sobre turismo de base comunitária, sobre manejo sustentável. Muitas vezes eles falavam para a gente quais eram as necessidades que eles tinham e a gente ia atrás de parceiros para fazer as capacitações*".
Tecnologia associada/incorporada	Foi construído um guia do Consórcio Intermunicipal Quiriri, por meio de uma premiação (Prêmio Municiência 2019-2020) da Confederação Nacional dos Municípios. O Consórcio foi considerado como a melhor iniciativa de regionalização do turismo do Brasil. "*Por todo esse trabalho que nós fizemos, daí veio toda uma equipe de Brasília para gravar os episódios, fazer entrevistas com a gente e aí eles criaram um guia, que se por exemplo, qualquer outra região do Brasil quiser replicar o que nós fizemos ali, eles conseguem através desse guia*".
Promoção socioeconômica	A marca "Destinos do Quiriri" está consolidada como roteiro turístico no estado de Santa Catarina e independentemente da gestão que assume, o empreendedor, o agricultor familiar ou qualquer outro elo nessa cadeia, pode estabelecer sua própria rede de relações (tendo em mente que é uma construção coletiva), divulgar a marca e aproveitar a oportunidade dentro dessa iniciativa para geração de renda. "*O empreendedor que percebeu a oportunidade que ele tem dentro de uma iniciativa dessa, independente se a gestão pública está caminhando com ela ou não, ele está ali, ele está na vitrine, ele está participando ainda, de certa forma, de alguns contatos. Agora, aquele empreendedor, que só depende da prefeitura para fazer alguns contatos, ele ainda não despertou para isso, porque ele não consegue caminhar sozinho*".
Gestão/conservação do meio ambiente	-
Relação com a marca GRMA	O Consórcio Quiriri, como entidade, faz parte da GRMA, assinou a carta de adesão e os 4 municípios são signatários e só há ganhos pelo potencial que a GRMA pode trazer para divulgação dos destinos turísticos da região e de todo o território.
Dificuldades	- O Consórcio Quiriri tem seu secretário executivo, atrelado a um cargo público, político e com as mudanças de gestão e durante o próprio mandato, esse fator torna-se um dificultador para continuidade e aprofundamento das ações. "*Eu sempre falo que o que mais pega no setor turístico, realmente é essa dependência. O setor turístico não entendeu a força que ele tem para dar continuidade nos projetos. Porque eles são convidados nas audiências públicas, os próprios conselhos municipais, eles vêm participam, dão as suas opiniões, mas se não tiver alguém do setor público tocando, eles não vêm, eles não participam, eles não dão continuidade*". - Há municípios que junto à secretaria de turismo, há outras pastas como cultura, esporte e lazer, trazendo muitas demandas e nem sempre tendo um especialista da área para assumir as demandas necessárias. - A marca "Destinos do Quiriri" ainda muito atrelada na gestão pública, por meio das prefeituras e do Consórcio, faltando governança para que outras instituições como conselhos municipais, associações empresariais tomem para si o processo.

Perspectiva de futuro	Colocar em prática projetos que valorizem a região, produtos da região junto ao turismo de base comunitária nos municípios que compõe o Destinos do Quriri, inclusive enaltecendo e divulgando as IG – Indicações Geográficas, nesta rota como a IG da banana mais doce do Brasil (que inclui o município de Corupá e uma parte do município de São Bento do Sul), a IG da erva-mate do planalto norte catarinense e a IG do mel de melato da bracatinga.

Fonte: elaboração própria.

O Aglomerado IV foi categorizado como um aglomerado de emergência regionalizado, tendo iniciado em 1997, a partir de um Comitê de bacia hidrográfica, sendo composto por Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul. A partir de então foi se especificando para atuar mais direcionado à linha do turismo, agregando o município de Corupá em 2006. O consórcio desenvolveu a marca “Destinos do Quiriri”, que funciona como um roteiro “guarda-chuva”, abrangendo várias possibilidades de visitação.

Apesar de todo avanço, a sustentação desse aglomerado ainda está muita atrelada ao papel do agente público para delinear e direcionar as ações e serviços prestados, apesar da diversidade institucional e setorial dos inúmeros atores que o compõem.

Nesse sentido, o gráfico representado na figura 18, traduz muito bem essa questão, demonstrando a grande inserção espacial desse aglomerado, destacando as populações locais e suas culturas, que dizem muito sobre a colonização local.

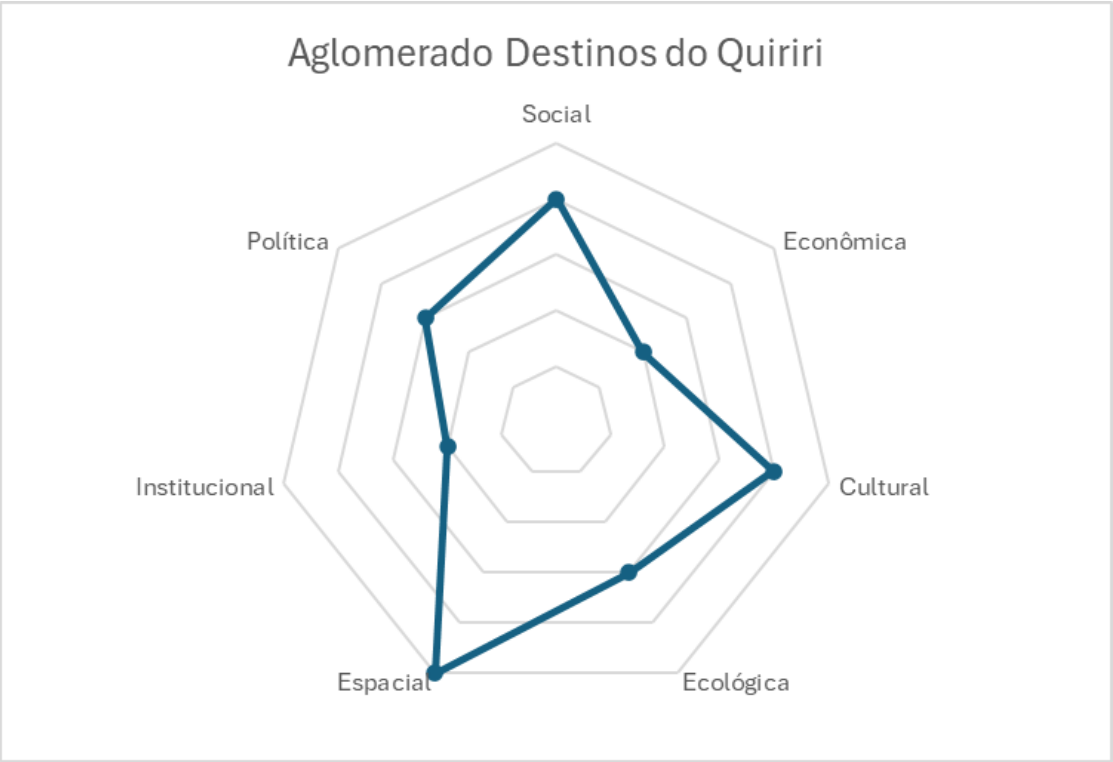

Figura 18 – Gráfico de representação das dimensões atingidas pelo Aglomerado Destinos do Quiriri.

Fonte: elaboração própria.

Rocha (2010) e Ferro (2015), ressaltam a importância da formação de vínculos locais e regionais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum e de ser fortalecer mecanismos de governança para se desenvolver um ambiente favorável ao DTS. Segundo Cazella *et al.* (2020), para que a governança ocorra de forma adequada à valorização dos recursos territoriais, cada uma das categorias de atores (públicos, privados e associativos) deve assumir seu papel, sem perder de vista a sinergia e a cooperação.

Dallabrida *et al.* (2021) reforça que o desenvolvimento territorial depende da cooperação entre esses diferentes atores na busca de pontos de convergência e na tomada de decisões, gerando ativos que venham beneficiar a todos.

Nesse sentido, o Aglomerado IV precisa ainda avançar, especialmente na dimensão institucional, para que os atores, especialmente os associativos, consigam andar por suas próprias pernas, mas de braços dados, para sua sustentabilidade e do território como um todo.

4.4.5 Aglomerado V – Associação de Meliponicultores do Litoral do Paraná (AME Litoral)

A seguir, apresenta-se o quinto colocado e as respectivas categorias analisadas em relação a este aglomerado (quadro 14).

Quadro 14 – Dados referentes ao Aglomerado V.

Setor da GRMA	Litoral do Paraná
Cadeia da sociobiodiversidade	Cadeia do extrativismo
Setor produtivo	Alimentação/bebida
Tipo de aglomerado	Aglomerado potencial
Município(s) de abrangência	Antonina/PR, Guaraqueçaba/PR, Guaratuba/PR, Matinhos/PR, Morretes/PR, Paranaguá/PR e Pontal do Paraná/PR
Breve caracterização/histórico	A associação está formalizada há um ano (13/01/2024) e teve seu início com a ajuda de uma pessoa com experiência em associativismo a um pequeno grupo que se reuniu e "*deu o pontapé inicial*". Composta atualmente por 38 associados, produtores rurais do litoral do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), que criam abelha nativa sem ferrão para produção de mel. "*A gente colocou a associação para abranger todo o litoral, porque a gente já sabia da dificuldade se ficasse só em Pontal, as reuniões acontecem aqui.*"
Cadeia produtiva	Criação da abelha sem ferrão e venda individual pelos produtores de mel e derivados. Ainda não se tem um volume grande e um espaço comum para comercialização coletiva. "*Cada abelha tem praticamente uma função, que a gente vem destinando. A mandaçaia está mais voltada para produção do própolis azul que está em alta agora, a jataí é para a produção do mel e também outras abelhas que fazem também pouca quantidade. Mas o carro-chefe são essas duas.*" Há atividades associadas que vão desde a marcenaria para produção de caixas, artesanato com representação da abelha, até cosmetologia. "*Isso a gente já tem visto acontecer, os marceneiros né, trabalhando aqui com a produções das caixas, enfim, fazendo todo aquele trabalho para que se consiga desenvolver no todo, essa associação*".
Atores envolvidos e parcerias	- 38 associados. - Cursos ofertados aos associados e público em geral. - Atualmente o CEM (Centro de Estudos do Mar), da UFPR está formalizando um projeto com a associação. "*Ainda não está formalizado, mas tendo o contato com o CEM que é de uma universidade, eu acredito que vai acabar pra gente todas essas questões, eles têm essa facilidade, esse conhecimento, então isso ajuda muito nessas parcerias*".

Envolvimento com projetos e/ou políticas públicas e/ou financiamento/fomento	A associação é recente e ainda está com uma diretoria enxuta e com pessoas que também desenvolvem outras atividades remuneradas, apresentando ainda certa dificuldade para investir em parcerias e articulações, mas estão fazendo vários contatos para alavancar a associação. "*Estamos cuidando ainda desse início que a gente está, para depois fazer essas parcerias. A ideia é trazer mais pessoas à diretoria para poder fazer esses contatos. Eu mesmo acabei saindo de um dos empregos que eu tava, que mais me tomava tempo, para poder me dedicar mais esse ano à própria associação e aí ajudar nessas questões, fazer essas parcerias*".
Capacitações relacionadas	A associação oferta cursos abertos (para associados e não associados) com vagas limitadas (15 vagas por curso). Neste um ano, já foram promovidos ao todo 8, sendo alguns de meliponicultora, derivados do mel e cosmetologia. "*Dos cursos que a gente vem executando lá com o pessoal, ali a gente iniciou desde o mais básico, com a implantação do meliponário, como se faz a captura, enfim, aquele bem básico para a pessoa poder iniciar. E aí tem os mais avançados também, os de manuseios, divisões e tem também os de manipulações. Até cosmetologia que já teve, então esses mais avançados, que é o que mais chama o público hoje que a gente tem visto. Inclusive já tem pessoas, claro, ainda não legalizadas, mas que já estão produzindo e depois nos encontros acabam comercializando os seus produtos, sabonete, xampu, pomada*". Alguns cursos foram realizados em parceria com o Sebrae. "*Eles que vem desenvolver os cursos mais avançados para nós, aí tem diploma, tudo certinho. Já teve curso de manipulação de mel*". Os cursos têm como propósito também trazer novos associados, são desenvolvidos em Matinhos, mas destinados a abranger todo o litoral. Também há parceria com alguns meliponicultores de Curitiba, "*pessoal que tem um conhecimento mais avançado nas questões*", que vêm dar palestras.
Tecnologia associada/incorporada	-
Promoção socioeconômica	A ideia da associação foi gerar renda local, com uma atividade complementar que a meliponicultora e vieram atividades associadas, como a marcenaria para produção de caixas para as colmeias e artes manuais (pintura em pano de prato, crochê), com o motivo abelha. "*Então qual era a minha ideia? Era fazer com que esse pessoal daqui tivesse o produto dele, produto de qualidade, tanto as caixinhas, caixas padrões, uma colmeia de qualidade para fazer o seu comércio.* *Tem a questão do artesanato, tem ali o pessoal que faz crochê na forma de abelhinha, abrange outros segmentos, vai além do que a gente esperava. O pessoal é muito criativo, especialmente as senhorinhas, elas têm muitas ideias, então elas somam muito com essa questão. Tem as feirinhas aqui nas comunidades do litoral e elas se reúnem, elas mesmas fazem esse movimento aqui, elas estão puxando, isso é bacana*".
Gestão/conservação do meio ambiente	A associação tem um projeto de implantação de meliponários em escolas para ações de educação ambiental e sensibilização das crianças, quanto à importância das abelhas. Abrangeu uma escola em Pontal do Paraná e está com prospecção para abranger mais escolas este ano.

	"*O projeto para a escola ele é voltado para a questão da educação, claro tem um custo do projeto né, mas a gente vai e implanta o projeto, dá uma base para eles né. Tem professores que se destacam, que tem um certo interesse a mais e a gente dá uma certa capacitação para que eles continuem fazendo o trabalho na escola, porque a gente não vai conseguir estar o tempo que eles estão lá. Alguns acabam até é vindo para os cursos, para as palestras, até para ter esse conhecimento a mais*".
Relação com a marca GRMA	-
Dificuldades	Há vários produtores que vem sofrendo com mortalidade da abelha Jataí, sem saber o motivo ao certo. "*No ano passado teve muitas pessoas reclamando que perderam sem motivo algum, com alimento, tudo*". Muitos fazem criação de abelha sem ferrão por hobby, outros, criadores, não conseguem ter escala para venda, dessa forma foi sugerido que a associação não se limite à meliponicultora, integrando também a apicultura, para abranger um maior número de pessoas, o que está em discussão. Outro dificultador é a legalização do mel do produtor, dentro de todos os padrões de conformidade exigidos pelo SIF (Serviço de Inspeção Federal) e a falta de um espaço coletivo para o envase e venda, como uma "Casa do Mel", que permitiria a adequação do espaço para suprir esse déficit. Há instituições que estão investindo em projetos no litoral, mas que pedem no mínimo dois anos de existência da instituição para poderem concorrer a editais de fomento ou realizar parceria. Mas de qualquer forma a associação está se preparando para poder fazer parte, para participar desses projetos.
Perspectiva de futuro	Montar uma cooperativa, um "Casa do mel", com toda infraestrutura para congregar os produtores que estão na informalidade, melhorando a renda e movimentando o comércio local. "*Tem apicultor que eu conheci, com 50, 60 anos praticamente se aposentando com mel, que não conseguiu legalizar, ficou só naquele trabalho de fundo de quintal, então é também uma das ideias, de conseguir reunir esse pessoal para fomentar mais essa questão, do pessoal legalizar o seu produto, fazer girar o comércio aqui.*" Realizar um projeto de capacitação para se trabalhar com meliponicultora, para pescadores da comunidade do Maciel para agregação de renda. "*A gente já tem conversado sobre a ilha do Maciel, que é um dos lugares aqui vou falar assim, que é uma comunidade que ainda vive individualmente lá é considerada praticamente uma ilha, que são isolados, então a gente tem aqui a ideia de fazer um projeto para eles. Capacitar eles, como só trabalham com a pesca, vamos falar assim, ajudar naquelas questões financeiras deles que é bem precária ali, a prefeitura vive ajudando eles. Então, acredito que desenvolvendo um projeto lá, que eles possam vender os seus produtos e tendo esse conhecimento a mais, vai ajudar naquela comunidade. E tendo esse projeto, eu acredito que a gente consiga ter um grande trabalho nessa questão mais social assim com esse público*".

Fonte: elaboração própria.

É um aglomerado em potencial, pois apesar de ser uma associação com grande abrangência dentro do território (sete municípios), ainda está em seu início, tendo apenas um ano, atuando ainda de forma contida. A atividade principal, voltada para meliponia, também apresenta limitações por ser uma cadeia extrativista com produção pequena e ainda carecendo de maior apoio e estruturação para processamento e venda de produtos derivados. O que acaba implicando em uma menor contribuição para a dimensão social no território, conforme demonstrado na figura 19.

Figura 19 – Gráfico de representação das dimensões atingidas pelo Aglomerado AME Litoral.
Fonte: elaboração própria.

Por outro lado, por ser uma atividade que além de estar alinhada à dimensão ecológica, ainda acaba por contribuir com muitas externalidades positivas, por todo papel de contribuição aos serviços ecossistêmicos relacionados, em especial à polinização.

Por ser uma atividade socioprodutiva ampla, que independe de determinada cultura para ser realizada e por ser um aglomerado que ainda não apresenta relação para construção de políticas públicas, sua contribuição para o DTS no que diz respeito a tais dimensões, obteve média mais baixa.

No entanto Costa (2011, p. 27), exalta que a atuação por meio de aglomerações produtivas, que é um dos potenciais da AME, é uma “significativa fonte geradora de vantagens competitivas duradouras”, especialmente pelas sinergias coletivas geradas, por intensificar o aprendizado e a inovação e pela interação com o ambiente, o que consequentemente contribui para o DTS.

4.4.6 Aglomerado VI – Viva o Vale

A seguir, apresenta-se o aglomerado que ocupou a sexta posição e as respectivas categorias analisadas (quadro 15).

Quadro 15 – Dados referentes ao Aglomerado VI.

Setor da GRMA	Vale do Ribeira
Cadeia da sociobiodiversidade	Cadeia do turismo
Setor produtivo	Turismo
Tipo de aglomerado	Aglomerado potencial
Município(s) de abrangência	Jacupiranga/SP (abrangendo outros municípios conforme o roteiro turístico)
Breve caracterização/histórico	Agência turística que oferta experiências turísticas que valorizam e preservam as riquezas naturais, históricas e culturais da região do Vale do Ribeira. 2018, início pelos dois sócios, que fizeram um mapeamento dos atrativos e das comunidades locais, sendo fornecido para o Sebrae e Secretaria Estadual de Turismo do estado de São Paulo, tendo em vista que não havia nada realizado nesse sentido.
Cadeia produtiva	Atualmente está em processo de reestruturação e pretende atuar como um modelo de negócio, uma instituição “guarda-chuva”, oferecendo diferentes possibilidades a diferentes públicos, no que diz respeito à cadeia do turismo. Como: - “Viva hospitalidade”, que visa prestar consultoria, mentoria e treinamento à rede de hotéis e pousadas locais para um melhor atendimento/mais profissionalizado. - Agência “Viva o Vale” para ofertar roteiros corporativos e roteiros *premium*, com atendimento personalizado, priorizando o turista diferenciado em detrimento ao turismo em massa. “*É um público que valoriza tudo o que a gente tem para oferecer, que valoriza a comunidade tradicional, que valoriza a natureza, que valoriza a história, a cultura, diferente do público baixo ticket.*

	Infelizmente o turismo de natureza não dá para ser para todo mundo, porque senão acaba não tendo para ninguém, pela pressão ao ambiente". - Canal de vendas oficial da GRMA no estado de São Paulo, aproveitando a plataforma que já existe com os atrativos do Vale do Ribeira, com oferta de marketing digital e tráfego pago.
Atores envolvidos e parcerias	Atua em parceria com empresas (hotéis, pousadas, restaurantes), guias, barqueiros e comunidades tradicionais locais.
Envolvimento com projetos e/ou políticas públicas e/ou financiamento/fomento	2022, fez parte pela 1ª vez do Programa Natureza Empreendedora da Fundação Grupo Boticário e Sebrae/PR, proporcionou uma revisão na forma de atuação da empresa, para que se tornasse um modelo de negócio mais sustentável. "*Então a gente discutia muito como ser sustentável e a gente não sabia, e aí nesse ano, no Natureza Empreendedora, a gente aprendeu que o nosso modelo de negócio é sustentável. Por quê? Porque a gente trabalha com empreendedores de comunidades locais, por exemplo, se você for em Cananéia, a pousada é de Cananéia, o guia é de Cananéia, tudo é de Cananéia. Se for para Iporanga, é a mesma coisa*". 2023, fez parte do programa "Teia de soluções (com foco na GRMA)" também da Fundação Grupo Boticário que culminou na capacitação de duas comunidades quilombolas (Mandira e Sapatu). E também apresentou outras formas de obtenção de recursos, por meio de editais. 2024, fez parte do Programa Natureza Empreendedora, da Fundação Grupo Boticário, de aceleração de impacto positivo, trazendo possibilidade de um projeto em parceria com outro participante. "*E trazendo o aprendizado do Natureza Empreendedora de 2024, é que a gente se valorize como um prestador de serviço, valorizar os nossos serviços, nossos produtos. Então realmente trazer essas soluções, essas facilidades e dar protagonismo e visibilidade para nossas comunidades*".
Capacitações relacionadas	Oferta treinamento a seus parceiros, palestras sobre o Vale do Ribeira.
Tecnologia associada/incorporada	Atualmente está em processo de criação um aplicativo para o gerenciamento operacional/gestão de reservas, conectando os prestadores de serviço e o turista de modo a automatizar o atendimento. E o desenvolvimento de uma plataforma marketplace para ofertar roteiros para a GRMA (no modelo de assinatura para o fornecedor, desde o modelo grátis ao avançado).
Promoção socioeconômica	Por meio do Programa Natureza Empreendedora (2022), aprenderam a calcular o impacto que a empresa causa, demonstrando o potencial de modelos de negócio que vão de encontro à conservação da natureza. "*Hoje para cada R$ 1,00 de receita, R$ 8,50 volta para as comunidades (no livro do Ignácio de Produção de natureza, ele cita que para cada R$ 1,00 investido retorna 10, então casa muito com o que gente faz de desenvolvimento socioeconômico de toda a região*". O modo de atuar é por meio de prestadores de serviço, que são empreendedores locais, movimentando a econômica local e valorizando a comunidade local. Ocorre a valorização da cultura local e do potencial turístico das comunidades, auxiliando-as nesse incremento de atividades relacionadas para o turista. "*Outro exemplo é da cestaria da comunidade do Mandira, que valoriza a atividade, agrega valor ao negócio, valoriza cada vez mais a história,*

	a cultura da comunidade, pois o turista não vai lá comprar só uma cesta, ele vai viver uma experiência (cortar o cipó na lua x, deixá-lo secar, fazer a cesta). Precisar valorizar que a pessoa tem no dia a dia, aquilo que para a pessoa virou senso comum, pois muitas vezes é isso que o turista busca".
Gestão/conservação do meio ambiente	Atuar no turismo usando os preceitos de "produção de natureza", que relaciona geração de renda à conservação da natureza, especialmente pelo Vale do Ribeira apresentar uma vasta área de conservação, com a presença de muitas Unidades de Conservação. "*Para o Ignácio é uma evolução do conservadorismo, não faz sentido ter o conservacionismo, se não tiver/gerar renda. Mas o fato de gerar riqueza e renda, não quer dizer que você precisa destruir a reserva natural, é realmente fazer essa junção, claro que preciso saber como extrair da natureza, sem denegrir, sem explorar ela e desenvolver toda uma região, um território, uma cidade, em cima disso. Porque hoje é a nossa maior realidade*".
Relação com a marca GRMA	A entrada na GRMA foi em 2018 e veem que a marca foi extremamente positiva para dar valor ao Vale do Ribeira na cadeia do turismo, e também para os demais setores, tornando a Mata Atlântica como um destino turístico (assim como o pantanal, a Amazônia). Recentemente receberam o convite para ser o canal de vendas oficial da Grande Reserva no estado de São Paulo, por meio de uma plataforma/*marketplace*, em que a instituição/pessoa se cadastra seu produto e é feita toda gestão para o fornecedor. "*A gente tem uma plataforma que tem todos os atrativos do Vale do Ribeira e agora uma expansão para pegar todo o território do estado de São Paulo" Teremos a plataforma que será marketplace para a GRMA. Nós é que vamos ter toda a informação, atualizando os dados do fornecedor, vamos fazer toda essa gestão. Vai ser um modelo de negócio que vamos ter desde um modelo free, a versão básica, que pode cadastrar x produtos, à versão intermediária que além de poder cadastrar x produtos, vai ter direito ao Dashboard e assim vai. Na versão premium, nós fazemos o cadastro, nós fazemos a gestão, nós fazemos tudo, onde você só vai pagar uma mensalidade. Agora nós somos um canal de venda da GRMA*."
Dificuldades	Para a empresa, uma das dificuldades que está sendo superada, é valorar os serviços prestados e avançar de acordo com seu potencial. "*Precisamos nos dar valor, porque somos muito mais do que simplesmente um site para venda de roteiros. Não adianta nada o Viva o Vale ter toda essa ideologia, esse trabalho lindo, para todo mundo que a gente apresenta a fundo, acha muito legal, mas se não fechar o caixa, não tem empresa que sobreviva*". Em relação à região, hoje o potencial turístico do Vale do Ribeira ainda é baixo e com isso ainda não há uma valorização do potencial local, especialmente no ramo gastronômico e isso precisa ser valorizado, ser ofertadas opções diferenciadas nos cardápios usando produtos como a banana e a pupunha que tem produção local, a ostra também produzida na região. Outro dificultador apontado, é que o Vale do Ribeira está entrando "numa prateleira do turismo", o que acarreta turismo em massa, o que pode trazer impactos aos monumentos naturais e gera preocupações. "*Nosso turismo não pode ser de massa, porque nosso turismo é natural, porque senão impacta a trilha, acaba com a cachoeira e se acabar, vai levar anos para regenerar, se regenerar, então nós não podemos ser um turismo de massa*".

Perspectiva de futuro	- A partir da parceria com a GRMA surgiu também a possibilidade de abarcar os outros setores, mas há necessidade de estruturar melhor a base da empresa para essa expansão. “E agora em 2025, a ideia é realmente estruturar a nossa base, para poder crescer como canal de vendas, crescer como empresa, uma empresa de desenvolvimento mesmo”. - Ter novos recursos tecnológicos (aplicativo) e oferta de novos serviços para melhorar tanto o que é ofertado, como melhorar a qualidade aos envolvidos e promover a sustentabilidade financeira da empresa. - Realizar parceria com outro empreendedor para desenvolver ações mais em nível governamental, oferecendo treinamentos a partir da instância pública. - Ofertar produtos aos parceiros para gestão de recebíveis, controle financeiro etc. e terceirização dos serviços. “*Você tem uma área de cobrança, não tenho, não faço a menor ideia, então a gente traz isso para o nosso parceiro. Então tem a terceirização do atendimento, por exemplo, agências, em vez do meu parceiro ficar lá o dia inteiro atendendo telefone, ele passa esse atendimento para a gente e direciona o foco para a operação*”. - Outra ideia para o futuro é estabelecer um projeto de turismo educacional para escolas locais, proporcionando que tenham as mesmas oportunidades de conhecer a cultura e características local, “*como as escolas particulares de São Paulo, de alto padrão que vem para o Vale do Ribeira*”. De modo a descobrir possibilidades para atuação local.

Fonte: elaboração própria.

O Aglomerado VI, tem em torno de sete anos, está sediado em Jacupiranga, mas por ser uma agência de turismo, tem atuação em outros municípios, por meio de parceiros que ofertam hospedagem, alimentação, serviço de barco, como guias etc. Por ser uma atividade geradora de emprego nas diferentes comunidades locais (incluindo comunidades quilombola), as dimensões econômica e cultural tiveram destaque.

O Aglomerado também obteve bom desempenho da dimensão ecológica por apresentar consciência em relação aos impactos da atividade do turismo ao meio ambiente se feita de forma desordenada.

De acordo com Ferro (2015) o aglomerado produtivo contribui para o desenvolvimento sustentável, quando além de ser uma oportunidade para negócios, promove o território de forma mais equitativo e humanista, o que pode ser percebido pelo gráfico elucidado na figura 20.

Figura 20 – Gráfico de representação das dimensões atingidas pelo Aglomerado Viva o Vale.
Fonte: elaboração própria.

A articulação institucional promovida pelo Aglomerado com diferentes atores, incluindo do Poder Público, agências de fomento e instituições de capacitação, o faz avançar tanto nas dimensões institucional, como política, por trazer diferentes atores à constituição desse processo de desenvolvimento do território.

Cunha & Cunha (2005) afirmam que a atividade turística contribui para o desenvolvimento regional/territorial por propiciar a geração de emprego e renda, implicando na qualidade de vida. E quando atrelado a uma menor pressão sobre o meio ambiente e à manutenção da integridade cultural da população local, contribui para o desenvolvimento sustentável. Portanto, o Aglomerado VI contribui para o DTS ao dimensionar de forma sistêmica, as variáveis econômicas, sociocultural e ecológica.

4.4.7 Aglomerado VII – Geleias Alegria

A seguir, apresenta-se o aglomerado que ocupou a sétima posição e as respectivas categorias analisadas (quadro 16).

Quadro 16 – Dados referentes ao Aglomerado VII.

Setor da GRMA	Rotas do Pinhão
Cadeia da sociobiodiversidade	Cadeia da agricultura familiar
Setor produtivo	Produtos agrícolas/agroindústria
Tipo de aglomerado	Aglomerado potencial
Município(s) de abrangência	Tijucas do Sul/PR (abrangendo municípios vizinhos no estado do Paraná e Santa Catarina para comercialização)
Breve caracterização/histórico	Geleias artesanais produzidas em Tijucas do Sul/PR, com frutas da agricultura familiar, sem defensivos agrícolas e sem conservantes, respeitando o meio ambiente, os agricultores parceiros e trazendo responsabilidade econômica e social aos pequenos produtores. É um produto com valor agregado. Início das atividades há 4, 5 anos atrás.
Cadeia produtiva	**Produção** Plantio de laranja, vergamota, mirtilo, amora, uva e figo (estes dois últimos ainda não produzindo). Morango cultivados sem agrotóxico, comprado (limpos e durante todo ano) de produtores de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, que não usam agrotóxico. Kiwi cultivado sem agrotóxico (produto sazonal) e comprado de um casal de produtores idosos de São José dos Pinhais. "*Eles estão doentes e não conseguem mais sair para vender, então a gente resolveu absorver a parte da produção deles para ajudá-los. No começo eu vendia na feira no preço que eles vendiam para mim, vendia muito pouco, no final ficava aqui eu usava pra fazer geleia, então foi assim que começou*".
	Beneficiamento/processamento e distribuição As frutas que não são produzidas na propriedade, são buscadas nas propriedades dos agricultores fornecedores. "*O morango que vem para nós não é mais enfeite de bolo, ele serve para suco e para geleia, só. Porque é um morango pequenininho, ou que tem uma batidinha, uma coisinha assim*". Em relação ao morango a compra se dá o ano todo (paga-se um preço por quilo o ano todo sem oscilação). "*Agora o preço é mais baixo, a produção no inverno aqui é mais cara, mas aí que eu pago esse preço no verão e esse preço não inverno, então o agricultor tem o compromisso de me entregar no inverno. No verão tu colhe 2 vezes por dia, de manhã e à tarde e no inverno, leva até 72 horas, cai 1/3 da produção*". Após são produzidas geleias de forma artesanal, envasadas, rotuladas (com rótulo próprio da marca ou com rótulo dos parceiros, como hotéis e pousadas).
	Comércio e consumo Há uma loja virtual para venda, mas um dificultador é o valor do frete. Há vendas diretas com entrega. Há clientes corporativos, como hotéis-fazenda, que servem a geleia no café da manhã (nesse caso a produção é feita em vidros maiores); que

	entregam a geleia como brinde ou venda para os clientes, nesse caso o rótulo leva a logo do parceiro. Há empresas da região (marmoraria, material de construção) que adquirem para dar de brinde a seus clientes. Há uma rede de supermercados local e uma padaria para venda fixa.
Atores envolvidos e parcerias	02 pequenos produtores de morango de Tijucas do Sul e um de kiwi de São José dos Pinhais. Clientes corporativos parceiros. AFLAA - Associação da Feira Livre de Artesãos e Agricultores Orgânicos de Tijucas do Sul. Emater - assistência técnica para produção orgânica.
Envolvimento com projetos e/ou políticas públicas e/ou financiamento/fomento	Cessão de uma sala no Mercado Público Municipal, para expor artesanato, produtos orgânicos, geleias, pães e doces de produtores locais.
Capacitações relacionadas	-
Tecnologia associada/incorporada	- Uso de variedade de furta (amora tupi, desenvolvida pela Embrapa), específica para geleia. - Poda de frutíferas levando em conta períodos e luas específicas. "*Faz uma poda agora e uma poda lá para final de julho, primeira minguante de agosto talvez. Sempre se faz poda na primeira minguante, uma quando acaba a produção e a outra no começo do inverno, que aí ela aflora e vem com bastante flor. Tudo é coisa que a gente vai aprendendo assim*". - Assistência técnica para produção orgânica, como adubação etc. e repasse para os produtores parceiros.
Promoção socioeconômica	Valorização do pequeno agricultor, com compra da produção o ano todo, independente do período e pagando preço justo. "*Quando resolvi começar a comprar morango de produtores então, fui procurar produtores que não usavam agrotóxico, perguntava quanto é que estão lhe pagando? A dona Maria lá do Saltinho, R$ 3,50 o quilo do morango congelado e eu tenho que levar ainda no atravessador. Eu lhe pago R$ 7,00 e venho aqui buscar, a senhora não precisa se preocupar. Em abril eu fui lá e aumentei para R$ 8,00 e agora em março devo aumentar para R$ 9,00, eu mesmo faço o preço aumentando, não é eles que me pedem, porque eu fui produtor e sei quanto custa. Eu compro limpo o morango, é só usar, não precisar tirar cabinho, tirar folha. Imagina, você vai sentar e vai limpar 100 kg de morango assim pra tu ver, para não ficar uma folhinha, o trabalho que dá, daí você vai comprar a R$ 3,50*?"
Gestão/conservação do meio ambiente	Melhorias na propriedade (fossa com biodigestor) para conservação das fontes de água subterrânea existentes. Os vidros utilizados são comprados da reciclagem, lavados e esterilizados por 2 vezes. "*A tampa é nova claro, a tampa tem que ser, mas os vidros que nós compramos são todos de reciclagem, essa leitura a gente tem também, nos dá muito mais trabalho, nos dá, para higienizar e tudo*".

Relação com a marca GRMA	Faz parte da GRMA, inclusive alguns clientes corporativos provem dessa rede de relações. E futuramente pretende se associar para receber o selo e divulgar em seu rótulo por agregar valor ao produto. "*Eu acho assim, pode ver o meu rótulo, produto da agricultura familiar, então tudo o que remete à sustentabilidade, remete ao campo, remete à preservação, tudo isso te traz um ganho corporativo, não vou dizer econômico. Claro que isso agrega valor ao produto, eu não tenho dúvida disso, a GRMA certamente vai me agregar um valor econômico*".
Dificuldades	A primeira dificuldade foi a destruição da estufa de morangos por mais de uma vez por intempéries climáticas, fazendo com que o produtor abandonasse a produção de morangos, que eram vendidos *in natura* e em geleia. De certa forma, essa situação contribuiu para a diversificação da produção de frutas como a expansão da compra de outros produtores familiares, dando início ao aglomerado. Apesar da produção não utilizar agroquímicos, não pode ser enquadrar como orgânica devido ao tamanho da propriedade. "*Não tem a certificação até porque não consigo a certificação, porque tem que ter 30 m de barreira nos lados e na lateral, meu terreno tem 33 m de largura, eu não consigo esses 30 metros, então, a certificação eu não consigo. Mas veneno aqui não entra, não entra mesmo. Tenho até as bombinhas, tudo e tal, mas é de leite, chá de cavalinha, essas coisas assim*". Dificuldade em receber assistência técnica no município. "*Tem um agrônomo da Emater que trabalha com orgânicos aqui em Tijucas, ele é especialista em orgânicos, basicamente é só ele para atender Tijucas toda. Tijucas é a capital do orgânico, só tem ele para orgânico, para todo município, cedido pelo Estado. Não tem nem pra convencional, ele tem que atender convencional e orgânicos, ele não consegue nem atender os orgânicos!*" Dificuldade de venda para determinados mercados, por se enquadrar no regime Simples Nacional ou no CAD-PRO (Cadastro de Produtor Rural) e o mercado só comprar de fornecedor enquadrado como lucro real. A geleia produzida ter um valor agregado por ser artesanal e ser produzida com frutos sem agrotóxico, com menor quantidade de açúcar e sem conservante. Com isso o valor de venda é maior e o mercado local coloca para venda junto com produtos industrializados, que tem um valor bem mais baixo, com isso o produto não vende. *"... pegar um produto diferenciado assim como o meu e botar do lado de um produto de R$ 5,00, eu sei que o meu não vai vender, ao lado de um produto cheio de coisa artificial lá do Rio Grande do Sul. Eu não quero concorrer com isso, não me serve, é um tipo de concorrência desleal.*"
Perspectiva de futuro	"*Eu poderia estar sossegado com a minha companheira, mas o nosso sonho é gerar emprego, tanto que hoje vamos lançar um produto novo, que é a geleia de figo*".

Fonte: elaboração própria.

O Aglomerado VII surgiu em 2020, fica localizado em Tijucas do Sul, na Rota do Pinhão, é constituído por uma empresa familiar da agroindústria para fabricação de geleias, enquadra-se como potencial. Em função de um percalço que atingiu as

estufas de produção de morango, passou a incluir outros agricultores familiares no seu contexto, dando início a uma pequena rede de relação na fabricação dos produtos.

Como demonstra o gráfico exposto na figura 21, a dimensão econômica, acaba se sobressaindo. Bem como, seu sistema de produção, privilegiando preceitos de conservação dos recursos naturais no seu modo de cultivo, mas que poderia avançar, inclusive como um diferencial, ao usar frutas típicas da Mata Atlântica, claro que contando com as limitações de um fruto silvestre, como sazonalidade, local de exploração etc.

A participação em associação local e em reuniões/assembleias voltadas ao desenvolvimento local com foco na vocação do município sede (agricultura familiar e orgânica), acaba por trazer certa contribuição na dimensão política, de forma mais localizada.

Por ter tamanho pequeno, com poucas pessoas envolvidas no início da cadeia produtiva, as dimensões social, espacial e institucional, ainda aparecem de forma tímida para contribuir com o DTS no território e por não contemplar povos e comunidades tradicionais, acabou por não pontuar na dimensão cultural.

Mas por outro lado, sua rede de relações na comercialização é bastante diversificada e abrangente (venda direta e para hotéis, pousadas, empresas etc.), congregando vários agentes dentro e fora da GRMA, destacando-se como um ponto bastante positivo para o DTS. Pois conforme enaltecem Pellin; Alcântara; Gonçalves (2016, p. 9), “as articulações entre atores podem revelar-se complexas, em razão das dimensões do arranjo, das características do produto e do próprio mercado e, neste contexto, a existência do capital social torna-se fundamental e pode constituir-se em um diferencial importante”.

Figura 21 – Gráfico de representação das dimensões atingidas pelo Aglomerado Geleias Alegria.

Fonte: elaboração própria.

4.4.8 Aglomerado VIII – Roteiro do Milho

Por fim, apresenta-se o aglomerado que ficou em oitavo lugar e as respectivas categorias analisadas (quadro 17).

Quadro 17 – Dados referentes ao Aglomerado VIII.

Setor da GRMA	Vale do Ribeira
Cadeia da sociobiodiversidade	Cadeia da Agricultura Familiar
Setor produtivo	Alimentação/bebida
Tipo de aglomerado	Aglomerado potencial
Município(s) de abrangência	Apiaí/SP, Capão Bonito/SP, Guapiara/PR, Ribeirão Branco/PR, Ribeirão Grande/PR, São Miguel Arcanjo/PR.
Breve caracterização/histórico	O roteiro partiu de um projeto de cartografia da culinária do milho do Governo do Estado em 2017, que procurou identificar as receitas tradicionais à base de milho entre municípios do Sudoeste Paulista, se constituindo em um roteiro gastronômico. Bem como apresentando festas tradicionais para a comercialização dos produtos. E mais

	recentemente passou a abranger o resgate de sementes crioulas e artesanato com palha de milho. Atualmente esse roteiro não tem tanta atividade, se concentrando mais no município de Capão Bonito. Em Apiaí, o carro chefe é o pastel de farinha de milho, o leva no preparo também farinha de goma de mandioca. É patrimônio do município e sua receita teve início com os escravizados. Também é vendido em eventos locais da igreja católica, como a Festa de Santo Antônio (junho) e no Festival de Inverno (julho). *"Ele é uma comida que veio com os negros, é uma influência de Minas Gerais, os negros viam os brancos fazendo as comidas deles e não tinham a comida para fazer igual. O que eles tinham? A farinha de milho, a mandioca, eles tinham os restos de carne de porco né. Então eles começaram a fazer o similar, então esse pastel foi passando de geração para geração, hoje tem vários sabores, de frango, vegano, de pizza".* "*Eu aprendi com a minha avó, que é descendente de escravo, descendente lá atrás, sabe? É uma mistura de água com tempero, com a mandioca, com a goma da mandioca e a farinha de milho amarelo. Então é feito um anguzinho, então você modela o pastel certinho, daí recheia.*" Já houve concursos, premiações e atualmente o município participa com representantes na Rota Gastronômica do Estado de São Paulo e do Programa Sabores de São Paulo.
Cadeia produtiva	Composta por produtores locais e mulheres que desenvolvem as receitas para venda para turistas e a população em geral em eventos e feiras gastronômicas, envolvendo o milho verde.
Atores envolvidos e parcerias	Produtores locais; prefeituras; governo do Estado de São Paulo.
Envolvimento com projetos e/ou políticas públicas e/ou financiamento/fomento	-
Capacitações relacionadas	Inicialmente havia mais palestras e outas capacitações, inclusive com o apoio do Sebrae.
Tecnologia associada/incorporada	-
Promoção socioeconômica	Resgate da culinária com pratos elaborados pelas comunidades e culturas locais.
Gestão/conservação do meio ambiente	Há algumas ações relacionadas ao resgate de sementes crioulas e a fabricação artesanal da farinha de mandioca, junto a comunidades tradicionais.
Relação com a marca GRMA	Sem relação.
Dificuldades	Falta de divulgação e investimento.
Perspectiva de futuro	Reestruturação do Roteiro para turista, em festas específicas, de modo a fomentar a economia local.

Fonte: elaboração própria.

O Aglomerado VIII foi classificado como potencial, abrange seis municípios no Vale do Ribeira e trata-se de um roteiro gastronômico relacionado ao milho verde, apresentando pratos culinários tradicionais locais, promovendo inclusive o resgate cultural e histórico. Por isso, a dimensão cultural se sobressai nesse arranjo, conforme pode-se perceber na figura 22.

Se destaca como uma cadeia produtiva da sociobiodiversidade por ser um sistema integrado e harmônico composto por atores independentes, como povos e comunidades tradicionais, que "além de simplesmente comercializarem e consumirem produtos da sociobiodiversidade, também se expressam culturalmente incorporando valores e saberes" ao produto (Conab, 2020, p. 7).

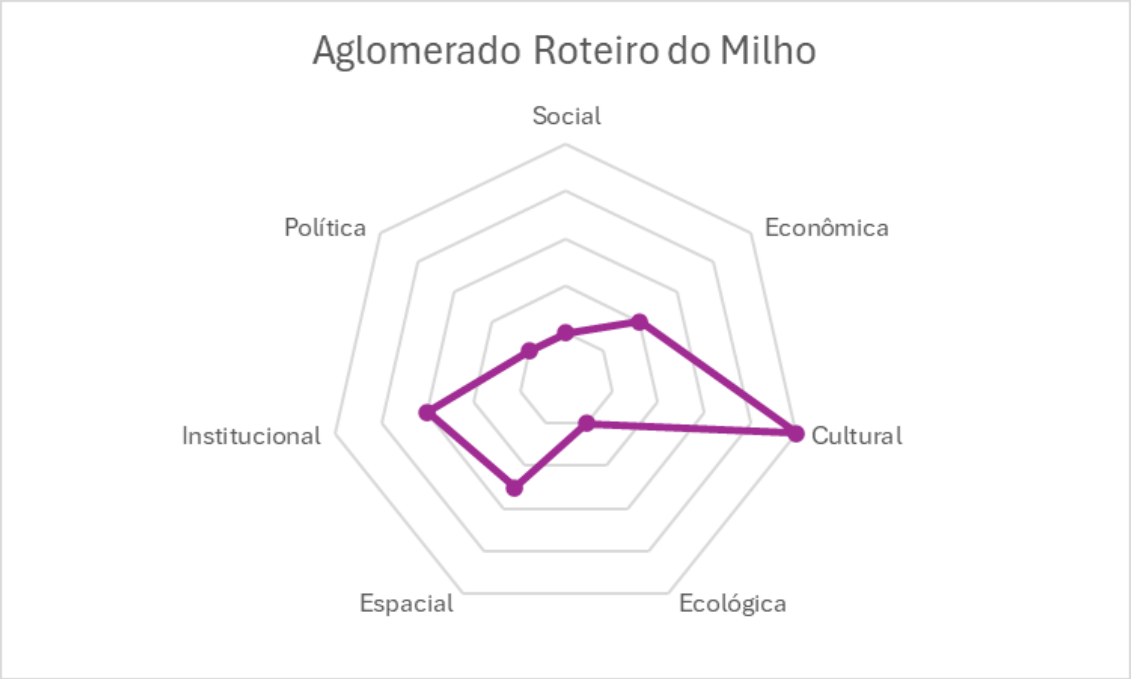

Figura 22 – Gráfico de representação das dimensões atingidas pelo Aglomerado VIII.
Fonte: elaboração própria.

Foi instituído pelo governo do estado de São Paulo, ficando na dependência dos municípios para sua integração e manutenção, acabando por estar enfraquecido, sete anos após sua criação, especialmente por falta de investimentos e incentivos.

Essa situação demonstra a constatação de Champredonde; Cosiorovski (2016), de que toda dinâmica das atividades produtivas, sociais e culturais, bem como as aspirações e motivações da sociedade local, são cruciais para que ocorra o desenvolvimento territorial.

Segundo Costa (2011), a complementaridade dos diferentes atores que compõem o aglomerado e a efetiva cooperação entre eles, acaba por fortalecer o território e contribui para o DTS. Nesse sentido, o Aglomerado em questão apresenta baixo impacto para contribuir como desenvolvimento territorial sustentável no Vale do Ribeira e consequentemente no território da GRMA como um todo.

Alguns municípios como é o caso de Apiaí, instituiu o roteiro em festas religiosas locais em determinados meses do ano (pois a matéria-prima está atrelada ao período de safra) e leva expositores para feiras gastronômicas realizadas no estado de São Paulo, mas isso não é suficiente para que o aglomerado se mantenha e ser fortaleça, demonstrando a multiplicidade e a complexidade das dimensões que compõe o DTS.

4.4.9 Resultados conjuntos em relação aos aglomerados pesquisados

Cada aglomerado, independente do estágio em que se encontra, demonstrou suas características, potencialidades e fragilidades e de que forma contribuem para o DTS (quadro 18). E a pontuação recebida permitiu avaliar em que estágio cada aglomerado se encontra e em quais dimensões há necessidade de um maior esforço para avançar.

Quadro 18 – Resultado geral da classificação quanto ao DTS para cada aglomerado analisado.

DIMENSÃO AGLOMERADO	ESPACIAL	ECONÔMICA	CULTURAL	SOCIAL	ECOLÓGICA	INSTITUCIONAL	POLÍTICA
OLHA O PEIXE	4,5	5,0	5,0	5,0	4,5	4,0	4,0
ROTA DA CERÂMICA	5,0	5,0	5,0	5,0	3,5	3,5	3,0
COOCASTEL	3,5	4,0	3,0	4,0	3,0	5,0	2,0
DESTINOS DO QUIRIRI	5,0	2,0	4,0	4,0	3,0	2,0	3,0
AME LITORAL	3,5	3,0	2,0	2,0	4,5	3,5	2,0
VIVA O VALE	2,5	4,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0
GELEIAS ALEGRIA	3,0	4,0	0,0	2,0	4,5	2,5	2,0
ROTEIRO DO MILHO	2,5	2,0	5,0	1,0	1,0	3,0	1,0
TOTAL	**29,5**	**29,0**	**28,0**	**26,0**	**27,0**	**26,5**	**20,0**
MEDIANA	**3,5**	**4,0**	**4,0**	**3,5**	**3,25**	**3,25**	**2,5**

Cada uma das dimensões foi avaliada (figura 23) de acordo com o foco da presente pesquisa, ou seja, como os aglomerados da sociobiodiversidade na GRMA, contribuem para o DTS.

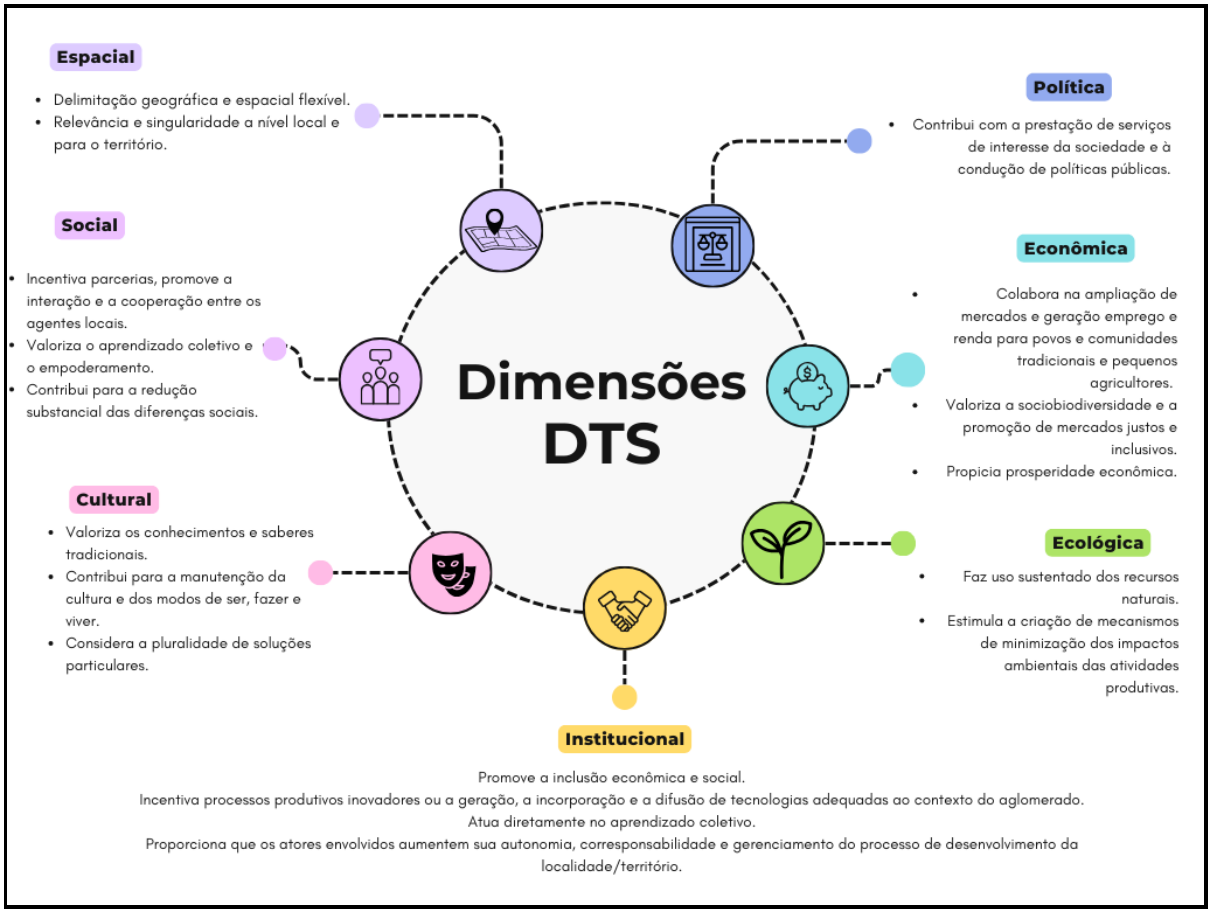

Figura 23 – Critérios considerados para análise das dimensões do DTS, de modo a ponderar a nota de cada um dos aglomerados pesquisados.

A dimensão espacial diz respeito à concentração de uma atividade produtiva no território e toda a potencialidade gerada para ampliar tanto sua eficiência produtiva como aglomerado (diminuição de custos, ramificação da cadeia produtiva, capacidade de organização e cooperação) (Cubides; Bonacelli, 2022), como para os grupos sociais nessa espacialidade (Sachs, 1993). Pois a manifestação espacial do território é fundamentada nas relações sociais estabelecidas entre os atores e as instituições, gerando oportunidades inovadoras em prol do DTS.

Na GRMA, a dimensão espacial é a que mais favorece o DTS, demonstrando que apesar do território ser extenso e com características distintas, tanto em paisagem, como organização econômica, cultural e social nos diferentes setores, os

aglomerados contribuem de forma equitativa para o território como um todo. O maior destaque foi para os Aglomerados Rota da Cerâmica e Destinos do Quiriri (ambos classificados como emergentes regionalizados), o primeiro por sua grande abrangência de atores no município de Apiaí e o segundo por congregar atores contemplando quatro municípios, ambos gerando potencialidades no espaço geográfico de atuação (figura 24).

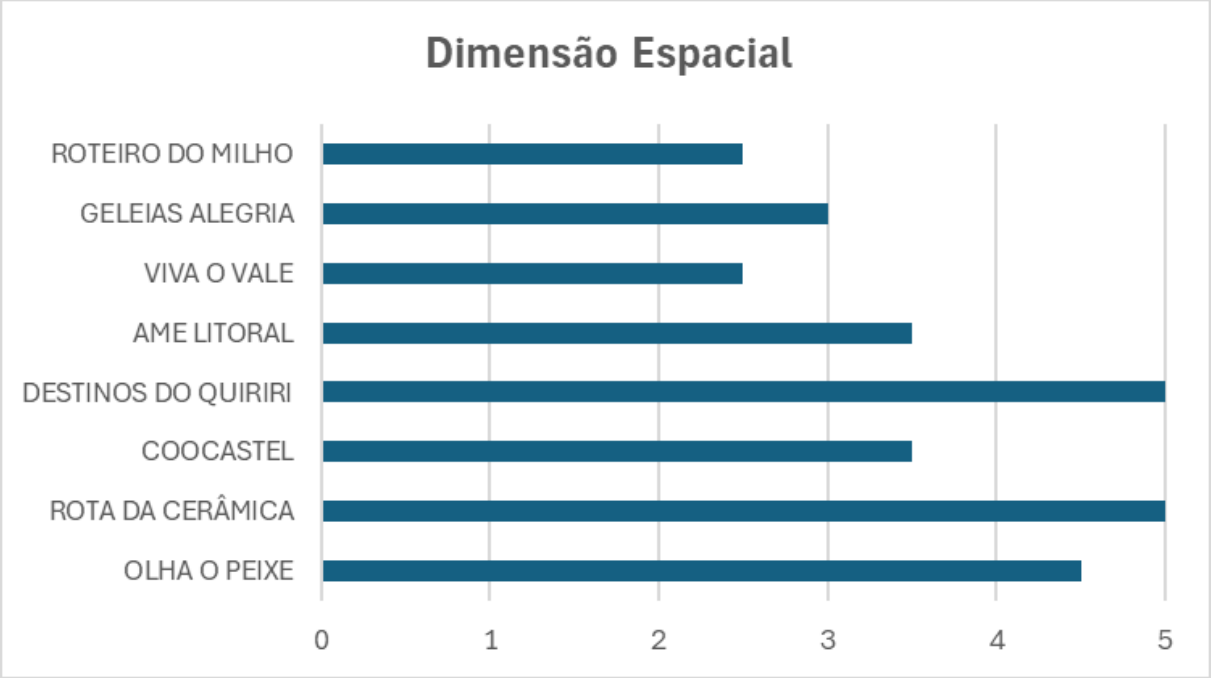

Figura 24 – Contribuição da dimensão espacial ao DTS, de acordo com cada aglomerado pesquisado.

A dimensão econômica se relaciona com o desenvolvimento da cadeia econômica de forma mais inclusiva e cooperativa, fortalecendo diferentes instâncias e parcerias, compartilhando não apenas recursos, mas também competências, a fim de promover a autonomia dos diferentes atores.

A capacidade de especialização e inovação do aglomerado produtivo também propicia vantagens efetivas em relação a outros aglomerados que se utilizem da mesma matéria-prima (Costa, 2011), no que diz respeito à dimensão econômica.

Na GRMA, a dimensão econômica varia conforme o estágio do aglomerado, sua inserção junto aos seus consumidores e em relação ao objetivo de sua criação. ficando mais evidente em aglomerados que vieram para somar à geração de renda, mas que não deixam de enaltecer outros fatores, em especial o cultural, valorando o

saber e fazer local. Se sobressaindo os aglomerados que impulsionam o desenvolvimento econômico local, aliando geração de renda, empoderamento social e manutenção da diversidade biológica e cultural, como é o caso dos Aglomerados Rota da Cerâmica e Olha o peixe (figura 25).

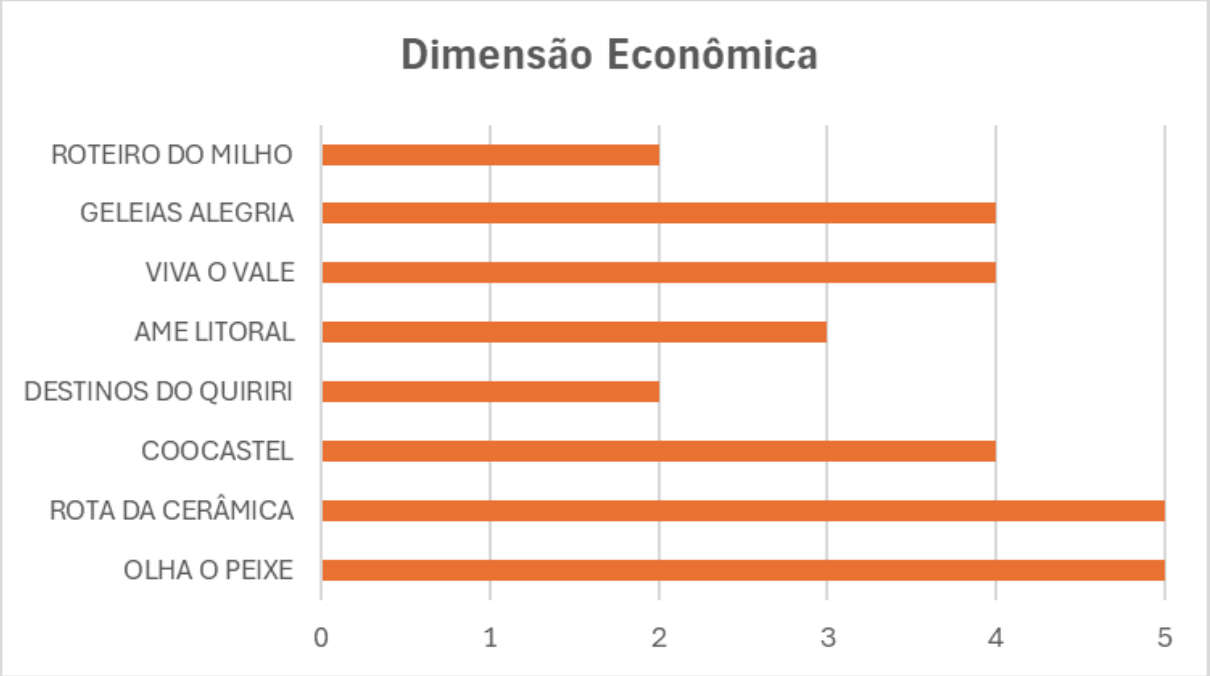

Figura 25 – Contribuição da dimensão econômica ao DTS, de acordo com cada aglomerado pesquisado.

A dimensão cultural está relacionada à identidade e/ou apropriação cultural, de modo a promover os povos e comunidades tradicionais do território. Pode ser vista como um diferencial ao aglomerado, por reproduzir costumes e experiências históricas, que não se igualam e não podem ser reproduzidas em outros contextos (Costa, 2011).

A gama de povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, caiçaras, pescadores artesanais, colonos, descendentes de etnias variadas etc.) encontrados na GRMA, a torna culturalmente diversa, contribuindo imensamente ao DTS.

Se destacaram nessa categoria os aglomerados Roteiro do Milho, Rota da Cerâmica e Olha o peixe (figura 26), justamente por trazerem os saberes locais e valorizarem o conhecimento tradicional e técnicas associadas, por meio de estratégias

de geração de renda e de conservação da diversidade biológica e cultural (Brasil, 2009).

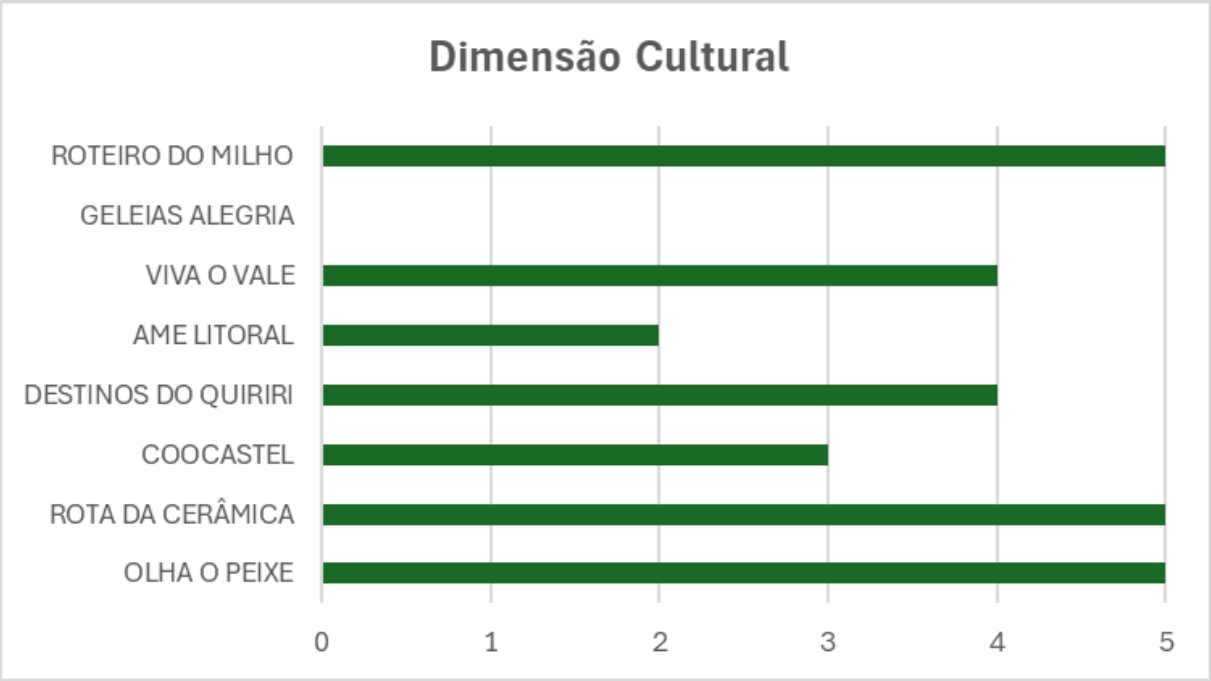

Figura 26 – Contribuição da dimensão cultural ao DTS, de acordo com cada aglomerado pesquisado.

A dimensão ecológica está atrelada ao uso dos recursos naturais e a relação sociedade/natureza de modo mais harmonioso e não predatório e a execução de ações de conservação da biodiversidade e de gestão ambiental.

De acordo com Freire (2003), deve-se acabar com a visão reducionista-tecnocrática quando se fala tanto em desenvolvimento territorial, como em desenvolvimento sustentável, diante da perenização dos recursos territoriais, de modo a promover melhorias conjuntas em termos de bem-estar, geração de renda e conservação ambiental.

Ou seja, para que o DTS ocorra de forma efetiva, a questão ecológica não pode estar desvinculada das demais dimensões. Faz-se necessário mudanças sistêmicas associando cuidado ambiental, desenvolvimento econômico e melhoria das condições sociais (Santos *et al.,* 2019).

Nesse sentido, a geração de renda a partir de aglomerados produtivos, alinhada à produção sustentável e à conservação da biodiversidade, além de fortalecer as

cadeias de produtos e serviços da sociobiodiversidade, incentiva o empoderamento social (Brasil, 2009) e o DTS.

Na GRMA, nenhum dos aglomerados avaliados recebeu pontuação máxima, por ainda carecem de avanços na dimensão ecológica (figura 28), mas três deles se destacaram: a Geleias Alegria, que realiza a produção das frutas que serão processadas de forma mais ecológica; a AME por incentivar a criação de abelhas nativas que não apenas propiciam a geração de renda por meio dos produtos gerados, mas pelos serviços ecossistêmicos associados; e o Olha o Peixe, por abordar questões relacionadas à pesca consciente e à geração zero de resíduos.

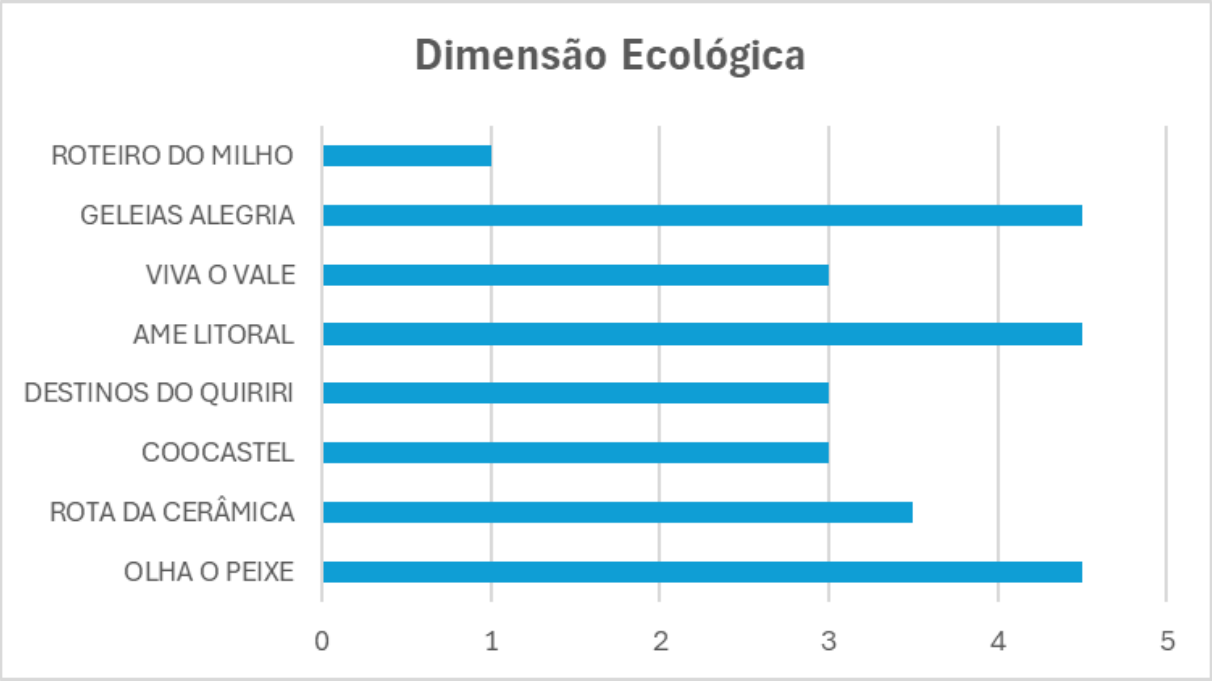

Figura 27 – Contribuição da dimensão ecológica ao DTS, de acordo com cada aglomerado pesquisado.

A dimensão institucional deriva do capital social e está intimamente relacionada ao aglomerado e a rede de relações estabelecida, a qual pode congregar diferentes atores, com abrangência extensiva ao território ou mesmo fora dele.

Todo esse tecido organizacional, incluindo as heterogeneidades e o grau de cooperação entre as instituições e as organizações existentes (Rocha, 2010), contribuem para o desenvolvimento local, para o planejamento regional e consequentemente para o DTS.

No tocante à dimensão institucional, na GRMA, apenas um aglomerado, a Coocastel recebeu pontuação máxima (figura 28), devido a toda integração entre seus agentes internos, mas especialmente por estabelecer uma rede bastante forte com o poder público municipal e outras instituições semelhantes (cooperativas) no seu espaço geográfico. Contribuindo não apenas para maior fortalecimento e desenvolvimento local, mas se estendendo ao longo de todas as relações institucionais estabelecidas fora desse espaço.

Relações que podem ser históricas, de identidades e/ou por configurações políticas, promovendo interações que tendem a valorizar saberes e tradições, conhecimentos tácitos e a confiança construída ao longo do tempo Abramoway (2000).

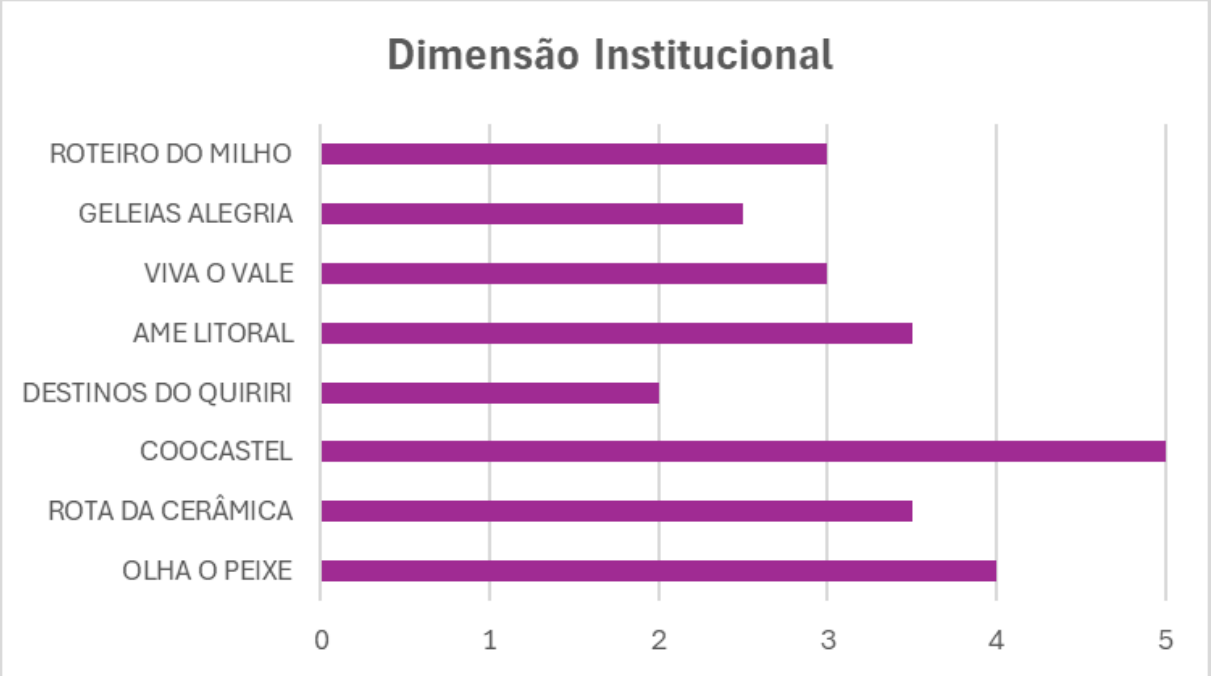

Figura 28 – Contribuição da dimensão institucional ao DTS, de acordo com cada aglomerado pesquisado.

A dimensão social diz respeito às práticas internas para formação do tecido social do aglomerado e as práticas territoriais realizadas pelos atores. E ainda, como se dá a redução das diferenças sociais (tanto materiais quanto imateriais), com vistas à equidade social no território (Silva; Martinelli, 2021).

A dimensão social está representada na figura 29 e destaca-se conforme o quantitativo de atores relacionados ao aglomerado e à sua maturidade. Pois está

relacionada aos laços sociais e/ou à integração entre os agentes internos e a interação social com o território. Ou seja, a intensificação e o aumento da densidade das relações entre os agentes sociais (Rocha, 2010).

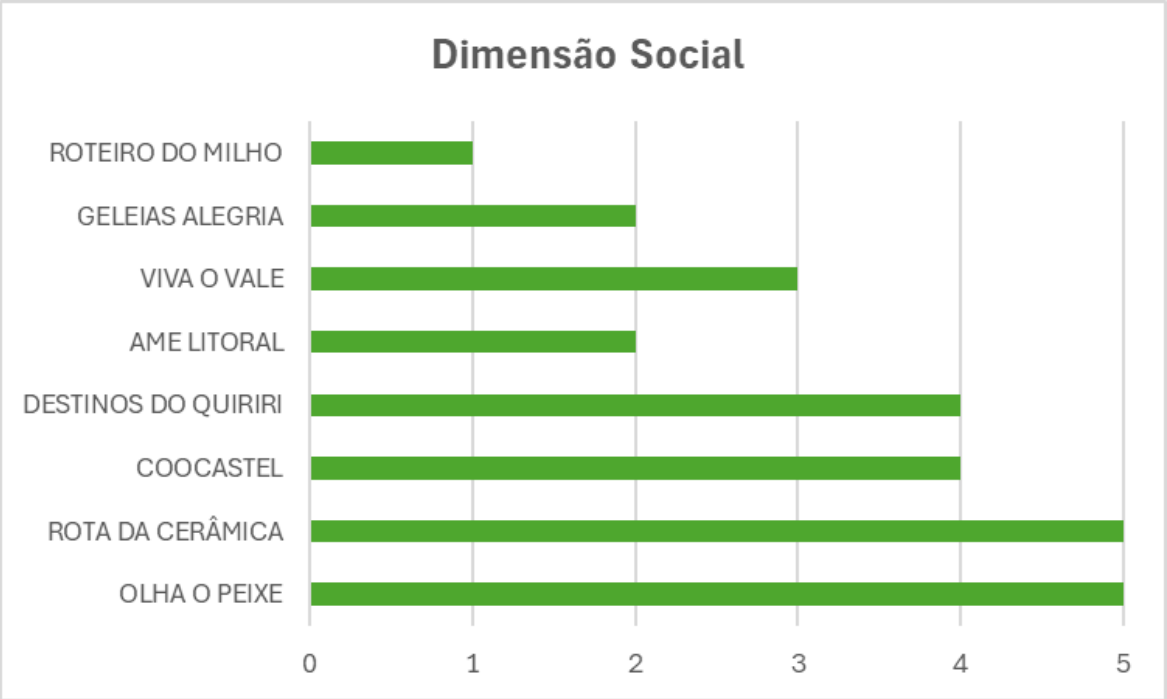

Figura 29 – Contribuição da dimensão social ao DTS, de acordo com cada aglomerado pesquisado.

A dimensão política relaciona-se à influência e/ou participação do aglomerado na articulação/construção de políticas públicas, bem como projetos e programas associados. São os atores diversos (públicos, privados e/ou sociedade civil), que discutem e traçam estratégias tanto para o desenvolvimento de sua cadeia da sociobiodiversidade em si, como para o DTS, pois são parte do processo (Ribeiro; Loiola, 2009; Pellin; Alcântara; Gonçalves, 2016).

Dessa forma, o aglomerado Olha o peixe, se evidenciou (figura 30), em função de participar de discussões voltadas para melhorias para a sua categoria de atuação e se relacionar com agentes estratégicos para tal (Ministério da Pesca, Assembleia Legislativa), colaborando no aspecto da pesca artesanal.

De acordo com Cassiolato; Lastres (2003), a proposição de políticas públicas para os aglomerados produtivos deve considerar de forma conjunta, as especificidades e requisitos do território e dos atores coletivos. De modo a potencializar as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, integrando organização

social, organização produtiva, geração de emprego e renda e práticas compatíveis com a conservação dos recursos naturais e o fornecimento de serviços ecossistêmicos, e, consequentemente o DTS (Ramos *et al*., 2023).

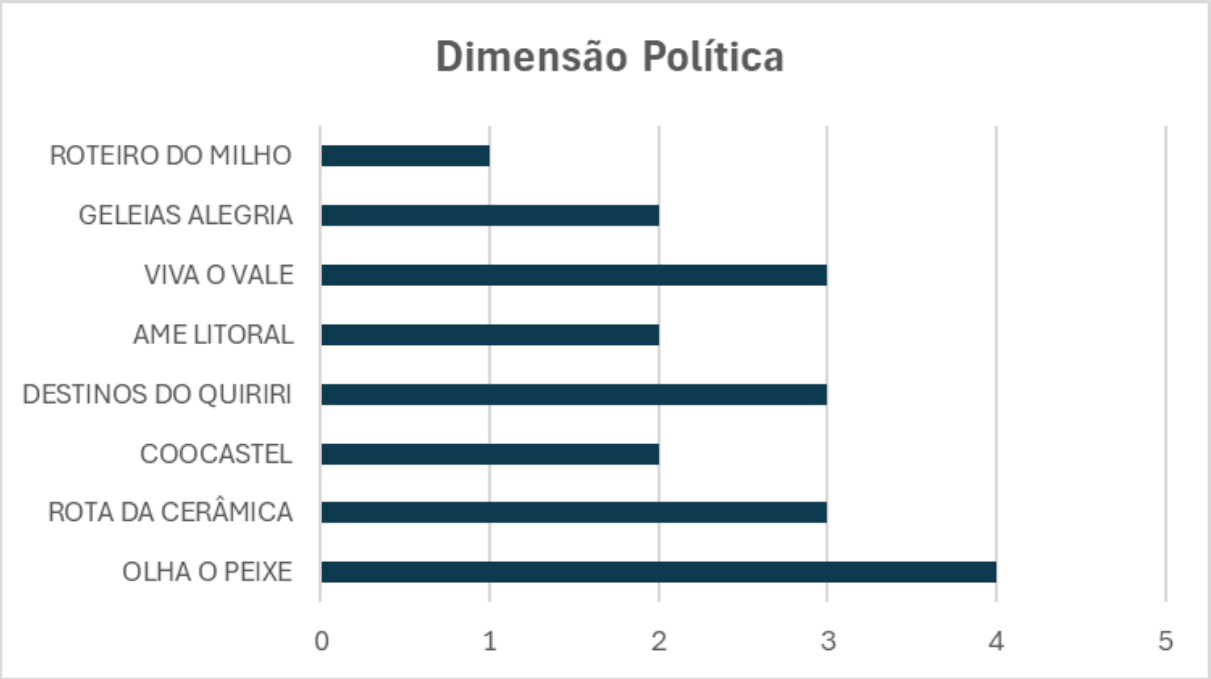

Figura 30 – Contribuição da dimensão política ao DTS, de acordo com cada aglomerado pesquisado.

O desenvolvimento territorial sustentável passa pela potencialização e integração entre as dimensões espacial, econômica, cultural, social, ecológica, institucional e política, e implica que os aglomerados produtivos, sejam os responsáveis pelos investimentos (nas suas variadas formas) e pelo controle do processo de desenvolvimento.

Os resultados permitiram constatar que os aglomerados produtivos da sociobiodiversidade estabelecidos na GRMA, independentemente do estágio de maturidade, agem como instrumentos de orientação, impulsionamento e efetivação do desenvolvimento territorial sustentável. Pois contribuem no fortalecimento das cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade e estimulam a geração de emprego e renda e a economia local; incentivam a articulação, a colaboração e a cooperação entre os atores; buscam valorizar os saberes locais, o conhecimento tradicional, tecnologias e técnicas associadas; comprometem-se com a responsabilidade social, contribuindo com a diminuição das desigualdades

econômicas e sociais; incentivam o empoderamento social; colaboram com a elaboração de políticas pública; e promovem o uso dos recursos naturais de forma responsável e a conservação da biodiversidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico e político ao longo da história, demonstra que os aglomerados produtivos se constituíram como parte do desenvolvimento econômico e territorial, colaborando para a instalação e o fortalecimento de inúmeros territórios, alavancando vocações e potencialidades locais.

Esses aglomerados tornam-se instrumentos fundamentais de desenvolvimento local e territorial, ao fortalecer todo um sistema socioprodutivo. Quando vinculados às cadeias da sociobiodiversidade, além de gerarem emprego e renda, trazem consigo modos de ser e fazer que promovem ações de fortalecimento dos aspectos socioculturais. Ademais, incentivam processos mais colaborativos e uma maior responsabilidade no uso dos recursos naturais.

Foram identificados 100 produtos e serviços da sociobiodiversidade na GRMA, que se organizam no formato de aglomerado, seja por sua constituição como tal, seja por sua estruturação e inserção local e territorial, seja pelas características de relação e colaboração que estabelecem entre os diferentes agentes.

Grande parte dos aglomerados (64%), provêm da cadeia agrícola, convencional ou voltada para práticas mais sustentáveis, o que demonstra não apenas a vocação de muitos municípios que compõe o território, mas também processos históricos e culturais, envolvendo a colonização de cada um dos setores da GRMA. E ainda o surgimento de aglomerados com cadeias produtivas apoiadas por meio de legislações e programas de apoio e fomento.

Em contraponto, o aglomerado que mais se destacou por contribuir de forma efetiva para o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) está relacionado à pesca artesanal. Em segundo lugar, destaca-se um aglomerado voltado para o artesanato ceramista, seguido por um terceiro aglomerado focado na agroindústria da banana. Isso evidencia a necessidade de incentivar as diferentes vocações, especificidades e representações deste território, promovendo uma base de identificação coletiva que é a sociobiodiversidade.

As cadeias da sociobiodiversidade, quando organizadas no formato de aglomerado produtivo, se fortalecem especialmente pela rede de atores que se forma localmente e no território. Essa interação entre os diferentes participantes potencializa a colaboração e o desenvolvimento territorial sustentável.

A partir da caracterização de cada aglomerado quanto ao grau de maturidade, foi possível averiguar, que mais de 70 deles são potenciais ou emergentes, o que indica uma necessidade de planejamento, estruturação e fortalecimento para alcançar a sustentabilidade institucional. Por outro lado, os aglomerados classificados como maduros servem como exemplos de como atingir esse patamar, especialmente devido à sua organização estrutural e à forte cooperação entre os atores envolvidos.

De qualquer maneira, independentemente se o aglomerado se configura como potencial, emergente (localizado, regionalizado), consolidado, tecnológico ou maduro, sempre haverá algo a contribuir como uma experiência exitosa dentro de suas especificidades.

Os resultados permitiram verificar que há aglomerados que necessitam de maior apoio para valorizar a sociobiodiversidade e criar novas oportunidades. Existem também aqueles que já enaltecem a sociobiodiversidade, mas ainda precisam abordá-la como um diferencial ou um elemento agregador à cadeia produtiva e ao desenvolvimento sustentável. Além disso, há aglomerados que apresentam suas cadeias da sociobiodiversidade como uma oportunidade, podendo servir como exemplo para difundir todo esse potencial entre os demais.

São inúmeras oportunidades socioeconômicas, culturais, institucionais, ambientais, de fortalecimento da governança, diretas e indiretas apresentadas, que podem contribuir com o desenvolvimento territorial nas várias dimensões da sustentabilidade.

Nesse sentido, foi possível avaliar a contribuição dos aglomerados pesquisados para o DTS, expressando suas particularidades e divulgando suas experiências, por meio do desenvolvimento socioeconômico inclusivo, capaz de melhorar a qualidade de vida das populações locais e de contribuir com a conservação dos recursos naturais e com a biodiversidade da Mata Atlântica. Com destaque para:

- o potencial do aglomerado em reunir uma variedade de instâncias institucionais, destacando a importância da atuação em rede, empoderando especialmente os agentes diretamente envolvidos nas cadeias da sociobiodiversidade.
- a relevância do associativismo e do cooperativismo para o fortalecimento da atuação conjunta, voltada não apenas para o aglomerado em si, mas toda a rede que se estabelece.

- as contribuições significativas para a economia local, independentemente do porte dos aglomerados, considerando a ampla rede de agentes que se forma desde o início até o final da cadeia produtiva, incluindo consumidores finais que podem estar fora do território.
- a consciência da necessidade de manter os recursos naturais, transformando-os em ativos que continuem a ser atrativos para serviços, como o turismo.
- a valorização dos aspectos históricos e culturais, empoderando comunidades e populações tradicionais.

Embora tenham sido identificados aglomerados com grande potencial de avanço e consolidação, também foram percebidas limitações que impactaram seu desempenho, especialmente nas dimensões política, social e institucional. Apesar da mobilização de múltiplos atores pelos aglomerados, há uma necessidade de implementar mecanismos de governança que fortaleçam os laços entre as diversas instâncias organizacionais. Isso é fundamental para gerar um ambiente de comunicação eficaz e estabelecer parcerias e compromissos duradouros.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial e o apoio a aglomerados produtivos, em sua maioria, têm um enfoque na exploração de recursos naturais, priorizando o crescimento econômico e o acúmulo de capital. Os incentivos direcionados às cadeias da sociobiodiversidade são relativamente recentes, com pouco mais de uma década de implementação. A Mata Atlântica, por sua vez, ainda carece de uma agenda específica e da efetivação de políticas que apoiem e incentivem práticas que promovam, valorizem e conservem os recursos desse importante bioma.

Esses incentivos têm se concentrado principalmente na região Norte, com ênfase no bioma Amazônico, e suas ações estão se estendendo a outros biomas, como o Cerrado, ganhando força na Mata Atlântica, embora de maneira ainda tímida. Isso pode ser atribuído à vasta extensão territorial da Mata Atlântica, que abriga uma diversidade de ambientes naturais e características socioculturais distintas. Além disso, a intensa devastação causada por diversos ciclos econômicos de exploração, que se perpetuam até os dias atuais, continua a pressionar a diversidade biológica ainda existente.

Para operacionalizar o conceito de desenvolvimento territorial sustentável, é crucial integrar todas as suas dimensões, tanto no planejamento como na implementação dos aglomerados, nas ações locais e territoriais, assim como nas políticas públicas. É necessário considerar as especificidades de cada setor do território e o nível de maturidade de cada aglomerado, promovendo um avanço conjunto e harmonioso.

Dessa forma, propõe-se algumas recomendações de modo a dirimir os défices encontrados e contribuir no âmbito deste território:

- o estabelecimento de parcerias potenciais com o setor público, privado, terceiro setor, incluindo instituições de instrumentalização e pesquisa (para o aprimoramento das práticas, assistência e inovação tecnológica - inclusive tecnologias sociais).
- estudos sobre o potencial e benefícios de produtos da Mata Atlântica, a fim de valorizar ingredientes locais e estabelecer novos nichos de mercado, invertendo a lógica de exploração e promovendo a proteção da biodiversidade. De modo a respeitar as sazonalidades e quantitativo de produção e padrões ecológicos das espécies, além de valorizar os atores envolvidos nos aglomerados produtivos.
- promover diálogos de saberes entre os diferentes atores do território (aglomerados, população, poder público, setor privado, organizações da sociedade civil), de modo a difundir as diferentes experiências e construir soluções conjuntas em prol do desenvolvimento sustentável do território e do bioma.
- maior incentivo e apoio à formação e ao desenvolvimento de aglomerados produtivos da sociobiodiversidade, oportunizando a geração de emprego e renda, além da inclusão social. O que deve estar alinhado ao uso consciente dos recursos naturais e a implementação de práticas sustentáveis. Para isso, são essenciais políticas públicas, programas de fomento e ações em diversas instâncias.
- articulação entre as políticas nacionais e as iniciativas do território, criando redes de cooperação e fortalecendo a gestão territorial.

- incentivar outras iniciativas como a sociobioeconomia, a economia criativa, a economia circular, a transição para sistemas agroalimentares como base na sustentabilidade, com o apoio do setor público-privado.
- estruturar e promover o fortalecimento de mercados da sociobiodiversidade, além de utilizar a marca do território para agregar valor à sua origem e às representações associadas a ele. Isso envolve todos os aspectos, como os econômicos, sociais, culturais e ambientais, e deve atuar como um diferencial para os produtos e serviços oferecidos.
- difundir as práticas existentes e sensibilizar o público consumidor sobre os benefícios, vantagens e contribuições que advêm das diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável ao consumir ou utilizar produtos oriundos de aglomerados da sociobiodiversidade.

De modo geral, pode-se afirmar que os aglomerados produtivos da sociobiodiversidade ressignificam a lógica de mercado, apresentando práticas e princípios que dialogam com o DTS.

Enquanto indicativo de pesquisas futuras, sugere-se produzir novas reflexões teóricas que subsidiem e auxiliem na definição de estratégias de planejamento e para fomentar programas, projetos, diretrizes, decisões e quiçá, políticas de desenvolvimento territorial sustentável nesta região.

Além disso, é importante contribuir para a organização das populações e comunidades tradicionais, aproveitando as oportunidades concretas que o território oferece. Isso deve buscar a integração entre o capital humano, o capital social e o capital natural, com o objetivo de reduzir as desigualdades e valorizar o potencial do GRMA para sua estruturação em prol do desenvolvimento territorial sustentável.

6 REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr.-jun. 2000.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. *In*: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs). **Territórios em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.

ALVARENGA, R. A. M.; MATOS, F. R. N.; MACHADO, D. Q.; SOBREIRA, M. C.; MATOS, L. B. S. Arranjo Produtivo Local e desenvolvimento sustentável: uma relação sinérgica no município de Marco (CE). **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 5, p. 15-43. set.-out., 2013.

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, G. R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista Política Agrícola**, Ano XX, n. 2, Abr./Maio/Jun. 2011.

ANES, C. E. R.; DEPONTI, C. M.; AREND, S. C. Arranjo Produtivo Local e as Agroindústrias Familiares da Região das Missões: Lógicas Diferentes? **Redes**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 23, n. 2, maio-ago. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASSO, D.; TRENNEPOHL, D.; MUENCHEN, J. V.; ZAGONEL, T. R. O desafio do planejamento estratégico em Arranjos Produtivos Locais: o plano de desenvolvimento do APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro-RS. **Redes**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 23, n. 2, p. 154-171, maio-ago. 2018.

BECATTINI, G. O distrito marshalliano. *In*: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs). **As regiões ganhadoras - distritos e redes**: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras, Portugal: Celta, 1994.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. **Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil.** *In*: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Juiz de Fora/MG, 27 a 30 de julho de 2003**.**

BELLUCCI, A. C. S.; VELLASCO, F. M. M.; SILVA, I. B.; MILANI, M. C. A. C. **GTP APL**: dez anos de avanços e perspectivas de futuro. IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, 10 jul.-dez. 2014.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos (tradução Elson Manoel Pereira). **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul.-dez. 2001.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Sociobiodiversidade Interação do Homem, Mercado e Natureza** (Compêndio de Estudos Conab, v. 25). Brasília: Conab, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 12.044, de 05 de junho de 2024**. Institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12044.htm>. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico – 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira.** (Série Manuais Técnicos em Geociências). 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Quilombolas.** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.276, de 09 de maio de 1996.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/1999 e dá outras providências. D.O.U. de 10 de maio de 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. D.O.U. de 25 de julho de 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. D.O.U. de 26 de dezembro de 2006 (retificada em 09/01/2007).

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Institui o novo código florestal brasileiro. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Portaria MAPA nº 121, de 18 de junho de 2019.** Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-121-de-18-de-junho-de-2019-164325642>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Portaria MAPA/MMA nº 10, de 21 de julho de 2021.** Institui, lista de espécies nativas da sociobiodiversidade com valor alimentício, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mapa/mma-n-10-de-21-de-julho-de-2021-333502918>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI. **Bioeconomia**. Disponível em: <https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/Bioeconomia/Bioeconomia.html>. Acesso em: 02 mar. 2025 (a).

BRASIL. Ministério da Economia. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Observatório Brasileiro APL.** Disponível em: <http://www.observatorioapl.gov.br>. Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Ministério do Meio Ambiente – MMA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, de 21 de julho de 2009.** Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências. Brasília: MDA/MMA/MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. **Manual de Atuação em Arranjos Produtivos Locais - APLs.** São Paulo/Brasília: DECOMTEC/FIEPS; DMPME/SDP/MDIC, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. **Portaria nº 299, de 04 de fevereiro de 2022.** Estabelece as Rotas de Integração Nacional como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva do Ministério do Desenvolvimento

Regional. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-299-de-4-de-fevereiro-de-2022-378633903>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. **Rotas de Integração Nacional.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/rotas-de-integracao-nacional>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Arranjos produtivos locais:** APLs de produtos da sociobiodiversidade. Ministério do Meio Ambiente – Brasília: MMA, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.428%2C%20DE%2022%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202006.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20e,Atl%C3%A2ntica%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Seminário Nacional "Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis".** Disponível em: < https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/bioeconomia/acervo-historico/plano-nacional-para-a-promocao-dos-produtos-da-sociobiodiversidade-pnbsb/subsidios-para-criacao-do-pnpsb/seminario-nacional/SeminarioNacional.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025 (b).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Mata Atlântica:** patrimônio nacional dos brasileiros (Org. Maura Campanili e Wigold Bertoldo Schaffer). Brasília: MMA, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Ministério da Educação – MEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. **Consumo Sustentável:** manual de educação. Brasília: Consumers International/MMA/MEC/IDEC, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**: projeto de lei. Brasília: MP, 2003.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar n.º 150, de 2022**. Institui a Política Nacional de Bioeconomia, em articulação com a implementação de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, e altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, a Lei

Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2226797&filename=Avulso%20PLP%20150/2022>. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRASIL. **Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais.** Versão para discussão do GT Interministerial (versão final de 16/04/2004). Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl/biblioteca-apl/estudos-do-gtp-apl/termo-de-referencia-para-politica-de-apoio-aos-apls.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. ***Le développement territorial****: une réponse émergente à la mondialisation.* Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014.

CARMO, J. A.; ORTIGOZA, S. A. G. As dinâmicas da relação entre comércio e indústria em Franca (SP). **Ra'e Ga – Curitiba**, v. 37, p. 131-159, ago. 2016.

CARRIÈRE, J. P. CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis/SC, v. 1, n. 1, p. 23-46, jan.-jun. 2003.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. *In*: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

CASTILHO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI. C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**, Taubaté/SP, v. 16, n. 3, p. 193-206, set.-dez. 2020.

CHAMPREDONDE, M.; COSIOROVSKI, J. G. ¿Agregado de Valor o Valorización? Reflexiones a partir de Denominaciones de Origen en América Latina. **Rivar,** Santiago de Chile, v. 3, n. 9, p. 147-172, 2016.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Arranjos Produtivos Locais da Paraíba.** Brasília, 2004.

CHECHI, L. A.; SCHULTZ, G. Arranjos produtivos locais de erva-mate no sul do Brasil: caracterização das organizações processadoras e relações estabelecidas**. Revista Espacios**, v. 38, n. 32, 2017.

CHECHI, L. A.; SCHULTZ, G. Inovação, conhecimento e aprendizagem: um estudo sobre Arranjos Produtivos Locais de erva-mate no sul do Brasil. **Mundo Agrário**, v. 20, n. 43, 2019.

CHIOCHETTA, J. C.; HATAKEYAMA, K. Implementação de um APL – Arranjo produtivo Local - o caso do setor metal mecânico da região sudoeste do Estado do Paraná. **Revista Produção *Online***, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/96>. Acesso em: 04 jan. 2022.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Compêndio de estudos Conab** – Sociobiodiversidade - interação do homem, mercado e natureza. V. 25. Brasília: Conab, 2020.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Revista Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre/RS, v. 9, p. 11-47, 1998.

COSTA, E. J. M. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.** Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

COSTA, O. M. E. **Arranjos Produtivos Locais APL´s como estratégia de desenvolvimento**: uma abordagem teórica. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, 2011.

COSTA, R. S.; SILVA, E. D.; NOGUEIRA, D. P. Ações de cooperação, aprendizagem e estratégias organizacionais em redes interorganizacionais: estudo nos Arranjos Produtivos Locais (APL) de *software* do Paraná. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa - RECADM**, v. 15, n. 3, p. 189-208, set.-dez. 2016.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Sage, 2010.

CUBIDES, N.; Z.; BONACELLI, M. B. M. Arranjos Produtivos Locais de plantas medicinais e fitoterápicos nos biomas brasileiros: um diagnóstico preliminar. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro/RJ, v. 16 n. 4, p. 403-417, 2022.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Revista de Administração Contemporânea**, n. 9 (SPE 2), p. 1-17, 2005.

DALLABRIDA, V. R. A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual. **Sociedade, Contabilidade e Gestão,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, segundo semestre de 2007.

DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/SP, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio-ago. 2020.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/SP, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio-ago. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **GUAJU - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos/PR, v.7, n.1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

DENARDIN, V. F.; ALVES, C. L. B.; CAZELLA, A. A.; FETT JUNIOR, N.; LOPES, P. R. Abordagem territorial do desenvolvimento: dimensão natural e contribuições para o diagnóstico e prospecção de cenários. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/SP, v. 18, n. 1, p. 61-83, jan.-abr. 2022.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. **Ativação de recursos territoriais: processos de desenvolvimento no espaço rural.** *In:* CURY, M. J. F.; SAQUET, M. A. (org.). Territórios e territorialidades: a práxis na construção do desenvolvimento. Cascavel: Edunioste, 2019.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T.; KOMARCHESKI, R. Farinheiras no litoral do Paraná: uma análise a partir da noção de Sistema Agroalimentar Localizado - SIAL farinheiras. *In:* DENARDIN, V. F.; KOMARCHESKI, R. (org.). **Farinheiras do Brasil**: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca. Matinhos/PR: UFPR Litoral, 2015.

DIAS, R. Instituições e desenvolvimento territorial: um estudo a partir do caso do arranjo produtivo de petróleo e gás natural localizado em Macaé-Brasil. **EURE**, v. 39 n. 116, p.141-171, 01-2013.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

EBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova Economia**, Belo Horizonte/MG, v. 18 n. 1 p. 11-32, jan.-abr. 2008.

FEIDEN, A.; RAMOS, M. J.; CHIDICHIMA, A. C.; SCHMIDT, C. M.; FIORESE, M. L.; COLDEBELLA, A. A cadeia produtiva da tilápia no oeste do Paraná: uma análise sobre a formação de um arranjo produtivo local. **Redes**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 23, n. 2, p. 238-263, maio-ago. 2018.

FERREIRA, M. T. S.; MEIRELES, S. S.; MACEDO, M. A. S.; BARONE, F. M.; SANT'ANNA, P. R.; ZOTES, L. P. Análise do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs): um estudo de caso do município de Paraty (RJ). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro/RJ, v. 45, n. 2, p. 517-539, mar.-abr. 2011.

FERRO, R. C. Arranjos produtivos locais (APL's) das agriculturas familiares: estudo para uma nova gestão sustentável no setor gastronômico. **Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 67-82, maio 2015.

FREIRE, P. V. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, v. 1, n. 1. p. 249-309, jan.-jun. 2003.

FUINI, L. L. A territorialização da indústria calçadista em Jaú-SP: uma análise da governança em Arranjos Produtivos Locais. **Ra'e Ga – Curitiba**, v. 31, p. 40-72, dez. 2014.

FUINI, L. L. Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**, v. 9, n. 2, p. 57-83, dez. 2013.

GALVANESE, C.; PUGA, B. P.; GRIGOLETTO, F. Desafios à exploração sustentável da sociobiodiversidade como vetor de desenvolvimento de territórios rurais no Brasil. **Raízes** (UFPB), v. 43, p. 366-382, 2024.

GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA - GRMA. Disponível em: <https://grandereservamataatlantica.com.br/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C.; BETTI, P. Incubação de empreendimentos turísticos solidários para o desenvolvimento nas comunidades tradicionais em Guaraqueçaba (PR). **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 4 n. 1, p. 149-167, 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JUSTEN, G. S.; PAES-DE-SOUZA, M. Relações sociais e território: estudo no Arranjo Produtivo Local (APL) da Castanha-da-Amazônia. **Revista de Ciências da Administração**, v. 19, n. 47, p. 114-130, 2017.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimentos. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza/CE, v. 9, n. 2, p. 189-195, dez. 2003.

LASTRES, H. M. M.; LEMOS, C.; FALCÓN, M. L.; ANDRADE, J. E.; MAGALHÃES, W.; MACHADO, M. O apoio ao desenvolvimento regional: a experiência do BNDES e oportunidades para avanços. **Revista do BNDES**, nº 42. Rio de Janeiro: BNDES, dezembro, 2014.

LEÃO, E. L. R.; MOUTINHO, L. M. G.; CAMPOS, L. H. R. Arranjo Produtivo Local da fruticultura irrigada do Vale do submédio do São Francisco, Pernambuco/Bahia: fluxos comerciais e dinamismo local. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 9, n. 2, p. 273-303, abr./jun. 2016.

LIMA, A. **Do universo das redes às redes de Educação Ambiental, potencialidades e limitações da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental**: REASul. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2006. 161 p.

LOPES, E. B. M. **Desenvolvimento local-territorial e o programa Territórios da Cidadania.** Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara/SP, 2010. 219 f.

MALHEIROS, T. F.; COUTINHO, S. M. V.; PHILIPPI JR, A. Desafio do uso de indicadores na avaliação de sustentabilidade. *In*: PHILIPPI JR, A.; MALHEIROS, T. F.

(Orgs). **Indicadores de sustentabilidade e gestão ambiental**. Barueri/SP: Manole, 2012.

MAPBIOMAS. **Destaques do mapeamento anual da cobertura e uso da terra no Brasil de 1985 a 2021**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/fact-sheet-MATA-ATLANTICA-2022_18.10.2022.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

MARSHALL, A. ***Principles of Economics***. 8th. ed., London: Palgrave MacMillan, 2014. Disponível em: <https://oll4.libertyfund.org/title/marshall-principles-of-economics-8th-ed>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MAURO, R. A.; CINTRÃO, J. F. F.; MELHEN, J. E.; OLIVEIRA, E. A. Dimensões do desenvolvimento territorial e políticas públicas: perspectivas e desafios a partir da Constituição Federal de 1988. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v.7, n. 3, p. 489-506, 01-09-2018.

MORAES, R. C. C. Como este mundo se tornou possível? Do capitalismo organizado à desordem presente. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 40, p. 1-18, 2019.

MOREIRA FILHO, M. **Estudos do aglomerado de empresas de turismo de Santa Tereza e seus impactos sobre o desenvolvimento local.** Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Rio de Janeiro/RJ, 2009.

NUNES, E. M.; FRANÇA, A. R. M.; SILVA, M. R. F.; SÁ, V. C.; GURGEL, I. A. Arranjos produtivos em dinâmicas de desenvolvimento regional: a cadeia da cajucultura no Território Açu-Mossoró (RN). **Redes** (Santa Cruz do Sul/RS), v. 23, n. 2, p.187-209, maio-ago. 2018.

OLLINAHO, O. I.; KROGER, M. *Separating the two faces of "bioeconomy": plantation economy and sociobiodiverse economy in Brazil*. ***Forest Policy and Economics***, 149 (2023) 102932.

OLIVEIRA, C. M.; MATTOS, C. A. C.; SANTANA, A. C. Aspectos produtivos e socioeconômicos do Arranjo Produtivo Local bovino e bubalino no arquipélago do Marajó, estado do Pará. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 9, n. 1, p. 25-45, jan./mar. 2016.

OLIVEIRA JR, C. J. F.; AMADOR, T. S.; CÉCEL, A. T.; BARBEDO, C. J. Por que não comemos nossa saudável biodiversidade? ***Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability***, Pernambuco, v. 4 n. 2, p. 43-72, 2022.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população**. Revista Saúde Pública**, v. 29, n. 5, 1995.

PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL. **Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná**. Disponível em: <https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Desenvolvimento-Sustentavel-do-Litoral-do-Parana-PDSLitoral>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da escala global (tradução Anne-Sophie de Pontbriand Vieira). **Política e Sociedade**, n. 14, p. 74-105, abr. 2009.

PECQUER, B. ***Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud.*** *In:* Benoît Antheaume; Frédéric Giraut *(Org.). Le territoire est mort, vive les territoires*. Marsille-France: IRD Éditions, 2005.

PECQUEUR, B. *Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés.* **Économie Rurale** (Développement regional: quelles recherches?), n° 261, p. 37-49, 2001. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217.pdf. Acesso em: 08 set. 2023.

PECQUEUR, B. *The territorial development: a new approach of development processes of south economies* (O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul – tradução Ghislaine Duque). **Revista de Ciências Sociais e Econômicas - Raízes**, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, 2005.

PELLIN, V. ALCÂNTARA, L. C. S.; GONÇALVES, D. F. Contribuições do capital social para o desenvolvimento territorial. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.10, n. 4, p. 52-70, 2016.

PÉREZ, I. J. **Produção de natureza: parques, *rewilding* e desenvolvimento local** (tradução Cristina Bekkeer; Claudia Ortiza). Curitiba: SPVS, 2019.

POLETTO, E. R. O Desenvolvimento territorial e a promoção dos Arranjos Produtivos Locais (Apls): Uma aproximação geográfica. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, Universidade Estadual Paulista, v. 1, n. 1, p. 58-83, jan. 2009.

POLGEA, E. B; TORREA; A.; PIRAUX, B. M. *Dynamiques de proximités dans la construction de réseaux socio-économiques territoriaux en Amazonie brésilienne. Géographie, Économie*, **Société** 18, p. 493-524, 2016.

PYKE, F., BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. ***Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy.*** Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.

PUGA, B. P.; GALVANESE, C. S.; GRIGOLETTO, F. **Por um quadro de análise dos arranjos produtivos da sociobiodiversidade no bioma Mata Atlântica**: apontamentos preliminares. *In*: XV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2023, Santarém. Anais do XV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2023.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 2008.

RADWANSKI, E. M.; SAMPAIO, C. A. C.; SOBRAL, M. C. M. **Agregação de valor à agricultura familiar**: uma alternativa para o desenvolvimento territorial sustentável. REDES, Santa Cruz do Sul/RS, v. 19, n. 3, p. 74 - 96, set./dez. 2014.

RANA, B. M; ALLEN, M. M. C. (Ed.). ***Upgrading the Global Garment Industry.*** *New Perspectives on the Modern Corporation Series.* Edward Elgar Publishing, 2021.

RAMOS, S. F. *et al.* Desafios e potenciais da sociobiodiversidade do Estado de São Paulo: aspectos da produção. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, Instituto de Economia Agrícola, São Paulo/SP, v. 18, n. 1, p. 1-7, jan. 2023. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1151834?mode=full>. Acesso em: 29 jul. 2024.

REDE DE PESQUISA EM ARRANJOS E SISTEMA PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS - RedeSist. **Nota técnica 13** – Consolidação dos estudos: síntese dos resultados (Projeto Análise do Mapeamento e das Políticas Públicas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. RedeSist, 2010.

RIBEIRO, T. F.; LOIOLA, E. Gestão de território e desenvolvimento: um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes. *In:* RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

ROCHA, J. D. A Importância do Capital Institucional na Sustentabilidade do Desenvolvimento Territorial. **Sustentabilidade em Debate**, v. 1, n. 1, p. 63-78, 2010.

SAES M. S. M.; SAES, B. M.; FEITOSA, E. R. M.; POSCHEN, P.; VAL, A. L.; MARCOVITCH, J. *When do supply chains strengthen biological and cultural diversity? Methods and indicators for the socio-biodiversity bioeconomy.* ***Sustainability***, 15: 8053, 2023.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI.** São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K; FALK, V. C. V. Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.com): um projeto piloto na comunidade do entorno da microbacia do rio Sagrado (Morretes/PR). **Revista Turismo Visão e Ação (eletrônica)**, v. 10, n. 02, p. 244-263, mai-ago. 2008.

SAMPAIO, G. C.; MARINI, M. J.; LAVARDA, R. A. B. Abordagem da estratégia como prática cooperativa: um estudo de caso em um APL vinícola Catarinense. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v.13, n. 3, p. 237-263, 2020.

SANTOLIN, R. B.; CATEN, C. S. Modelos de distritos industriais sob a ótica da sustentabilidade: uma revisão bibliográfica. ***Iberoamerican Journal of Industrial Engineering***, Florianópolis/SC, v. 7, n. 14, p. 129-150, 2015.

SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. **Revista do BNDES**, v. 11, n. 22, p. 151-179, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. (Coleção Milton Santos; 1). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, L. C. R.; SAMPAIO, C. A. C.; PROCOPIUCK, M.; SILVA, F. D. P. S.; PANKE, R. Arranjo institucional e socioprodutivo correlações e sustentabilidade: um estudo de caso no município de Salvador/Bahia. **Revista Fronteiras de Ciências Sociais, Tecnológicas e Ambientais**, v. 8, n. 3, p. 397-417, set. 2019.

SÃO PAULO. Governo do Estado. **Decreto n° 54.654 de 07 de agosto de 2009.** Institui o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, autoriza a celebração de convênios com municípios do Estado de São Paulo e entidades que especifica, visando à transferência de recursos financeiros para o incremento das cadeias produtivas, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/157218#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Estadual%20de,produtivas%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncia. Acesso em: 12 mar. 2022.

SERRANO, D. P. A associação de empresas no Brasil em Arranjos Produtivos Locais (APL) como fator de obtenção de vantagem competitiva. **Universitas - Gestão e TI**, Brasília/DF, v. 1, n. 1, p. 69-83, jan.-jun. 2011.

SILVA, L. **Fluxo informacional e stakeholders turísticos: o caso do Consórcio Intermunicipal Quiriri em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Federal do Paraná, 2023. 120 p.

SILVA, R. G.; MARTINELLI, D. P. Arranjos Produtivos Locais (APL) e fatores formadores das dimensões do desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, v. 28, p. 9-33, 2021.

SILVA, S. S. **Milton Santos**: concepções de geografia, espaço e território**.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Campus de Francisco Beltrão), Francisco Beltrão/PR, 2009. 145 fls.

SILVEIRA, S. M. P. Rede Ecovida de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira catarinense. **Revista**

Internacional Interdisciplinar - INTERthesis, Florianópolis/SC, v. 10, n. 2, p. 181-213, jul.-dez. 2013.

SINAY, M. C. F.; SINAY, L.; BRAGA, I. L. Diagnosticando a viabilidade da instalação de um Arranjo Produtivo Local para o turismo. **Cultur**, ano 12, n. 1, fev/2018.

SOUZA, C. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, n. 3, p.431-442, 2002.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R. Governança em sistemas de MPMEs em clusters industriais. *In*: LASTRES, H.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (orgs.) **Pequena Empresa**: cooperação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TAHIM, E. F. **Inovação e meio ambiente:** o desafio dos arranjos produtivos de cultivo de camarão em cativeiro no estado do Ceará. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008. 318 p. Disponível em:<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp093595.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

TAHIM, E. F.; ARAÚJO JUNIOR, I. F. Aprendizado, cooperação e capacidade inovativas dos Arranjos Produtivos Locais de cultivo de camarão no estado do Ceará. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**, Taubaté/SP, v. 11, n. 2, p. 34-59, maio-ago. 2015.

TEIXEIRA, K. H.; AMARAL FILHO, J.; MAYORGA, R. D.; MAYORGA, M. I. O. Território, cooperação e inovação: um estudo sobre o Arranjo Produtivo Pingo D´água. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, n. 3, p. 573-594, 09-2006.

TERRAS INDÍGENAS. **Terras indígenas no Brasil.** Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VIEIRA, P. F. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **Revista Internacional Interdisciplinar - INTERthesis**, Florianópolis/SC, v. 10, n. 2, p. 119-141, jul.-dez. 2013.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, Florianópolis/SC, v. 1, n. 1, p. 249-309, jan.-jun. 2003.

7 APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ATORES RELACIONADOS.

“A contribuição de produtos e serviços da sociobiodiversidade na Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA) com potencial para formação de aglomerados produtivos alinhados ao desenvolvimento territorial sustentável”.

Este roteiro é um elemento importante para a realização de entrevistas individuais semiestruturadas, para coleta de dados para a elaboração de Tese de Doutorado, requisito para a conclusão do Programa de Pós-graduação em Gestão Ambiental da Universidade Positivo, que tem como objeto Averiguar a contribuição dos produtos e serviços da sociobiodiversidade com potencial de formação de aglomerados produtivos, na promoção do desenvolvimento territorial sustentável (DTS) na Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA).

1. DADOS DO RESPONDENTE

Nome:		Gênero:
Dados de contato:		
Faixa etária:	☐ 18 – 30 ☐ 31 – 40 ☐ 41 – 50 ☐ 51 – 64 ☐ 65 ou mais	
Profissão/Ocupação:		
Há quanto tempo faz parte do aglomerado/arranjo em questão?		

2. DADOS REFERENTES À CADEIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

ITEM A AVALIAR	PERGUNTA
Identificação da cadeia produtiva.	Produto e/ou serviço ofertado (especialização produtiva e/ou operação em cadeias produtivas complementares); montar a cadeia produtiva {produção – distribuição – consumo (quem é o mercado consumidor/consumidor final?)}.
Conformação institucional, parcerias e promoção da interação	Quantos produtores/pessoas estão ligados ao aglomerado/ associação/cooperativa? Histórico? Há possibilidade de entrada

ITEM A AVALIAR	PERGUNTA
e/ou cooperação entre os atores.	de novos atores (em que circunstâncias)? Instituições parceiras e respectiva posição/função.
Participação em programas/políticas e/ou recebimento de recursos/fomento.	O aglomerado/arranjo/associação/cooperativa já foi ou é beneficiado por alguma política pública, programa, financiamento, assistência técnica, pesquisa apoio institucional etc.? Se sim, qual foi o impacto (positivo ou negativo)?
Capacidade de transformação pessoal e organizacional (inovação tecnológica).	Há algum tipo de capacitação/aperfeiçoamento dos envolvidos? Há alguma inovação tecnológica (mesmo que social) relacionada ao contexto do aglomerado?
Promoção socioeconômica.	O produto ou serviço contempla comunidades tradicionais? Está relacionado à valorização da cultura e/ou do talento/vocação local? Se sim, explicitar. Qual a contribuição socioeconômica do aglomerado (localmente/regionalmente)?
Relação com a GRMA.	Qual a relação do aglomerado com o território da GRMA (se sente pertencente à GRMA ou tem sua marca/produto associado, se tem vantagens)?
Proteção / conservação ambiental (como contribui para o bioma Mata Atlântica).	Promove algum tipo de ação voltada à conservação da biodiversidade e/ou minimização dos impactos ambientais das atividades produtivas e dos recursos naturais e/ou melhoria da qualidade ambiental (gestão ambiental)?
Perspectivas do aglomerado.	Obstáculos/desafios a serem superados: de curto, médio e longo prazos. Oportunidades a serem conquistadas.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “A contribuição de produtos e serviços da sociobiodiversidade na Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA) com potencial para formação de aglomerados produtivos alinhados ao desenvolvimento territorial sustentável”, de responsabilidade da pesquisadora Anabel de Lima, doutoranda da Universidade Positivo, e do seu orientador Prof. Dr. Marcelo Limont. Por favor, leia com atenção as informações abaixo para consentir ou não sua participação no estudo.

1. O objetivo desta pesquisa é averiguar a contribuição dos produtos e serviços da sociobiodiversidade com potencial de formação de aglomerados produtivos, na promoção do desenvolvimento territorial sustentável (DTS) na Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA), trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O instrumento de coleta de dados primários utilizado na etapa de campo é um roteiro, formulado em meio físico (impresso) e utilizado quando da realização das entrevistas (de forma presencial ou *online*), com 08 aglomerados produtivos da sociobiodiversidade localizados no território da Grande Reserva Mata Atlântica – GRMA.

2. A participação nesta pesquisa é voluntária e consistirá em responder as questões que compõem o roteiro, o que deve levar no mínimo 30 minutos e no máximo 120 minutos.

3. Durante a pesquisa poderá haver risco de constrangimento, o qual será minimizado, pois o participante não será identificado em momento algum e sua participação poderá ser interrompida a qualquer momento por sua livre escolha, sem qualquer prejuízo. Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade e o anonimato do participante, cujos dados serão coletados com base na Resolução nº 466/12 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4. Há também riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias disponibilizadas. Neste sentido, este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o formulário de coleta de dados estão adequados à legislação vigente de proteção de dados (Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019 – Lei Geral de Proteção de Dados). As medidas de controle e segurança estão descritas adiante, nos itens 5 a 9 deste TCLE.

5. Para proteger os dados em sigilo, serão adotas as seguintes medidas preventivas: (i) qualquer comunicação por meio virtual terá só um remetente e um destinatário, ou será realizado na forma de lista oculta, para que não seja possível a identificação dos participantes nem a visualização dos seus dados por terceiros; (ii) somente o pesquisador responsável terá acesso aos registros físico e/ou virtuais (como por exemplo a gravação/transcrição da entrevista).

6. Com relação a guarda dos registros, uma vez concluída a etapa de coleta dos dados primários, os dados coletados serão armazenados em um dispositivo eletrônico local, não havendo qualquer registro em qualquer plataforma virtual. Os dados armazenados ficarão sob guarda do pesquisador pelo período de 4 anos, sendo deletados completamente após esse período.

7. Os dados coletados não ficarão armazenados em ambientes virtuais, evitando assim vazamentos de dados na rede. Contudo, no caso de algum vazamento de dado armazenado em dispositivo eletrônico ocorra, os procedimentos de resposta ao incidente incluirão: (i) contenção imediata, bloqueando acesso por pessoa não autorizada, apagando todo e qualquer registro online ou em ambiente compartilhado; (ii) notificação do incidente ao CEP e à todos os titulares dos dados afetados pelo incidente; (iii) identificação, coleta e registro de evidências (metadados) que possam contribuir para identificação do responsável e para recuperação de dados em sua posse.

8. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade. Bem como os dados coletados serão tratados de maneira sigilosa e serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, cujos resultados poderão ser publicados, preservando o anonimato dos participantes.

9. As informações relacionadas ao estudo são confidenciais e qualquer informação divulgada em relatório ou publicação será feita de forma codificada, para que o sigilo seja mantido, conforme Termo de Confidencialidade e Sigilo anexado no presente projeto, o qual foi assinado pelos pesquisadores.

10. Não há benefício direto aos participantes da pesquisa, salvo seu potencial de contribuição para a produção do conhecimento sobre desenvolvimento territorial sustentável e as atividades econômicas observadas no contexto dos arranjos da sociobiodiversidade na GRMA, com vistas a elaboração de planejamento de práticas de geração de renda alinhadas à conservação deste território.

11. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.

12. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação.

13. Para obter uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), consentido eletronicamente, o participante pode selecionar a opção “Enviar uma cópia das respostas para o meu e-mail”, ao final do formulário. Alternativamente, uma cópia do TCLE também pode ser obtida a qualquer momento, enviando uma solicitação para o pesquisador responsável, Anabel de Lima, por meio do e-mail: anabellima030@gmail.com.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Anabel de Lima, pelo telefone (41) 99116-5631 ou e-mail anabellima030@gmail.com, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo - CEP/UP, localizado na R. Prof. Pedro Viriato Parigot deSouza, 5.300, Campo Comprido – Curitiba/PR. CEP: 81.280-330; Biblioteca, 2° andar, e-mail: cep@up.edu.br,

telefone (41) 3317- 3260 ou ainda com a CONEP COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP, localizado no Ministério da Saúde - Esplanada dos Ministérios Edifício Anexo, Bl. G sala B SI. 13-B. CEP: 70.058-900 - Brasília-DF. *E-mail*: conep@saude.gov.br. Telefone (61) 3315-2951.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Diante do exposto acima, eu declaro que li e compreendi os detalhes descritos neste documento e fui esclarecido(a) sobre os seus objetivos, riscos, procedimentos e benefícios da presente pesquisa. Participo de livre e espontânea vontade do estudo em questão. Foi-me assegurado o direito de abandonar o estudo em questão a qualquer momento, se eu assim o desejar. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos neste projeto (ou seja, os pesquisadores deste projeto não podem me prejudicar de modo algum no trabalho ou nos estudos), não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar desta pesquisa. Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento desta maneira, aceito participar desta pesquisa como entrevistado ou participante de grupo focal.

Concorda em participar desta pesquisa?

( ) sim

( ) não

Data e assinatura: